



UFRR

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

RAFAEL CARDOSO DA SILVA NETO

DINÂMICA URBANA DA CIDADE DE FRONTEIRA: BONFIM - RR

BOA VISTA - RR

2016

RAFAEL CARDOSO DA SILVA NETO

DINÂMICA URBANA DA CIDADE DE FRONTEIRA: BONFIM - RR

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia. Linha de Pesquisa: Produção do Território Amazônico.

Orientador: Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Co-Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gersa Maria N. Mourão

BOA VISTA - RR

2016

RAFAEL CARDOSO DA SILVA NETO

DINÂMICA URBANA DA CIDADE DE FRONTEIRA: BONFIM - RR

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima. Área de Concentração: Produção do Território Amazônico. Defendida em 05 de Setembro de 2016 e avaliada pela seguinte banca examinadora

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras
Orientador - UFRR

Prof^a. Dr^a. Gersa Maria Neves Mourão
Co-orientadora - UFRR

Prof. Dr. Arthur Rosa Filho
Membro - UFRR

Prof^a. Dr^a. Maria Bárbara de Magalhães Bethonico
Membro - UFRR

Prof. Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos
Membro - UFRR

Prof. Dr. Rildo Dias da Silva
Suplente - UERR

Inicialmente os meus pais José Cardoso e Dalvaci Alves e a minha querida irmã Darcilene Pereira, aos meus mestres e colegas da UFRR, que sempre me motivaram no período de dificuldade, em especial aos moradores do município de Bonfim-RR, que me acolheram na época da pesquisa e que dedicaram um pouco do seu tempo, para relatar o seu conhecimento e a sua historia de vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, por todo apoio positivo e aos caminhos favoráveis que ele me proporcionou, sobretudo nos momentos mais difíceis da pesquisa e na elaboração desta dissertação.

Aos meus pais e à minha irmã, que sempre me aconselhavam e falavam palavras positivas.

Ao meu orientador Elói Martins Senhoras e minha co-orientadora Gersa Maria, que tiveram muita paciência comigo, até no momento do meu afastamento por motivo de saúde.

Aos meus amigos de formação, de convivência e de trabalho, que sempre perguntavam como estava a minha dissertação e me motivavam com todo carinho.

Aos meus escoteiros (as), que entenderam o meu afastamento do movimento escoteiro para me dedicar à minha formação.

À população do município de Bonfim-RR, que me ajudou contando as suas histórias e dos seus antepassados e aos funcionários das secretarias municipais que ajudaram fornecendo dados e documentos para a formação da minha dissertação.

É importante ser bom, mas mais importante é fazer o bem. Nenhum homem pode ser chamado de educado, se você tiver uma boa vontade, um desejo e uma capacidade treinada para fazer sua parte no mundo do trabalho.

Baden-Powell

RESUMO

O processo de urbanização de uma cidade está diretamente relacionado com as modificações das características rurais para características urbanas, essas modificações são provocadas com o aumento da sua população, ocasionando uma modificação espacial, econômica, política, social e cultural, gerando o desenvolvimento da civilização e da tecnologia, proporcionando a modificação na sua infraestrutura, como é o caso das pequenas cidades e das cidades gêmeas que estão localizadas próximo às fronteiras. O objetivo deste estudo consiste em discutir o processo de urbanização da cidade de fronteira, Bonfim, que diante do seu crescimento como cidade pequena e gêmea, desenvolveu danos com o seu processo de ocupação. Adotou-se como procedimentos metodológicos as etapas de pesquisa documental bibliográfica e coleta de dados, com a aplicação de um questionário nos 6 bairros da cidade de Bonfim, que promoveu a obtenção de informações relacionadas ao perfil econômico e social dos habitantes, proporcionando a comparação das informações, utilizando um estudo de método histórico, dedutivo, através das partes dos marcos abstratos teórico e histórico, para chegar no estudo concreto e de forma classificativa, quanto aos fins, a pesquisa apresenta-se como de natureza exploratória, descritiva e explicativa, diante dos dados da dinâmica social. A aplicação dos questionários deu-se em 6 etapas, no período dos meses de dezembro de 2015 à janeiro de 2016. Seguindo os procedimentos de normalização técnica. Os resultados obtidos foram a identificação das rotinas econômicas e sociais dos habitantes, os fatores históricos do processo de urbanização da cidade, além da identificação dos atores temporários, que desenvolvem a mobilidade pendular e a não contribuição direta com a economia da cidade. Conclui-se que o processo de ocupação da cidade de Bonfim ocorreu devido os fatores econômico, social e urbano, sob os quais se desenvolveu todo o seu processo histórico, ocasionando um crescimento populacional e urbano em áreas apropriadas e inapropriadas, devido os processos migratórios em diversos períodos, ocasionando o desencadeando dos impactos ambientais.

Palavras-Chave: Bonfim. Cidade pequena. Cidade gêmea. Fronteira. Urbano.

ABSTRACT

Urbanization of a city is directly related to the changes of the rural characteristics of urban features, these changes are caused by the increase of its population, causing a spatial, economic, political, social and cultural change, generating the development of civilization and technology, providing the change in its infrastructure, as is the case of small towns and the twin cities that are located near the border. The aim of this study is to discuss the border town of urbanization process: Bonfim, who before his growth as small and twin city, developed damage to their occupation process. It was adopted as the methodological procedures etapas: Documentary research; bibliographic and data collection, with the application of a questionnaire in 6 districts of the city of Bonfim, which promoted obtaining information related to social and economic profile of the population, providing a comparison of information, using a study of historical, deductive method, through the parts of abistratos landmarks: theoretical and historical, to arrive at concrete study and league form, for the purposes of exploratory, descriptive and explanatory nature, before the data of social dynamics. The questionnaires were performed in 6 steps in the period from December 2015 to January 2016. Following the technical standardization procedures. The results were the identification of economic and social routines of the inhabitants, the historical factors of the city's urbanization process, besides the identification of temporary actors who develop commuting and no direct contribution to the economy of the city. We conclude that the process of occupation of the city of Bonfim was due to the economic, social and urban factors, under which developed its entire historical process, causing an population and urban growth in appropriate and inappropriate areas due to migration processes in several times, causing the triggering of the environmental impacts.

Keywords: Bonfim. Litle City. Twin City. Border. Urban.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cidade grande, média e pequena.....	24
Quadro 2 - Divisão das Cidades na Faixa de Fronteira do Brasil.....	51
Quadro 3 - Divisão das Faixas de Fronteira do Brasil.....	53
Quadro 4 - Quantidade de imóveis e da Populacional.....	72
Quadro 5 - Economia - Pessoas Entrevistadas que Trabalham.....	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de Habitantes por Bairro.....	72
Gráfico 2 - Grau de Instrução da População.....	91
Gráfico 3 - Trabalhador - Tipo de Trabalho.....	107
Gráfico 4 - Qualificação - Escolaridade.....	108
Gráfico 5 - Naturalidade.....	111
Gráfico 6 - Origens dos Produtos Consumidos.....	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Problemas, Hipóteses,tese e objetivos.....	15
Figura 2 - Localização das Cidades-Gêmeas na Faixa de Fronteira.....	46
Figura 3 - Arcos e sub-regiões da Faixa de Fronteira.....	54
Figura 4 - Área de Fronteira das Cidades Gêmeas - Bonfim e Lethem.....	99
Figura 5 - Comparação Bairros de Bonfim - RR.....	100
Figura 6 - Infraestrutura dos Bairros de Bonfim - RR.....	102
Figura 7 - Infraestrutura dos Bairros de Bonfim - RR.....	103
Figura 8 - Posto Fiscal - Bonfim - RR.....	113
Figura 9 - Infraestrutura Municipal de Saúde de Bonfim.....	115
Figura 10 - Hospital Estadual de Pronto Atendimento de Bonfim.....	116
Figura 11 - Residências de indígenas residentes em Bonfim.....	120

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa Urbano da cidade de Bonfim - RR.....	68
Mapa 2 - Mapa Político de Roraima - Municipio de Bonfim.....	76
Mapa 3 - Mapa dos espaços Luminosos e Opacos da cidade de Bonfim - RR.....	90
Mapa 4 - Mapa dos Imóveis da cidade de Bonfim - RR.....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução Populacional - Bonfim – RR.....	69
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALC - Área de Livre Comércio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

MIN - Ministério de Integração Nacional

PMBF - Prefeitura Municipal de Bonfim

PCN - Programa Calha Norte

RR - Roraima

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

ZIF - Zonas de Integração Fronteiriça

2º BEF - 2º Batalhão Especial de Fronteira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO.....	16
1.2	OS OBJETIVOS.....	19
2	MARCOS DE TEORIZAÇÃO SOBRE AS CIDADES	22
2.1	CATEGORIAS ESCALARES DE CIDADE.....	24
2.1.1	Cidades Grandes	25
2.1.2	Cidades Médias	26
2.1.3	Cidades Pequenas	27
2.2	CATEGORIAS DE ANÁLISE DAS CIDADES.....	30
2.2.1	Cidade Como Conceito de Espaços	31
2.2.2	Cidade Como Conceito de Espaços de Sistema	33
2.2.3	Cidade Como Conceito de Espaço, Estrutura, Forma, Função e Processo	36
2.2.4	Cidade Como Conceito de Espaço Rural-urbano	39
2.2.5	Cidades no Espaço Amazônico	40
2.2.6	Cidade Como Conceito Espacial de Ordem	41
2.2.7	Cidade Como Conceito de Espaços-temporais	42
2.2.8	Cidade Como Conceito de Espaço Transfronteiriço	44
2.2.8.1	Cidades na Faixa de Fronteira	48
2.2.8.2	Cidades na Linha de Fronteira	51
2.3	HIERARQUIZAÇÃO ESTRUTURAL DA CIDADE.....	55
2.3.1	Cidade Sobre Enfoque - Círculo Superior / Círculo Inferior	60
2.3.2	Cidade Sobre Enfoque Funcional/ Estrutural	62
3	MARCOS DE CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE BONFIM, RR	65
3.1	BONFIM COMO OBJETO DE ESTUDO.....	66
3.2	HISTÓRICO DA CIDADE DE BONFIM.....	73
3.3	HORIZONTALIDADE E VERTICALIDADE DE BONFIM.....	79
3.3.1	1955 - Colônia Militar de Fronteira	81
3.3.2	1960 - Pelotão Espacial de Fronteira	82
3.3.3	Área de Livre Comércio - 1990	82
3.4	COMÉRCIO DE FRONTEIRA DAS CIDADES GÊMEAS BONFIM E LETHEM.....	83
4	MARCOS DE CARACTERIZAÇÃO URBANA DA CIDADE DE BONFIM-RR	87
4.1	MARCOS DE CARACTERIZAÇÃO URBANA.....	87

4.1.1	Círculo Interior e Círculo Superior	92
4.1.2	Sistemas de Fixos e Fluxos	93
4.1.3	Bonfim Como Estrutura, Forma, Função e Processo	97
4.1.4	Bonfim Como Forma de “Cidade na Floresta” e “Cidade Lenta”	97
4.2	CIDADE PEQUENA	98
4.2.1	Ausência de Infraestrutura	102
4.2.2	Rurbana	104
4.2.3	A Falta de Trabalho Sistema Informal Bonfim / Lethem	105
4.2.4	A Classificação do Trabalho em Bonfim	108
4.3	CIDADE DE FRONTEIRA	110
4.4	SISTEMA PÚBLICO DE ATORES CONTENTORES NA CIDADE DE FRONTEIRA	112
4.4.1	Prestações dos Serviços de Saúde	114
4.4.2	Interdependência Econômico: Bonfim- Lethem-Boa Vista	116
4.4.3	Mobilidade Pendular	118
4.4.4	Mobilidade Indígena	119
4.5	DIAGNÓSTICO SOCIOESPACIAL	121
	CONCLUSÕES	125
	REFERÊNCIAS	131
	APÊNDICE	136

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação trata do processo de urbanização da cidade de fronteira: Bonfim - RR que está diretamente relacionada a todo o processo e uma ocupação ilegal das áreas de proteção. Para melhor compreensão deste fenômeno, deve-se analisar os principais pontos da ocupação espacial, quais sejam o social, o econômico e o urbano.

O primeiro ponto é o processo *social* de Bonfim, que teve início na colonização do Brasil, baseando-se em fatores que estão relacionados a marcos históricos como: catequização indígena, expansão da atividade econômica agrícola, desenvolvimento do comércio de fronteira, migração social, implantação do pelotão do exército, construção da rodovia e a revolução guianense.

Tais processos influenciaram a ocupação da cidade de Bonfim, principalmente a política implementada e aplicada na região desde a década de 1960, a qual tinha como principal objetivo a ocupação populacional do espaço amazônico.

Devido o pouco contingente populacional e agentes fiscalizadores na região, quando comparado com a grande quantidade e variedade de recursos naturais existente na região de Bonfim, houve o desenvolvimento dos problemas ambientais, decorrentes do grande fluxo migratório, observando-se que nas últimas décadas houve um crescimento acelerado da população urbana da cidade de Bonfim, estando tudo relacionado ao processo econômico de migração e de mobilidade da população local.

Para fazer esta discussão conceitual da concentração populacional da área da fronteira da cidade de Bonfim, destaca-se a importância do desenvolvimento e implementação das políticas públicas existentes na época, que favoreceu o crescimento da cidade, desencadeando a construção de residências em áreas de proteção.

O segundo ponto é o processo *econômico* de acentuada simetria de desenvolvimento, pois a cidade, neste processo, apresenta algumas diferenças quando comparada à cidade de Lethem (Guyana), visto que no Brasil o sistema social possui uma mobilidade populacional e não econômica.

Assim, a cidade foi se reestruturando com o crescimento da atividade comercial fronteiriça, desenvolvendo uma nova infraestrutura urbana, social econômica. A população vizinha fixou residência na cidade de Bonfim, devido os benefícios sociais e de acessibilidade aos serviços públicos, tendo a sua fonte de renda e trabalho localizados no comércio da Guyana.

Neste sentido a cidade de Bonfim passa a ser considerada como uma das referências no Brasil, por ser uma cidade-gêmea, denominada como um núcleo urbano, em razão do seu dinamismo econômico e social, um pouco diferente da demais cidade-gêmeas existente no Brasil.

Com base nestas discussões a cidade de Bonfim é considerada como um importante ponto fiscalizador e de ligação da região para a Guyana, devido o seu processo de desenvolvimento social, político, econômico e de gestão diplomática, por se tratar de uma cidade diversificada, sobretudo no aspecto étnico, com relação a sua população, quando comparada ao mecanismo de desenvolvimento de cidade-gêmea.

Esta consolidação é conceituada, na opinião de alguns autores, como elementos de desenvolvimento entre as duas cidades-gêmeas, desencadeando uma política unificada para o desenvolvimento da economia, cultura e do próprio sistema social, provocando assim, uma horizontalidade social presente na cidade, criando uma ação de diplomacia e de parâmetro social.

Destaca-se que todo este processo de integração urbana e social entre essas duas cidades (Lethem e Bonfim) baseia-se no fato dos elementos da dinâmica econômica, principalmente do estado de Roraima, constituírem-se da produção econômica, através de acordos políticos, comerciais e seu processo físico urbano.

O terceiro ponto é o processo *urbano* de Bonfim que teve um desenvolvimento urbanístico lento e retardatário, com uma população de maior parte indígena, seguida de nordestinos e migrantes da Guyana, além da influência da implantação do pelotão militar, que teve o objetivo de proteger e fiscalizar a fronteira entre os dois países junto a outros órgãos competentes. Outro motivo da implantação do pelotão militar foi para inibir o contrabando de produtos pirateados da Guyana.

A pequena vila cresceu tomando forma de cidade pequena, a qual hoje se caracteriza por ser uma cidade-gêmea que comporta problemas de natureza social e econômica, sobretudo de gestão pública, gerando um ambiente de intrínsecas fragilidades e vulnerabilidades.

A forma urbana da cidade foi planejada na década de 1960, desenvolvendo com o tempo um intenso processo de urbanização, causado pelos problemas econômicos no Brasil, o que resultou no crescimento da população, sobretudo de baixa renda, ocasionando o fator de ocupação de áreas consideradas ambientalmente frágeis sem o mínimo de planejamento e infraestrutura.

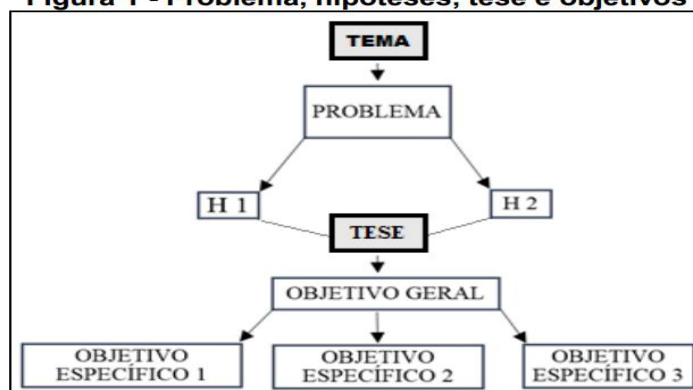
Nesta contextualização, Bonfim caracteriza-se por ter áreas consideradas vulneráveis para a habitação antrópica, por sofrer com inundações em determinados bairros da cidade, os quais se localizam às margens do Rio Tacutú. Em certos períodos do ano esta área sofre tais problemas devido à falta de planejamento e gestão pública, sobretudo, nas áreas de proteção ambiental e militar.

Partindo das discussões sobre a dinâmica de urbanização da cidade de fronteira Bonfim, o presente estudo de natureza empírica e comparativa possui sua problemática refletida no seguinte questionamento: quais implicações ocorridas no processo de desenvolvimento econômico e de urbanização, na cidade de fronteira, Bonfim, no estado de Roraima, segundo o recorte temporal que abrange o período de 2001 a 2012?

Findando responder a tal problema de pesquisa, o estudo parte da identificação da existência de duas hipóteses (H1, caracterizada como independente) e (H2, identificada como dependente da primeira hipótese), as quais são complementares e articuladas entre si para constituírem tese de trabalho a ser defendida e que por sua vez fundamenta a estruturação dos objetivos geral e específicos (figura 1).

A hipótese 1, considerada variável independente, apresenta a assertiva de que no bojo teórico e histórico, fatores econômicos, de segurança e migratório implicaram no processo de desenvolvimento econômico e de urbanização de Bonfim. A hipótese 2, considerada variável dependente, é sintetizada pelo argumento de que na conjuntura atual os fatores sociais influenciam também em tal processo.

Figura 1 - Problema, hipóteses, tese e objetivos



Fonte: Elaboração própria

A conjugação da hipótese 1 e da hipótese 2 fundamentam a conformação da tese de trabalho na presente pesquisa, ao identificar em Bonfim os fatores migratórios no contexto de formação histórica ocorreram sem incentivo econômico para manter as migrações que inicialmente era uma Vila e serviu como base militar, porém o pelotão manteve-se limitado à área da fronteira. A cidade constituiu-se inicialmente pelo exercito brasileiro que estruturou a cidade mas não promoveu desenvolvimento. Foi entregue ao estado, o qual instituiu o município, evidenciando-se com o tempo a ausência de políticas públicas, sobretudo até o ano de 2012, quando a gestão promove a construção de novos bairros e casas.

Elencam-se os fatores do processo econômico que não foram desenvolvidos a contento como a criação da ALC sem o devido apoio do governo federal, como instalação de redes elétricas e asfaltamento de Lethem ao porto.

Quanto aos fatores sociais a população urbana residente não tende a ficar no município, configurando-se majoritariamente por guianenses que buscam beneficiar-se dos benefícios oferecidos pelo serviço público e os indígenas e demais moradores das vicinais e vilas visam utilizar a cidade de Bonfim como trampolim para chegar à capital, Boa Vista com vistas à aquisição de emprego. Os cargos públicos municipais são ocupados por moradores do município, porém com baixa escolaridade. Já os cargos estaduais são ocupados, a maioria, por servidores que residem em Boa Vista e vão a Bonfim prestar os serviços, como saúde, educação e segurança.

1.1 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Acerca dos procedimentos metodológicos o presente trabalho apresenta-se a partir de uma trajetória da pesquisa detalhada quanto à sua natureza, aos objetivos propostos, as técnicas e os instrumentos utilizados, bem como a todos os elementos norteadores da investigação científica proposta. A relevância da identificação dos procedimentos metodológicos neste trabalho reside na caracterização de quais são as regras do jogo da pesquisa, uma vez que são identificados algumas seleções em termos de métodos e técnicas de pesquisa a fim de se alcançar os objetivos de avaliação do papel da participação social na gestão democrática escolar.

A fundamentação metodológica que baliza o desenvolvimento desta pesquisa foi estruturada, quanto aos fins do objetivo geral, e, quanto aos meios da abordagem por meio do uso de diferentes métodos de coleta, processamento e análise de dados primários e secundários a fim de possibilitar a produção de conhecimentos sobre o papel da participação na gestão democrática escolar.

Quanto aos fins, a pesquisa é classificada como exploratória, descritiva, explicativa, pois têm como objetivo geral trabalhar de maneira sistêmica o tema. Quanto aos meios, a pesquisa é identificada por uma abordagem qualiquantitativa, ao combinar de maneira híbrida a coleta e análise objetiva e subjetiva de dados sobre as implicações ocorridas no processo de desenvolvimento econômico e de urbanização, na cidade de fronteira, Bonfim.

Os métodos de pesquisa adotados para a obtenção e análise dos dados estão fundamentados no uso combinado dos métodos de revisão bibliográfica e documental (derivação de informações) e estudo multicaso (comparação de informações). Com base nestes métodos, os dados obtidos na pesquisa são classificados como dados primários aqueles obtidos diretamente por meio de entrevistas, revisão documental, bases estatísticas, questionários e registros fotográficos em contraposição aos dados secundários obtidos indiretamente em livros, jornais e em portais eletrônicos.

A pesquisa foi planejada a partir de um roteiro de trabalho com base em duas fases complementares e relativamente sincrônicas, onde estão previstos os procedimentos metodológicos de levantamento bibliográfico e trabalho de campo, a fim de permitir o amadurecimento das análises com informações quantitativas e qualitativas com base empírica, documental e teórico-normativa.

Durante a primeira fase do roteiro de trabalho, destaca-se que o procedimento metodológico de levantamento bibliográfico fundamentou-se na estratégia de utilização combinada dos instrumentos de coleta de dados de revisão integrativa, revisão documental, bem como de revisão bibliográfica.

Considerada uma etapa indireta em relação ao objeto de estudo, a fase bibliográfica exploratória prevê a consulta, tanto, de fontes secundárias de dados em livros, periódicos, dissertações e teses, e, textos eletrônicos, quanto, de documentos normativos e bases estatísticas presentes em portais eletrônicos de órgãos públicos federais e do estado de Roraima.

Na segunda fase do roteiro de trabalho, ainda no enquadramento metodológico, identifica-se que houve por parte do pesquisador um trabalho de campo materializado em três visitas no município de Bonfim-RR, as quais se desencadearam nos dias de fim de semana, respectivamente nos sábados e domingos, ao longo do ano de 2015, de modo de tal trabalho de campo aconteceu ao longo dos meses de março, setembro e dezembro, para coleta dos dados.

Desenvolveu-se uma coleta de dados por meio da aplicação de questionário de questionários do tipo Survey fechado, que tem o objetivo de desenvolver um diagnóstico social, econômico e espacial da cidade de Bonfim, desencadeando uma base de dados, que geraram gráficos do software Excel e mapa da planta urbana no software ArcGIS, tendo como base todos os procedimentos metodológicos da discussão geográfica sobre o município de Bonfim.

Realizou-se, na execução do trabalho de campo, a aplicação de questionários em todas as residências, configurando-se, portanto, como trabalho censitário, haja vista que o último censo brasileiro que atendeu a cidade foi no ano de 2010. Deste modo a pesquisa vem atualizar de maneira censitária a população, provendo, portanto, um diagnóstico sobre uma amostra que reflete todo o universo do município.

Em dados quantitativos e percentuais alcançou-se ao fim da aplicação dos questionários, dos 1.225 imóveis existentes na cidade de Bonfim, um total de 1.167 questionários efetivamente aplicados, totalizando 95,6% de todos os imóveis, restando 58 imóveis que durante as visitas encontravam-se fechados, totalizando 4,4% do universo pesquisado.

Ressalta-se ainda que agregada a tais procedimentos está a observação da área estudada, realização de registros fotográficos, que identificam as características espaciais e sociais de cada bairro e sua dinâmica socioespacial, abrangendo em completude a população da cidade.

Observa-se, portanto, que a amostra da pesquisa contempla quase 100% do universo, uma vez que desencadeou-se um processo censitário, embora em algumas residências eventualmente não se tenha conseguido fazer propriamente a identificação das pesquisas.

Para melhor compreensão da dinâmica socioespacial da área de estudo, fez-se necessária a aplicação do questionário com os moradores dos seis bairros da sede municipal, obtendo informações dos perfis dos moradores, além de localizar as posições geográficas das residências da cidade Bonfim. Seguindo todas essas etapas de procedimentos de normalização técnica e de desenvolvimento dos procedimentos metodológicos, foi possível a construção da estruturação textual da dissertação, proporcionando aprofundamento do estudo de caso proposto.

O estudo de campo é caracterizado pelo levantamento de informações *in loco* e *in persona* com todos os moradores população da cidade de Bonfim, a fim de mapear e compreender fatores conjunturais e estruturais na formação econômica e urbana da cidade.

Identificada como uma etapa diretamente relacionada ao objeto de estudo, a fase de trabalho de campo prevê o uso de registros fotográficos e de construção de uma análise de percepção da participação social dos moradores da cidade por meio da aplicação questionários semiestruturados, com perguntas abertas e fechadas, bem como entrevistas. Com base nos procedimentos metodológicos e instrumentos da coleta dos dados previamente abordados, fica registrado que o período de desenvolvimento de coleta de dados entre os anos de 2014 e 2016.

A presente dissertação foi estruturada por meio de uma lógica dedutiva através da estruturação de 3 (três) capítulos, sendo a primeira delas de cunho teórico, a segunda de natureza histórica e a terceira de análise empírica, favorecendo desta forma o estudo do processo de urbanização da cidade de Bonfim.

1.2 OS OBJETIVOS

O *objetivo geral* exprime-se por estudar o processo de urbanização diante do crescimento da cidade de fronteira Bonfim, em relação aos danos desenvolvidos na dinâmica de ocupação irregular nas áreas de proteção da cidade, devido ao seu desenvolvimento socioespacial, econômico e histórico. Em tal intuito esse objetivo geral fracionou-se em mais quatro objetivos específicos.

O *primeiro objetivo específico* configura-se por discutir o processo de urbanização da cidade de fronteira, propondo uma classificação da cidade de

Bonfim, a partir de uma base teórico-conceitual, contemplando aspectos de sua criação e destacando os problemas desenvolvidos na ocupação urbana.

O *segundo objetivo específico* caracteriza-se em analisar a configuração sócio espacial com base na formação do processo territorial, através da correlação dos habitantes à área espacial da cidade de Bonfim.

O *terceiro objetivo específico* é estudar a dinâmica social existente na cidade de Bonfim, ocasionada pelo crescimento populacional no processo urbano, analisando a realidade do perfil social dos habitantes que residem em Bonfim, baseado nas informações coletadas, através dos questionários socioeconômicos, junto à população da cidade de Bonfim.

Os procedimentos metodológicos da dissertação foram desenvolvidos com base em um método norteador para o estudo, detalhando a sua natureza em etapas, objetivando os propósitos, os temas e os instrumentos utilizados, partindo das questões teóricas e obtenção de dados primários e secundários.

O primeiro capítulo *Marcos de teorização sobre as cidades* tem o objetivo de abordar a discussão da nomenclatura sobre a classificação dos tipos de cidade, que servirão como base de referência para a pesquisa científica, abordando os principais autores da área da geografia.

Para obter êxito nesta análise fragmentou-se a discussão em treze seções que tratam do conceito de cidade em diversos aspectos com relação às características existentes na cidade de Bonfim.

O segundo capítulo *Marcos de caracterização histórica da Cidade de Bonfim-RR* tem o objetivo de focalizar o processo histórico da cidade de Bonfim em sua dinâmica social, econômica e urbana, além da cidade gêmea Lethem. Este capítulo está estruturado em oito seções, onde são mencionados os principais fatores históricos que ocasionaram a formação da cidade de Bonfim com relação aos fatores sociais, econômicos e urbanos.

O terceiro capítulo *Marcos de caracterização urbana da Cidade de Bonfim-RR* dedica-se ao estudo dos atores ligados à cidade de Bonfim, que desenvolvem um processo de influência contínua na dinâmica social e econômica. Este capítulo está estruturado em quinze seções, direcionado ao processo de urbanização da cidade, porém focando as ações sociais e econômicas na percepção do perfil social dos habitantes, direcionando uma classificação social dentro da área urbana da cidade de Bonfim.

Por fim serão apresentadas as considerações finais, que são constituídas por uma conclusão do trabalho, com duplo objetivo, tanto de sintetizar os principais conceitos e debates ao longo do texto, quanto a indicar uma agenda para futuras pesquisas, que tenham a presente dissertação como referência ou inspiração.

2. MARCOS DE TEORIZAÇÃO SOBRE AS CIDADES

No presente capítulo serão abordados os principais conceitos sobre cidade e suas classificações, para tanto se faz necessária a discussão dessa nomenclatura, tendo como base a comparação de alguns autores a respeito do conceito e o paradigma analítico dos aspectos geográficos sobre as características das cidades.

O objetivo específico ao qual se relaciona este capítulo consiste em debater as cidades sob a perspectiva de marco teórico, objetivando a sua formação, correlacionado os fatores modificadores nas suas infraestruturas, porém abordando os principais elementos do dinamismo urbano.

De toda abordagem do capítulo I, a discussão será centralizada na “Hierarquização Espacial das Cidades e das Categorias das Cidades Gêmeas”, pois na primeira discussão retrata-se “A Hierarquização Espacial”, que expõe o processo histórico de ocupação espacial do território brasileiro, ocorrido nos últimos séculos, sofrendo modificações ao longo do tempo, as quais ocasionaram uma nova estruturação hierárquica, que hoje vê-se como hierarquia especializada de poder político, que são limitadas e subdivididas no país.

Destacando no fim deste capítulo as “categorias das cidades gêmeas”, abordando as cidades gêmeas brasileiras, localizadas na fronteira brasileira com países vizinhos, as quais se destacam devido o seu processo de desenvolvimento econômico e físico.

Tais cidades localizam-se em diferentes regiões do Brasil e devido às suas características e localizações geográficas, que desenvolvem relações governamentais com outros países, há uma dinâmica de favorecimento das cidades, principalmente às populações residentes.

O processo de desenvolvimento de uma cidade exige uma hierarquização espacial que favorece a integração dos elementos da sociedade, porém quando não existe esta hierarquização as cidades sofrem prejuízos com os elementos ilegais de desenvolvimento, devido à falta da integração social, econômica e política, ocasionando o desenvolvimento de uma infraestrutura precária.

Essa integração é um dos fatores que promove o desenvolvimento social, econômico e urbano entre duas ou mais cidades que fazem limite físico principalmente nas fronteiras de dois países. Essa acessibilidade, porém, favorece a entrada de produtos ilícitos de diversas formas, desenvolvendo prejuízo econômico para os poderes governamentais, além dos danos ambientais com o crescimento físico das cidades, promovido pelo crescimento populacional que gera fixação de residências nas cidades, em razão da atratividade econômica.

No processo de formação das cidades observa-se a interligação social, que busca a integração do desenvolvimento econômico no espaço urbano. Desta forma as cidades desenvolvem várias características que são classificadas de acordo com sua dinâmica, considerando elementos desenvolvidos pela sua economia, forma física ou política.

Conforme o Cuisinier (2001), as cidades possuem dinâmicas crescentes nos seus fatores de interação social e econômica, ocasionando uma comunicação terrestre entre a sua infraestrutura e seus fatores sociais que sofrem modificações constantemente.

Para se entender melhor o que o autor expôs é preciso entender a dinâmica da fronteira, classificando os tipos de cidades e sua hierarquização espacial, diante do seu processo urbano, destacando os conceitos de cidade gêmea, cidade grande, média, pequena, amazônica, urbana e de fronteira, que são caracterizadas pelas interações sociais, culturais e de poder.

Neste contexto as cidades desenvolvem rupturas com as suas delimitações de fronteira, pois se desenvolvem atividades de vínculo em vários níveis, marcadas por uma dinâmica de relações sociais e econômicas, ampliando, com o tempo, contradições e criando impactos de fatores econômicos e sociais.

2.1 CATEGORIAS ESCALARES DE CIDADE

A cidade é conceituada por muitos autores como uma área urbanizada, densamente povoada, com uma infraestrutura que apresenta agrupamento de residências, pontos comerciais e, em alguns casos, indústrias. Porém a cidade é composta por uma população bem diversificada, que tem estilos de vida particulares, que apresentam características diferentes, proporcionando, assim, as relações e fenômenos culturais, econômicos, políticos e de dinâmica diversificada.

A diversidade espacial é marcante porque as cidades apresentam vários modelos, visto que sua forma física sofre alterações continuamente, mediante a ação do homem sobre a ocupação numa relação direta ao crescimento espacial, econômico, social, cultural e político. A cidade pode ser entendida como um lugar que reúne vários fluxos e atividades humanas, além de uma diversidade de serviços, cultura, religião, consumismo e de infraestrutura.

Segundo Santos (2005), a cidade apresenta uma diversidade incompatível, quando comparada a outra cidade, pois os seus modelos apresentam aspectos bem variados, apenas estando compatível a densidade populacional, economia, cultura, política, entre outras. A cidade pode ser classificada de acordo com sua categoria.

A classificação da cidade em categoria é geralmente baseada nas suas infraestruturas urbanas, processo de desenvolvimento e também no seu número populacional. No Brasil, utiliza-se a definição do IBGE, de acordo com o seu porte populacional e desempenho econômico, conforme a tabela a seguir.

Quadro1: Cidade grande, média e pequena.

Classificação	Média populacional
Cidade grande	Grandes centros urbanos com mais de 500 mil habitantes
Cidade média	Cidades com população entre 100 mil e 300 mil habitantes
Cidade pequena	População menor que 10 mil habitantes

Fonte: Elaboração própria. Baseado em Santos (2005).

Dentro dessas categorias, diversos autores classificam as cidades de acordo com as particularidades econômicas, sociais e de seu processo de transformação urbana, mediante a modificação de vida que são observados nesses lugares. A cidade pode ser também entendida com base no processo histórico, organizacional, de conteúdo, estrutural, social, funcional e urbano.

2.1.1 Cidades Grandes

O processo de globalização que se desencadeou, sobretudo, na pós-modernidade ocasionou há séculos a centralização populacional e comercial em determinados espaços, desenvolvendo as grandes cidades, que são consideradas, hoje, grandes centros comerciais, com indústrias desenvolvidas e economicamente sustentáveis, além de ter um grande índice de oportunidades, sendo considerado, por muitas pessoas, o maior motivo para a sua migração, para essas grandes cidades.

A formação das primeiras grandes cidades, teve início no período da Revolução Industrial, os elementos revolucionários desse fenômeno foram motivados pelo âmbito tecnológico. Durante as décadas de 1940 a 1980 houve um aumento no êxodo rural com destino às grandes cidades, principalmente nos países hoje desenvolvidos,

Tal fenômeno ocasionou concentração progressiva de populações com pouco conhecimento e poder econômico, que desenvolveu o surgimento das áreas urbanas, um crescimento populacional com altas taxas de fecundidade, baixo índice de desenvolvimento econômico e do crescimento das áreas impróprias para construção contínua das cidades (SACHS, 1999).

A desvalorização do campo pela população rural foi incentivada por falta de oportunidade profissional, econômica e de produtividade, acarretando o fenômeno conhecido como êxodo rural, que ocorreu nas décadas de 1950 a 1970 no Brasil, porém, em níveis globais, este fenômeno cresce em regiões vizinhas a países economicamente desenvolvidos.

O processo de urbanização no mundo desenvolveu-se em um ritmo acelerado até a década de 1970, quando se observou a redução deste fenômeno de concentração populacional e econômica nas grandes cidades. Porém esse fenômeno é um dos principais motivos da formação das grandes cidades.

Conforme Endlich (2006) as grandes cidades sofreram uma nova estruturação urbana, com o seu processo de crescimento, promovido pela produção econômica e êxodo rural, desenvolvendo o processo de impulsão e viabilização das instalações de atividades industriais e de serviços nas cidades e fornecendo uma característica de desenvolvimento local.

2.1.2 Cidades Médias

As Cidades Médias são associadas à concepção urbana, referente a dimensões da cidade, encarada como uma aglomeração de dimensão física, econômica e social equilibrada (FREYRE, 1961). Essa dimensão está relacionada ao sistema urbano e regional, com dinâmicas perceptivas de ordenamento e desenvolvimento regional.

As cidades médias possuem uma dinâmica econômica e demográfica própria, a qual permite atender às expectativas e necessidades dos empreendedores e cidadãos, que residem nelas ou nas mediações dessas cidades, expondo qualidade de equipamentos urbanos e na prestação de serviços públicos, minimizando a deseconomia das grandes cidades e metrópoles.

De acordo com a dispersão populacional e industrial pode-se compreender a expansão geográfica e de reorganização, pois a sua estruturação é incentivada pelas gestões públicas, através de inserção de impostos e incentivos econômicos ou territoriais, essas estruturas física e social têm uma ampla duração, proporcionando estratégias para absorver o excesso de capital das grandes cidades para médias cidades (HARVEY, 2004).

Para Andrade (2011) as cidades médias estão desempenhando um papel importante na dinâmica econômica e espacial do país, pois o crescimento delas com relação às grandes cidades expõe um fortalecimento dinâmico pelo processo de desconcentração da produção e da população no território brasileiro.

Hoje as indústrias estão buscando nas médias cidades benefícios econômicos, profissionais e estruturais, pois ao serem instaladas têm abatimentos nos impostos, facilidades em empréstimos, locomoção de produção e mão de obra flexível para a sua implantação, desenvolvendo assim benefícios diretos e indiretos para as médias cidades.

As cidades médias desempenham papel de núcleo estratégico da rede urbana no Brasil, sobretudo, na dinâmica econômica e demográfica que atendem às expectativas de empreendedores, cidadãos, manifestadas na qualidade de equipamentos urbanos e na prestação de serviços públicos. Dessa forma as cidades médias se revelam como locais privilegiados pela oferta de serviços qualificados e bem-estar.

2.1.3 Cidades Pequenas

A grande extensão territorial brasileira é algo bem complexo, pois a população está localizada de forma especializada e aglomerada em várias regiões. Por este motivo surgem as pequenas cidades, que são aglomerações de pequenas famílias que vivem próximas por motivos sociais ou econômicos (SANTOS, 2005).

O surgimento deste processo de pequenas cidades justifica-se por fenômenos sociais, que buscam formar pequenas cidades, às margens de rodovias estaduais e federais, fronteiras com outros países, sendo distantes de grandes centros comerciais e utilizando etapas de processos de urbanização, que busca desenvolver atrativos operacionais em regiões de fronteira. Tal atratividade é do tipo diversificada.

De acordo com Santos (1982) as pequenas cidades são bem divisíveis por motivo do seu lento processo de estruturação, o qual se destaca como fenômeno universal inverso das grandes cidades, pois as pequenas cidades apresentam pequenas aglomerações, visualizando o espaço Campo e Cidade se desenvolvendo com limites políticos e econômicos.

As definições dos conceitos de pequenas cidades são consideradas bem complexas, por se tratar de um processo universal. Porém as pequenas cidades que têm essas características apresentaram espacialização do território ocupado, ocasionando a divisão espacial do trabalho campo x cidade, estruturando assim uma barreira natural do seu crescimento.

Para Singer (1998), porém, as pequenas cidades são correlacionadas com o campo por possuírem características urbanas. Nesta dinâmica o mundo a cada dia executa uma articulação de forma contraditória, devido sua flexibilização na classificação e o seu processo de desenvolvimento econômico, espacial e político.

Segundo op. cit. (1998) afirma que as pequenas cidades estão correlacionadas a áreas rurais, principalmente as regiões que estão localizadas próximas às áreas de fronteiras, onde esta correlação hoje é bem atrativa para as indústrias, pois implantam suas estruturas físicas, aproveitam a mão de obra local e ainda ganham subsídios dos municípios.

Segundo Corrêa (1997) a sociedade busca nas pequenas cidades tranquilidade, sossego e simplicidade, abrindo mão do conforto e das relações sociais agitadas. Nesta dinâmica pode-se caracterizar esses espaços quanto à formação de cidade ao delimitar o processo urbano e uma classificação de critérios cada vez mais específicos quando correlacionado a outros tipos de cidades.

A limitação da forma de transição é uma das características do que se pode entender como cidade pequena; é bastante tradicional por se tratar de um perfil: campo e cidade, que se torna evidente na sua estruturação, onde é preciso caracterizar e correlacionar as particularidades urbanas e sociais muito presentes nas regiões do Norte e Nordeste brasileiro.

Esse processo é denominado “rurbanização”, apresentada e resgatada a integração campo-cidade, devendo-se destacar que esse processo estabelece uma tendência específica de cada região e fazendo a reestruturação das pequenas cidades, por se tratar de um retorno do fluxo populacional, econômico e político no processo de desenvolvimento urbano.

Conforme Santos (2005) por não se tratar de uma política nacional geral, existe uma iniciativa de cada região em desenvolver uma política social personalizada, com soluções de reajustes no processo de modernização, adequada a cada tipo de sociedade.

Segundo Baeninger (1998), rurbano é um fenômeno que desenvolve mais atratividade econômica e de oportunidade à população das grandes cidades. A taxa de crescimento populacional metropolitana nacional tem uma redução considerável, devido o deslocamento das grandes e médias indústrias para o campo ou regiões próximas às áreas de fronteiras do Brasil. Essa migração rural-urbana e inter-regional desencadeou mudanças no perfil econômico que significa redução do êxodo rural.

As mudanças ocorridas na sociedade tem respectivamente desenvolvido conceitos de interpretações em relação ao espaço rural. Essas interpretações têm se correlacionado ao conceito de rurbanização, por se tratar da reestruturação econômica, social e física das cidades, desencadeando novos estudos do processo diferenciado de desenvolvimento espacial.

Para Freyre (1982) o rurbano, define uma integração total de complementariedade entre duas realidades, cidade X campo, ocasionando a integração necessária para a reconceituação do espaço rural, norteando o desenvolvimento, a ecologia e a distribuição espacial entre a sociedade, expondo assim múltiplas aparições econômicas da dependência de uma sociedade no período.

Nesse sentido, Abramovay (2012) destaca os perigos e as vantagens do processo da rurbanização nas regiões, pois a modernização desprende-se do condicionamento rural: desenvolvendo reestruturação urbana das grandes cidades, ocasionando problemas nas áreas da ecologia e da sua formação social.

Segundo Damiani (2006) as pequenas cidades caracterizam-se por serem menos modernas no processo de modernização com características ainda dominantes, do tipo rural, onde a produção é a agricultura e sua forma econômica é concentrada aos elementos mínimos da urbanização.

Nesta percepção, a autora caracteriza que as cidades pequenas nas a quais o número de habitantes é menor que 100 mil e suas economias concentram-se no seu desenvolvimento produtivo agrícola, além de ter o mínimo de características urbanas, porém com desenvolvimento lento e limitado.

Para Harvey (2004) as pequenas cidades são marcantes por possuírem políticas limitadas ao comércio local, gerada de uma produção agrícola, produzindo uma atividade capitalista limitada e desigual, privando-as do desenvolvimento industrial, econômico e comercial dos grandes centros comerciais.

De acordo com o autor esse processo é lento, porém, por possuir políticas limitadas à sua realidade, sem interesse de desenvolver mais as estruturas econômica, social, produtiva, espacial destas cidades, uma forma considerada dominante, a fim de não desencadear atuais características.

Segundo Santos (1998) todas as cidades pequenas possuem características marcantes e tradicionais, onde sua economia é bem limitada, porém com investimentos voltados à agricultura local, gerando apenas uma economia limitada.

Desta forma as cidades pequenas possuem características não muito desenvolvidas ou globalizadas como as grandes cidades, mas que sofre com o desenvolvimento. Pois o seu dinamismo é voltado para o mercado local, não desenvolvendo perdas.

Neste contexto as cidades pequenas são classificadas devido a sua característica rural, com uma limitação econômica e de infraestrutura básica, mantendo assim, a conservação da forma tradicional das cidades pequenas, porém com forma limitada na sua forma física, econômica, na sua dinâmica de desenvolvimento tecnológico e com base voltada para a agricultura local.

2.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE DAS CIDADES

A geografia tende a estudar a cada dia as cidades onde são desenvolvidos estudos bem diversificados, pois a cada ano são desenvolvidos novos conceitos, baseados na análise da dinâmica social, urbana, econômica, cultural, espacial, política e entre outros aspectos que fazem desenvolver a diferença no âmbito da pesquisa científica. Todo este processo está correlacionado com a ação humana, que criam categorias próprias para cada tipo de cidade.

Esta análise sobre os tipos de aspectos que as cidades são caracterizadas e classificadas diante das demais cidades são conceituadas como elementos norteadores por muitos autores, como forma de incentivo a estudos científicos diante do processo modificador que o homem produz sobre o espaço geográfico, desta forma as cidades são apresentadas de formas diversificadas, porém com algumas características comuns.

De acordo com Cardoso (2008), toda análise científica sobre cidade é baseada no estudo do espaço geográfico, globalizando assim uma classificação definitiva do tipo de categoria das cidades, podendo ser baseado sobre alguns problemas, soluções, acontecimentos sobre o tipo de perfil social, econômico, político, cultural, espacial e entre diversos elementos que possa ser analisado de forma de científica.

Desta forma, fica bem claro pelo autor, que toda análise busca fazer uma avaliação de toda forma, em termo de padrões e de algo que possa ser compreendido ou questionado como dinâmica direta ou indireta, a qual se cria um diagnostico mais preciso, desempenhando funções de atividades, características as quais a sociedade desenvolve ou sofre ao desenvolver modificações em certas áreas das cidades, regiões, territórios e que possa sofrer com essa transformação.

As categorias da análise das cidades são baseados nas constantes transformações de curto ou longo período de tempo, onde o homem é o principal elemento modificador, através da dinâmica direta ou indireta, utilizando ferramentas, técnicas, elementos e formas diante da modificação espacial, refletindo sobre a própria sociedade.

2.2.1 Cidade Como Conceito de Espaços

O processo de estudo da geografia sobre as cidades tem como objetivo, no âmbito da pesquisa científica correlacionar as ações humanas sobre todo o processo de produção espacial, visando analisar todos os agentes sociais de um determinado espaço ocupado ou em fase de desenvolvimento. Esses estudos sempre estão correlacionados com a produção espacial, geração econômica, desenvolvimento cultural e de políticas, feita pelos agentes sociais, que visa sempre o desenvolvimento e geração de rendas, para um determinado grupo social, de um espaço.

Nesta percepção de estudo, observa-se que todos os seres humanos buscam nas suas produções espaciais, uma ocupação e geração de lucratividade econômica, onde são desenvolvidas de formas diferentes, por pessoas diferentes, em espaços diferentes. Porém, estas lucratividades tendem a ter uma potencialidade diferente, entre os agentes sociais no mundo de hoje, devido a grande integração econômica, social, cultural e política no mundo.

As cidades são espaços em constantes modificações espaciais, principalmente no âmbito físico, social e econômico, pois os agentes sociais tendem a explorar todos os espaços possíveis, com objetivo de criar e desenvolver lucratividades. A sociedade busca utilizar os espaços físicos de diversas formas e ferramentas exploratórias, levando o desenvolvimento de técnicas e meios de acúmulos de tecnologia e mecanismo de atratividade de atividades econômicas.

Para Santos (2005), os espaços luminosos são áreas com grande fluidez econômica, que é desenvolvida pelo dinamismo industrial, através da utilização da tecnologia, que faz aproximar as empresas, junto aos seus consumidores, rompendo as barreiras dos espaços e das fronteiras espaciais. Essas indústrias utilizam as políticas do desenvolvimento, como forma de solucionar as necessidades das grandes empresas.

Conforme é desenvolvida a fluidez dos espaços, é adicionada a valorização espacial, onde é desenvolvida uma concentração social, que gera o desenvolvimento econômico dos centros comerciais, criando um crescimento acelerado de grupos sociais de diversas classes. Tal dinamismo proporciona rompimentos dos mecanismos tradicionais .

Conforme Silveira (2007), as grandes cidades são exemplos de espaços luminosos, principalmente por terem um grande desenvolvimento econômico, sendo estruturados por grandes centros industriais, que desenvolvem cada vez mais seus espaços comerciais, com o avanço da tecnologia e de suas acessibilidades, gerando assim o seu crescimento econômico.

Vale destacar que o autor correlaciona o espaço desenvolvido como um espaço luminoso, pois todo espaço desenvolvido tem uma base econômica mais elevada que outros espaços, onde estes espaços desenvolvidos possuem suas estruturas físicas, infraestruturas mais presentes em termos econômicos onde estão concentradas as grandes, médias e pequenas empresas, além do estado, que zela pelo desenvolvimento e pela fiscalização do mecanismo de crescimento e manutenção da fluidez econômica espacial.

Porém existem espaços que não têm estas atratividades econômicas e sofrem com a escassez de políticas públicas e privadas de desenvolvimento industrial, social e cultural, pois a acessibilidade é bem diferente dos grandes centros industriais, onde a sua população diminui cada vez mais, pois busca nos grandes centros urbanos a oportunidade de melhoria de vida.

Para Santos (2005), os espaços opacos são áreas que possuem a ausência de desenvolvimento industrial, não possuindo uma dinâmica significativa, além de não fluidez. São espaços que não possuem na sua estrutura física a presença de empresas e nem apresenta atrativos para um futuro planejamento empresarial, ocasionado a exclusão econômica.

Estes espaços poucos atrativos para os grandes centros, estão presentes principalmente em países em desenvolvimento, mas também em países desenvolvidos, como algumas pequenas cidades, que não acompanharam o ritmo de desenvolvimento tecnológico, político, econômico ou cultural de novos investidores. Toda esta ausência de elementos de desenvolvimento causa problemas diretamente no âmbito social, econômico, cultural e espacial de algumas cidades.

Segundo Braga (2007) os espaços opacos são consequência do não planejamento econômico dos espaços territoriais das pequenas cidades, onde tende a não desenvolver, por falta de incentivos e não acessibilidade de fluxos populacional, o que desencadeia o não investimento das indústrias de grande e pequeno porte, além da falta da fiscalização e incentivos públicos.

Ligado a este conceito de espaço opaco, correlacionado com a ausência de incentivos geradores de desenvolvimento econômico, observa-se uma tendência de associação a outros fatores negativos, que desenvolveram a desvalorização espacial, pouco populosos, ausente de políticas públicas e de valor mais sociocultural, fatores que provocaram a geração de novos aspectos negativos ao olhar de diversos investidores no mundo.

Conforme Santos (2005), o território brasileiro possui muitos espaços opacos, devido o não planejamento e a não manutenção econômica, política e cultural das pequenas cidades, principalmente que estão localizadas nas regiões norte e nordeste do país, onde as pequenas cidades foram criadas ou desenvolvidas, apenas como forma de políticas de ocupação fiscalizadora.

Esta afirmação é bem visível na exposição dos dados das pesquisas informativas do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010, que expõem o crescimento econômico nos grandes centros econômicos do Brasil, na região Sul e Sudeste, onde estas duas regiões possuem um grande fluxo populacional, como destino de brasileiros, que desenvolvem diretamente e indiretamente a regressão de algumas cidades das regiões Norte e Nordeste do país.

As contradições sociais de espaços luminosos e espaços opacos são presentes atualmente no mundo, principalmente se correlacionarmos o processo da globalização diante da divisão dos países desenvolvidos e os que estão em desenvolvimento, pois os países desenvolvidos são hoje, os grandes centros econômicos, que valorizam espaços estratégicos, enquanto os países em desenvolvimento são os espaços explorados e obscuros da economia mundial.

2.2.2 Cidade Como Conceito de Espaço de Sistema

Os fatores da ocupação humana, diante do espaço habitável nas cidades de hoje, tendem a desenvolver a ação física da sociedade de uma forma mais acelerada, pois os atores residentes buscam com o tempo produzir espaços econômicos, viabilizando a economia e ocasionando a desigualdade social nas suas estruturas. Esta desigualdade não visa apenas as grandes cidades, mas também as áreas rurais.

Esta forma de desenvolvimento é desigual, pois uma produção desencadeia o desenvolvimento de novas áreas e também meios de deslocamento social entre cidades, países e continentes, mecanismo que desenvolve com o tempo e é influenciado principalmente quando existe algum fator econômico envolvido, pois diretamente e indiretamente o espaço vai sendo modificado, criando forma e tendo acessibilidade cada vez mais para o desenvolvimento destas atividades, proporcionando danos e problemas para as classes sociais menos favorecidas.

De acordo com Mello (2006), as cidades são espaços em constantes modificações pela ação do homem, que busca, em seu deslocamento e fixação espacial, mecanismos de desenvolver economicamente ou estruturalmente de forma pública ou privada. Este mecanismo é bem atuante, podendo proporcionar crescimento ou ocasionar com o tempo melhorias de mecanismo da tecnologia da informação, estrutura urbana, cultural e política.

Para Santos (2005) o sistema classificado como fluxo e fixo proporciona de uma forma direta e indireta a ocupação socioespacial, que agrega elementos modificadores desenvolvidos por agentes geradores de modificação, onde esta sociedade cria uma referência espacial e vai se adaptando a sua realidade, criando laços culturais e políticos com o espaço ou apenas vivenciando temporariamente.

Esse sistema tem uma ampla atuação, com fatores que proporcionam a valorização e causa da modificação socioespacial, proporcionando de forma acelerada a ruptura do meio limitado, ocasionando o crescimento, a modernização comercial e a acessibilidade de outras populações ao espaço em constante modificação, convergindo elementos diretos e indiretos do espaço, que desencadeia avanço ou retrocesso.

Conforme Mello (2006) o sistema fixo é a composição da estrutura física de uma cidade, onde o espaço apresenta infraestrutura pública, privada e em fase de desenvolvimento da ação humana, proporcionando o desenvolvimento econômico direto e indireto, através de mecanismos que beneficiam com novas infraestruturas e ocasionando demandas comerciais, elemento modificador do espaço ao longo do tempo.

O espaço modificado é resultado das ações humanas na prática dos atos comerciais e prestações de serviços públicos, que se fixam no espaço para prestar serviços básicos à sociedade local, ocasionando em alguns casos a fixação residencial e também familiar na área, criando assim um investimento econômico e infraestrutura física.

Para Santos (2005) o sistema fixo são fatores econômicos, sociais, culturais, religiosos, de forma material, que sofrem o processo da transformação, criando a fixação material em um espaço, acrescentando uma valorização e o desenvolvimento local, proporcionando assim o crescimento e desenvolvimento do capital de uma cidade, além do social, ocasionando assim com o tempo o desenvolvimento socioespacial.

Segundo op. cit. (2005) expõe que a ação do homem diante do espaço existente, tende a desenvolver com o tempo, pois as modificações são constantes, a qual ele investe através do desenvolvimento da infraestrutura física, através da valorização do espaço, com obras residenciais, comerciais e públicas, criando assim mecanismo de valorização da área que os atores modificadores programam com o passar do tempo.

Para Santos (2005), o sistema fluxo é a ação da sociedade no desenvolvimento da transformação e reprodução espacial, distribuindo e desempenhando as funções do desenvolvimento econômico e social, através do deslocamento contínuo e da acessibilidade das ações e que desempenha a função do sistema fixo.

Para o autor o fluxo é um sistema que comporta a ação das transformações espaciais, onde reproduz a dinâmica socioespacial na formação de descolamento e do processo de organização estrutural do espaço produtivo através do trabalho e do processo histórico do tempo. As empresas, firmas e prédios públicos têm a função de desenvolver bens materiais, porém é responsável pelo grande fluxo populacional e de produção.

Segundo Guerreiro (2006), o fluxo é uma atividade humana, que é compreendida como dinâmica sócio-histórica, pois os seres humanos fazem da transformação a sua organização e reorganização espacial, possibilitando a movimentação e a fixação do espaço das cidades, configurando desta forma a sociedade, através de processo de desenvolvimento econômico, cultural, social, político e físico.

Com base nos autores, esta configuração espacial resulta na formação do território em conjunto com a sociedade, configura todos os instrumentos de trabalho e as demais formas produtivas do espaço. Esses dois sistemas, fixo e fluxo, são fatores que promovem o processo da urbanização das cidades, além da prática das atividades econômicas.

Desta forma os dois sistemas; fixo e fluxo, desenvolvem a complementação um ao outro, onde o espaço será transformado, em pequena ou grande escala, sofrendo modificações que possam valorizar ou desvalorizar, esses elementos transformadores, serão os seres humanos, que são atores modificadores, configurarão a sociedade que presenciará e modificará o espaço.

2.2.3 Cidade Como Conceito de Espaço, Estrutura, Forma, Função e Processo.

O espaço em seu conceito científico é definido como uma área que sofre alterações contínuas da atuação humana, onde não é determinado em apenas um local, constituído por uma qualidade objetiva, com benefício social em constante mudança. Todas estas modificações são compreendidas por quatro categorias de análises espaciais.

De acordo com Santos (2005), o espaço é constituído por uma realidade objetiva, com um só produto social em permanente mudança. Porém, todo espaço deve ser estudado, por provocar ações de movimentos temporais, sendo fundamental para a separação e união das categorias de análises espaciais, que define o espaço e o tempo.

Toda esta realidade é compatível com os aspectos visíveis sobre o arranjo, ordenados das formas espaciais de uma sociedade, a qual cria o desenvolvimento de desempenho da população sobre o espaço no tempo contínuo, onde esta estrutura em movimento pode ser considerado com processo modificador em diferentes escalas.

Para Santos (2005) a estrutura deve ser bem analisada, pois os seus aspectos apresentam modalidades de classificação de espaço e tempo, sendo sempre resultado da imposição da sociedade sobre o espaço. Para o autor esta categoria tem objetivo de inter-relações entre si, não apresentando qualidade imediata, sobre a compreensão mais no aspecto cultural da sociedade.

Toda modificação física sobre o processo de desenvolvimento espacial de uma cidade, no aspecto cultural, social, espacial, econômico, político e cultural são elementos que sofrem constantes modificações, desde a criação da primeira cidade no mundo, que foi influenciado com o desenvolvimento social e espacial, baseado na inter-relação destes dois aspectos de espaço e tempo.

Mas para Corrêa (1986), a categoria espacial da estrutura é definida de uma forma mais simplificada, onde a estrutura é definida como uma dinâmica da natureza social e econômica que a sociedade desenvolve por um determinado momento do tempo, alargando assim uma modificação compatível ao espaço que a sociedade diretamente ou indiretamente desenvolve.

Estas estruturas também apresentam características diversificadas, diante do seu processo, apresentando assim uma dinâmica compatível a sua sociedade, diante da sua ação desenvolvida no tempo e no espaço da cidade. Toda esta diversificação de transformação cria mudanças e alterações no seu aspecto físico diante do resultado da configuração, definindo assim como todo processo que é prática de uma ação contínua no espaço de uma cidade.

De acordo com Corrêa (1995), a forma espacial de uma cidade revela a classificação da sua escala física e social, onde está correlacionada a sua função de relação direta entre a sociedade e o espaço físico, desencadeado pela sua organização estrutural, uma estruturação social que cria a ligação física ou de modo temporal.

Diante desta definição do conceito de espaço como processo de forma, observa-se que as cidades são elementos que criam dinamismo constante, que é desenvolvido constantemente pelos fatores sociais que produzem transformações espaciais diante do tempo, principalmente influenciada pelo desenvolvimento econômico e do processo de urbanização das cidades.

Conforme Santos (1996), o conceito de forma é o resultado da caracterização desenvolvida pela ação humana, no caso das cidades, e o aspecto vivenciado e promovido pela sociedade, diante do ordenamento dos objetos utilizados no âmbito espacial e temporal, resultando o desenvolvimento de uma função.

Para compreender a intensidade do consumismo do espaço sobre o processo de transformação espacial de uma sociedade sobre o desenvolvimento das cidades. No caso das cidades o processo de urbanização que são de forma e função constante, mesmo que demore um tempo, desenvolve-se através da dinâmica social, ocasionando o crescimento de sua estrutura física.

Os estudos de Santos (2005), sobre os conceitos das categorias de análise espacial, atestam que a função das cidades está relacionada à produção direta da forma física, quando é desenvolvida a forma da cidade, em seu processo de atividade, objetivando assim um resultado indeterminado e imprevisível diante da ação praticada.

Partindo desta compreensão as cidades sofrem com a produção diversificadas de ações que influenciam a sociedade, como é caso da economia que faz crescer o desenvolvimento e destacar uma atrativo de interesse a outras sociedades, que desencadeia a predominância do urbano, sobre a urbanização das cidades, cada vez mais e com grande velocidade, sendo quase impossível de controlar.

Segundo Corrêa (1995), o conceito de cidade como função, implica num processo de tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto, que tende a ser estendido através de um processo, relacionado à classificação da categoria espacial, entre forma, estrutura e o processo evolutivo da totalidade social espacializada em uma cidade, desencadeando uma organização física.

Diante desta organização física das cidades é desencadeado o conceito de processo, que visa a exposição do conteúdo existente no espaço geográfico, diante a ação da sociedade sobre o seu desenvolvimento, podendo ser classificado de forma lenta ou de forma rápida. Este dinamismo é resultado do urbanismo das cidades, que apresentam desenvolvimento, mais também problemáticas socioespaciais no âmbito do seu conteúdo produzido.

Conforme Castells (2006), o dinamismo do espaço atribui o capitalismo de produção como forma de concentração econômica, que cria conseqüentemente lugares que estão diretamente relacionados com a estrutura, processo, forma e função do espaço urbano das cidades. Esta estrutura é entendida como as categorias espaciais das cidades.

O capitalismo de um modo de produção é exposto como uma “estrutura” que é responsável pelo impulsionamento das transformações da sociedade das cidades que são definidas como “processos” ao qual desenvolve o dinamismo organizacional sobre os espaços, desencadeando a materialidade do urbanismo diante dos processos econômicos e sociais como forma de articulação própria.

2.2.4 Cidade Como Conceito de Espaço Rural-urbano

O processo de desenvolvimento das cidades pequenas são fatores que ocorrem a longo prazo, pois, com a perda de suas características rurais, sofrem influência dos acontecimentos inovadores sob aspectos da economia, sociais, industriais e culturais, porém o método tradicional de produtividade faz com que desenvolva atratividades econômica para aquela região.

Segundo Baeninger (1998), a rurano nada mais é do que um fenômeno que desenvolve mais a atratividade econômica de região, onde se criam oportunidades para certa população, igual a das grandes cidades, devido o planejamento de implantação de indústrias de grande e médio porte, para as áreas do campo.

Todo este processo é resultado de um planejamento governamental, para inibir o crescimento da taxa populacional das metrópoles, obtendo assim a redução considerável da população urbana, ocasionando o deslocamento das cidades para o campo ou áreas próximo às áreas de fronteiras do Brasil, acarretando mudanças no perfil econômico das regiões, que gera uma significativa redução do êxodo rural.

Segundo Corrêa (1997) toda sociedade de uma cidade grande busca, nas pequenas cidades, vantagens que hoje as grandes cidades não oferecem mais, como tranquilidade, sossego e simplicidade, ocasionando a exclusão do conforto e das relações sociais agitadas. Através desta dinâmica pode-se caracterizar esses espaços como formar cidade, ocasionando todo o processo urbano

Para muitos autores todo esse processo é denominado “rurbanização”, pois resgata e valoriza a integração campo-cidade, minimizando as perdas econômicas, impedindo o êxodo rural e desencadeando um processo específico para cada região, ocasionando a reestruturação das pequenas cidades, redeslocando o fluxo migratório econômico, político e social no processo de desenvolvimento do centro urbano para o campo.

Segundo Freyre (2013) a cidade rurana é um fenômeno recorrente a um espaço social, com a implementação do planejamento e ordenamento espacial do equilíbrio social e ambiental, com fatores econômicos diante de um desenvolvimento urbano-industrializado, porém com característica rural.

O benéfico das cidades ruranas é por ter em sua política a ideia de equilibrar o espaço físico, de desenvolvimento, sem modificar suas características, redistribuindo assim formas de benefícios para a população, incorporando áreas territoriais em fase de desenvolvimento, antes pouco ocupadas.

2.2.5 Cidades no Espaço Amazônico

As cidades se originam devido à unificação de grupos de pessoas, que se fixam em locais que possuem meios mínimos de sobrevivência, desenvolvendo alterações no espaço ocupado, criando assim uma organização residencial, política, social e econômica.

Conforme Santos (2004) as cidades se originam da necessidade humana, ou por meio de garantir a ocupação política, econômica e social, porém no caso das cidades da Amazônia, foi por interesse de ocupar através de políticas governamentais, garantindo assim o desenvolvimento da fiscalização e ocupação espacial da Amazônia.

Devido a grande extinção espacial e de extrema dificuldade de acessibilidade a diversas regiões amazônicas, as cidades Amazônicas foram sendo criadas às margens de grandes rios, que serviam como rota de trânsito populacional e como fonte de abastecimento comercial.

As cidades amazônicas são fruto de migrações sociais, que buscavam assim melhores condições de vida, em áreas que se garantisse o seu sustento familiar, vantagens no intuito de conseguir terras para o seu desenvolvimento econômico e a isenção de impostos e/ou incentivos governamentais (CORBIN, 2012).

As cidades amazônicas são fruto de migrações e ficções de grupos sociais em áreas menos populosas, porém que desenvolveram um crescimento constante, bem como meios atrativos de desenvolver a economia, enquanto espaços que desenvolveram o processo urbano, porém com interesse principalmente político e econômico, desenvolvendo assim integrações sociais, culturais, espaciais, principalmente como estratégias governamentais.

Segundo Andrade e Serra (2011) as cidades amazônicas serviram como base para a negociação internacional dos produtos amazônicos que derivaram de surgimento de pequenas vilas e que hoje são cidades estruturadas, fruto da colonização e migração do passado Amazônico.

Milton Santos destaca em seus conceitos a diferença da expressão “cidades na floresta” a “cidades da floresta” onde, até o século XX, predominou, sendo o início do século XXI o desenvolvimento do processo de integração territorial brasileira, características diferenciadas, porém ainda muito confundidas em seus conceitos, por exemplo.

As “cidades na floresta” tinham em seu processo o intuito de atender e se articular com a demanda da região localizada, deixando assim a floresta com um aspecto mais valorizado e desenvolvido com estrutura urbana, tudo isso visando a economia existente naturalmente na floresta, como o exemplo de exploração econômica (espécies de animais e vegetais, minerais, prestação de serviços turísticos e da madeira).

Conforme Santos (2005), as cidades da floresta até a década de 1960 eram predominantes na região amazônica, pois eram correlacionadas a pequenas cidades com circulações fluviais, ligada diretamente com a natureza, porém não muito modificadas e exploradas por seus habitantes, que tinham uma ligação bem regional, como pequenos povoados, comunidades que residiam às margens dos rios e vilas.

Portanto, a cidade da floresta caracteriza-se como a cidade que surge espontaneamente no contexto amazônico a partir de uma dinâmica de horizontalidades fundamentada em desdobramentos dos povos tradicionais ou dos próprios povos ribeirinhos.

Já a “cidade na floresta” consiste num processo de regionalização que marca a dinâmica do processo regional do Brasil, desta forma, visto por muitos autores como o processo de modernização do território amazônico, a qual as cidades perdem aquelas características de cidades isoladas, sem desenvolvimento econômico e com pouca rentabilidade.

Assim, as cidades na floresta são criadas artificialmente, induzidas por projetos, sejam eles federais ou estaduais, portando influenciadas como grupamentos por verticalidade, normalmente são projetos de colonização ou cidades criadas artificialmente criadas ao longo de modais artificialmente criados, como os próprios sistemas rodoviários.

2.2.6 Cidade Como Conceito Espacial de Ordem

O processo de urbanização de uma cidade media-se a partir do desenvolvimento da divisão social, a qual se cria com o tempo, numa dinâmica socioespacial e desenvolvimento contínuo de transformações no espaço urbano e na própria sociedade, fenômeno que é influenciado pela modernização tecnológica, que

desencadeia o crescimento espacial, fazendo com que as cidades criem processos de ordenamentos físicos, políticos, sociais e econômicos.

Conforme Lefebvre (1991), a ordem proximal abrange a comparação dos membros de um grupo social, familiar ou que apresente continuamente um contato social, esse processo não tem ligação com instituições particulares, públicas ou religiosas. No caso das cidades, isso é desenvolvido continuamente, quando um indivíduo desenvolve atividades familiares, trabalhistas ou tem contato com pessoas conhecidas, pois tem vínculo e contato diariamente.

Já a “ordem distante” é de um dinamismo mais amplo, onde o indivíduo desencadeia contato através de algum vínculo que não é rotineiro, em um espaço social, como por exemplo através de meios perceptivos e de amplitude geral, como participação de algum movimento social, institucional, religioso, público, por um meio que siga normas, que é o caso do poder judicial, que visa garantir os direitos e deveres de cada cidadão (LEFEBVRE, 1991).

No caso das cidades estes ordenamentos sociais são bem diversificados, pois todo cidadão mesmo permanecendo pouco tempo ou vivendo a sua vida inteira numa cidade, irá desenvolver as duas ordens: Ordem Proximal e Ordem Distante. Desta forma fica claro que a cidade muda com o tempo, resultado da ação humana e não por sua vontade própria, porque a sociedade pode mudar através da sua união social e vontade, já a cidade nunca poderá pensar de forma separada da sociedade.

Pode-se observar que a materialização da ordem próxima está fundamentado em dinâmica de horizontalidade e o conceito de ordem distante, fundamentado em dinâmica de verticalidade, um fenômeno de ordem próxima pode ser observado na cidade de Bonfim, como cidade na floresta.

2.2.7 Cidade Como Conceitos de Espaços-temporais

O processo de desenvolvimento das cidades é bem diversificado, pois são os fatores presentes nelas que irão ampliar o crescimento e o desenvolvimento socioespacial e cada elemento existente neste espaço tem característica compatível a sua função, podendo desencadear um dinamismo de espaço-tempo.

Este processo pode variar de região para região do planeta. Porém a geografia estuda esses elementos como aspectos que podem desenvolver o seu processo rapidamente ou mantém-se de uma forma mais limitada, a qual não possui elementos de desenvolvimento, ou, quando possui, não é suficiente para alavancar a estrutura de forma mais rápida, no caso os conceitos de espaço-temporais, que classificam a cidade como cidades lentas e cidades rápidas.

Conforme Santos (2005) as cidades desenvolvem formas com base no processo de desenvolvimento, desencadeiam funções diante da sua sociedade, provocando ações humanas em um espaço, sempre sofrendo modificações através de elementos diversificados.

Um exemplo bem típico são as pequenas cidades, que têm sua contração econômica voltada para pequenos comércios, prestações de serviços e uma população limitada, na qual o dinamismo do tempo passa de uma forma mais lenta, estas cidades apresentam limitação social ou redução populacional, pois o fluxo populacional não desenvolve muito o processo socioespacial.

Para Castells (2006) as cidades lentas são cidades que desenvolvem um processo urbano hegemônico, pois a sua sociedade apresenta poucos elementos a seu favor no processo de desenvolvimento, ou está localizada em uma área de difícil acessibilidade, em alguns casos a sociedade é influenciada por falta de políticas atuantes e de desenvolvimento econômico.

O autor menciona a falta de elementos que toda cidade tende a possuir, para desencadear o seu desenvolvimento contínuo, por exemplo, uma cidade localizada no interior da Amazônia na década de 1950, onde o acesso era quase impossível e com acentuada falta de elementos de prestação de serviços públicos.

Conforme Santos (2005) as cidades rápidas são cidades que estão em constantes mudanças, ligadas em aspectos políticos, culturais, econômicos e sociais, desenvolvendo o progresso tecnológico, estimulando continuamente o crescimento do fluxo social, de forma que este fluxo seja lucrativo, como as cidades gêmeas, que são vistas por muitos como espaços atrativos, devido à acessibilidade e às vantagens econômicas.

Neste sentido, os conceitos das cidades ficam bem específicas, pois são caracterizadas de acordo com os seus processos de desenvolvimento, revelando formas planejadas ou não planejadas, rompendo limites ou se limitando continuamente sobre os espaços transformados, ocasionado o processo de urbanização de cada cidade conforme o espaço-tempo.

2.2.8 Cidade Como Conceito de Espaço Transfronteiriço

A produção espacial na fronteira com o processo da globalização no mundo desencadeou um crescimento econômico muito mais acelerado do que o poder governamental de alguns países esperavam. Tal aceleração ocasionou conurbação ou semi-conurbação em municípios com sua localização próxima a países vizinhos, principalmente áreas de municípios fronteiriços.

Esses processos de integração entre os países são compreendidos a partir da compreensão de Cidade Gêmeas, pois servem como porta de entrada de produtos lícitos e ilícitos de diversas naturezas, além dos recursos naturais e minerais que são explorados legalmente e ilegalmente, sem controle e gerando danos ao meio ambiente.

De acordo Becker (2007) as cidade gêmeas desenvolvem rupturas com a delimitação das fronteiras, pois são atividades de vínculo de vários níveis, marcada por uma dinâmica de relações e contradições de conflitos, impedindo o controle da fiscalização, por se tratar do impacto de atores econômicos e sociais e de interesses diversos, grande parte ilegais no espaço das fronteiras.

Para se entender o conceito de cidade-gêmea é necessário entender a dinâmica da fronteira, destacando os conceitos de: linha de fronteira, faixa de fronteira e a zona de fronteira, como instrumentos de limite internacional, caracterizadas por interações sociais, culturais e de poder. Porém as cidades gêmeas sempre apresentam diferentes níveis de desenvolvimento.

Conforme Cuisinier (2001), a cidade gêmea caracteriza-se por uma dinâmica com posição estratégica, com interação entre as linhas de comunicação terrestre e a existência de infraestrutura de articulação que desenvolve com atividades vinculadas a vários níveis.

Alguns aspectos importantes das Cidades Gêmeas são bem marcantes, devido o seu posicionamento estratégico e a existência de uma infraestrutura que articula e promove o fácil deslocamento, garantindo o desenvolvimento e crescimento urbano. Outros dois aspectos comuns são a interação das cidades junto à fronteira e interação de atividades econômicas, sociais e culturais.

De acordo com Brasil (2011) as cidades gêmeas são território do município que faz limite com o país vizinho e sua sede localiza-se no limite internacional, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação. Neste contexto, o território é limitado, desenvolvendo interações de convívio social entre as duas sociedades.

Segundo Senhoras (2013) a heterogeneidade presente nas faixas de fronteira expõe de forma bem clara o grau de acordos de cooperação bilateral ou regional entre os Estados Nacionais das cidades de fronteira. As cidades gêmeas apresentam essencialmente uma lógica geoeconômica também fundamentada em estímulos geopolíticos e geoculturais.

Desta forma na geoeconomia das cidades é proporcionada a compressão estratégica dos poderes paralelos entre os países. Essas manifestações exercem fluxos e dinâmicas de divergências e convergências, sendo assim caracterizada como formas comuns das cidades gêmeas.

Esse tipo de interação geoeconômica é resultado do fluxo produtivo, desencadeado pela sociedade entre as faixas de fronteira. Essa dinâmica de cidade, proporciona o desenvolvimento de uma cidade, quando correlacionada a outra, fator que tende a atrair trabalhadores da cidade menos desenvolvida.

Segundo Santo (1996), as cidades gêmeas têm sua importância econômica e estratégica na fronteira, porém as relações e a circulação estabelecida entre as cidades fronteiriças é composta de laços políticos, econômicos e sociais, que produziram uma configuração territorial única na região da fronteira.

Essa interação da fronteira é resultado da convivência social e política, que desencadeia dinâmica populacional, através do fluxo econômico e conseqüentemente esse resultado proporciona os fluxos comerciais internacionais em todo o mundo.

As cidades de fronteira no seu processo de desenvolvimento econômico e físico diferenciam-se entre si pela diversidade de características geográficas e pelas relações que estabelecem com os governos. Essas relações, relativas e desiguais, são claras nas cidades gêmeas, conforme a Figura 2.

Figura 2 - Localização das Cidades-Gêmeas na Faixa de Fronteira.



Fonte: RETIS – IGEO/UFRJ 2005

As cidades de fronteira caracterizam-se por estarem localizadas em áreas que fazem limite de um país a outro, porém possuem características ambíguas, por possuírem atributos de interações políticas e organizacionais, formando assim relações urbanas, sociais, econômicas e políticas.

De acordo com Santos (2004) as cidades de fronteiras são resultado de interações sociais, que popularmente constroem laços de interesse social, econômico, cultural e político, permitindo a interação contínua e complementar entre os dois grupos sociais residentes nas diferentes nacionalidades.

Para o autor, esse fenômeno é natural, pois o convívio social entre as duas nacionalidades cria um complemento social, resulta num convívio espacial e cria um sistema de valores e conduta, minimizando os conflitos existentes e ensinando cada grupo com o tempo os valores da formação unificada entre as duas sociedades em uma só.

Estes eventuais processos são resultado de convívio social estabelecido em diversos graus de relação, caracterizando uma tipologia de fronteira nos dias de hoje, de predominância econômica, comercial, política e social, ainda mais quando existe uma vantagem atrativa para a sociedade residente na região ou que possa se deslocar até esta cidade de fronteira.

Segundo Machado (2005) as cidades de fronteira servem em alguns casos como pontos de fiscalização ou formas de estratégias políticas, porém com novos significados, devido à globalização, integrações espaciais e econômicas do mundo de hoje.

Desta forma o autor destaca que as cidades da fronteira também não podem ser, em alguns casos, cidades gêmeas, pois às vezes elas podem ser criadas, como forma de estratégia política de um país, para servir como base de apoio, ou como ocupação espacial para não ser dominado, que foi o caso do plano político do Brasil na década de 1960, para não ser explorado por outras nações e nem ser invadido por estrangeiros.

Para Golin (2002) as fronteiras passaram por diversas mudanças e formas de conceito, inclusive o espaço próximo das fronteiras, com a criação e o desenvolvimento das cidades, pois assim como as culturas passam por dinâmicas, as cidades passam por delimitações, com o tempo influenciados pelos fatores políticos, econômicos, culturais, nacionais e transnacionais. Se tratando de cidade, os termos social, econômico, político e cultural, são fatores iniciais para desenvolver do surgimento de uma cidade às margens da fronteira, enfatizando assim característica ambígua e inversa de cidades de fronteiras.

2.2.8.1 Cidades na Faixa de Fronteira

Apesar das diversas análises sobre a faixa de fronteira do Brasil e Guyana, muitos trabalhos científicos tem observado a influência econômica sobre a cultura das etnias que residem nesta zona de fronteira. Conforme Corbin (2012) a mobilidade populacional é bem visível na fronteira brasileira com a Guyana, pois existe desde os tempos da colonização da antiga Guyana.

A dimensão da faixa de fronteira é limitada por meios naturais, que servem de divisão entre os dois países, constituindo assim a soberania política dos países e o grande fluxo populacional entre as populações que residem na fronteira, usufruem dos direitos e deveres que o Estado impõe.

Segundo Brasil (2005) a faixa de fronteira ficou definida como espaço interno de terra, paralela à linha divisória do território nacional, cuja demarcação cabe à União e é reservado à segurança nacional, onde sua ocupação e utilização espacial somente pode ser regulada em lei.

Neste contexto a fronteira que divide esses países é rompida com a formação social entre as sociedades dos dois países, que tem convívio diário devido às cidades-gêmeas, Bonfim (Brasil) e Lethem (Guyana) sendo dividida pela fronteira natural, o Rio Tacutú.

De acordo com Oliveira (2010) a Guyana obteve a sua independência somente após a Segunda Grande Guerra, onde sua formação populacional é composta por diversos grupos étnicos, que até hoje têm participação na viabilidade entre os países e participação na produção econômica nas cidades de fronteira.

O autor tentou expor que até hoje a população indígena tem participação direta e indireta na formação do espaço territorial, porém convivem naturalmente entre a sociedade dos dois países, que ainda favorece a integração com indicador de diversidade social.

Essa integração diversificada é exposta em toda faixa de fronteira do Brasil e da Guyana, pois particularmente localizam os municípios de Normandia e Uiramutã, que tem continuamente um trânsito fronteiriço entre os indígenas da etnia Macuxi e Wapixana.

Por meio da exposição da dinâmica ocupacional e social, alguns autores fazem algumas observações no processo de ocupação e colonização do território da Guyana, pois a dinâmica das cidades da faixa da fronteira Guyana- Brasil foram ocupadas por duas nacionalizações que buscavam fortalecimento econômico e territorial.

Segundo Machado (1999), as dinâmicas das fronteiras são naturais a contribuírem para a acessibilidade ter outras formas, pois os elementos são considerados modificados, conforme o tempo vai se passando e esse processo de formação vai variando de elementos na fronteira guianense.

O autor de forma mais simplificada expõe que a fronteira tem dinâmicas que são variadas e sofrem influências dos elementos modificadores, que são desenvolvidos com o passar dos anos, essas formas constituem fatores modificadores, influenciando assim a sociedade, cultura, economia e o poder do estado.

Conforme Castells (1999), a economia desenvolvida na faixa de fronteira cria uma sociedade em redes que estabelecem, através da economia, um processo de transformação estrutural que o planeta hoje vivencia. Esta análise entre a sociedade e a economia da faixa de fronteira modifica a antiga tradição visual dos elementos que transcendem das fronteiras.

A economia é dos principais fatores desta modificação espacial e social, pois margens a fronteira brasileira e guianense a população tem trânsito contínuo, que favorece a formação da dinâmica da faixa de fronteira, ultrapassando os limites naturais e do Estado.

Segundo Castells (1999) os aspectos relativos aos crimes transnacionais têm concentrações e dinâmicas maiores, devido os fluxos de pessoas constantes, como o tráfico de drogas, de pessoas, de armas, de animais silvestres, do contrabando de produtos eletrônicos e etc.

O autor destaca que as fronteiras são hoje muito atrativas, devido à facilidade econômica em poder comprar produtos, isso gera através de outros meios a ilegalidade, através de grande fluxos econômicos, porém essa ilegalidade tem influenciado pessoas que residem na faixa de fronteira entre a Guyana e o Brasil.

De acordo com Becker (2007) as fronteiras sofrem problemas com as suas transformações, pois além do comércio ilegal, que traz prejuízo para a nação brasileira, desenvolve-se o comércio formiga, que é um fator da dinâmica do mundo globalizado.

Essa dinâmica é ação da população que busca comercialização de produtos oriundos de outros países, em razão da facilidade e o baixo custo e a questão cambial. O comércio formiga é aparentemente legal, porém para alguns autores apresenta posições negativas ao Estado, pois os produtos são revendidos sem geração de tributos ao Estado.

Essa dinâmica comercial em torno da fronteira, nos últimos anos, tem crescido, pois além de ser atrativo é bem visto pela sociedade que reside na faixa de fronteira, são vistas por outras pessoas de outros estados como forma de fonte de renda familiar, no caso da Guyana uma atratividade econômica, pois não tem muito prejuízo na venda dos produtos aos brasileiros.

As pessoas que usufruem da legalidade para desenvolver uma fonte de renda familiar são conhecidas pelas pesquisas como atores sociais que interagem diariamente com o comércio do país vizinho em busca de lucro, ocasionando um fluxo mais contínuo entre as sociedades, desenvolvendo o comércio formiga.

Conforme Magalhães (2007) o comércio formiga é o comércio impulsionado pela facilidade do deslocamento existente entre as cidades fronteiriças, pelo preço mais convidativo decorrente das diferenças cambiais e, mesmo, pela inexistência de oferta do bem no mercado local.

O comércio formiga é exposto como um fenômeno que ocorre nas áreas comerciais de fronteira dos países, essa ação é desenvolvida pelos atores sociais, que utilizam da facilidade do acesso e deslocamento entre os países para iniciar uma atividade econômica, talvez até a única fonte de renda familiar.

Segundo Brasil (1984) o comércio formiga é exposto como uma temática limitando, pois, o comércio alternativo como subsistência. Esse comércio de subsistência é favorecido pela isenção dos tributos ao estado, dos bens comprados nas cidades limites na fronteira terrestre.

Neste contexto o próprio Estado reconhece que esse fenômeno econômico traz prejuízo à economia brasileira, pois esta dinâmica é exercida por muitos atores sociais que vão ocasionando uma grande isenção de tributos ao Estado.

2.2.8.2 Cidades na Linha de Fronteira

As cidades gêmeas brasileiras, localizadas na fronteira brasileira com países vizinhos, destacam-se devido o seu processo de desenvolvimento econômico e físico, localizam-se em diferentes regiões do Brasil, devido suas características e localizações geográficas, que desenvolvem relações governamentais com outros países. Essas relações favorecem as cidades gêmeas. Conforme a figura 2, que expõe a localização das Cidades-Gêmeas na faixa de Fronteira e a sua divisão das cidades na Faixa de Fronteira do Brasil.

Quadro 2 - Divisão das Cidades na Faixa de Fronteira do Brasil

CIDADES GÊMEAS BRASILEIRAS				
Brasil				
Cidade	Estado	Arco	Pais	Cidade
Oiapoque	AP	Norte	Guiana Francesa	Sainte-George
Bonfim	RR	Norte	Guyana	Lethem
Pacaraima	RR	Norte	Venezuela	Santa Elena Uairen
Tabatinga	AM	Norte	Colômbia	Leticia
Assis Brasil	AC	Norte	Peru	Iñapari
Brasiléia	AC	Norte	Bolívia	Cobja
Epitaciolândia	AC	Norte	Bolívia	Cobja
Santa rosa do Purus	AC	Norte	Peru	Santa Rosa
Guajará – Mirim	RO	Norte	Bolívia	Guayaramerin
Bela Vista	MS	Central	Paraguai	Bella Vista Norte
Corumbá	MS	Central	Bolívia	Puerto Quijarro
Coronel Sapucaia	MS	Central	Paraguai	Capitán Peralta
Mundo Novo	MS	Central	Paraguai	Salo de Guairá
Paranhos	MS	Central	Paraguai	Ypejú
Ponta Porã	MS	Central	Paraguai	Pedro Juan Caballero
Ponto Murinho	MS	Central	Paraguai	Puerto Chica palma
Barracão	PR	Sul	Argentina	Bernado de Irigoyen
Foz de Iguaçu	PR	Sul	Paraguai	Ciudad Del Este
Guaira	PR	Sul	Paraguai	Salto Del Guairá
Dionísio Cerqueira	SC	Sul	Argentina	Bernado de Irigoyen
Aceguá	RS	Sul	Uruguai	Acegua
Barra do Quaraí	RS	Sul	Argentina	Monte Caseros
Chuí	RS	Sul	Uruguai	Chuy
Itaqui	RS	Sul	Argentina	Alvear
Jaguarão	RS	Sul	Uruguai	Rio Branco
Porto Xavier	RS	Sul	Argentina	San Javier
Quaraí	RS	Sul	Uruguai	Artigas
Santana do Livramento	RS	Sul	Uruguai	Rivera
São Borja	RS	Sul	Argentina	Santo Tomé
Uruguiana	RS	Sul	Argentina	Paso De Los Libres

Fonte: Elaboração Própria - Cidades Gêmeas Brasileiras

A faixa de fronteira brasileira estabelece uma distância de 15.719 Km internacionais, dos quais 9.058 Km correspondem à faixa de fronteira brasileira da Amazônia Ocidental. Esta extensão de faixa é a maior, formando a limitação do Arco Norte, do Estado do Amapá ao sul de Rondônia, com uma população de dois milhões de brasileiros que moram na faixa de fronteira, região com poucas cidades gêmeas, quando comparada com o Arco: Central e Sul do Brasil.

Quando correlacionado aos trinta milhões de brasileiros que moram na faixa de fronteira internacional do Brasil estes dados são considerados desigualmente, devido à distribuição espacial dos 85 municípios que existem ao longo da faixa de fronteira brasileira, onde 569 municípios estão próximos às faixas de fronteira. É um pequeno número quando comparado aos cerca de 5.500 municípios de todo o território nacional, segundo o IBGE (2010).

A Faixa de Fronteira brasileira é hoje a realização de um objetivo estratégico da gestão governamental de Dom Pedro II, que ocasionou num processo histórico, longo, porém, perigoso, pois esta preocupação com o Estado garantiria a soberania territorial brasileira. Esta legislação, porém, entra em vigor em 1979, como forma de valorização e desenvolvimento da segurança da Faixa de Fronteira.

Na sua primeira versão criada, no período da gestão de Dom Pedro II, estabelecia a estrutura à distância de dez léguas ou 66 quilômetros a partir da linha de fronteira. Com o processo de novas propostas, a extensão da Faixa de Fronteira foi sendo alterada, crescendo cada vez mais a sua distância, porém somente na década de trinta, a faixa de fronteira é definida por 150 quilômetros, a qual permanece até hoje.

Segundo Brasil (1988), a distância da faixa de fronteira brasileira permanece a mesma que na da década de 1930, assim criou a disposição e o ideal da valorização da defesa territorial brasileira. Com a criação da Lei nº 6.634, de 1979, que persiste como base jurídica sobre a Faixa de Fronteira, que corresponde à representação ocupacional de 27% do território Nacional, em média 15.719 km de extensão.

A preocupação com a segurança nacional foi ocasionada com a classificação e divisão territorial do Brasil, pois valorizou e garantiu a dinâmica especial ao longo do limite internacional terrestre.

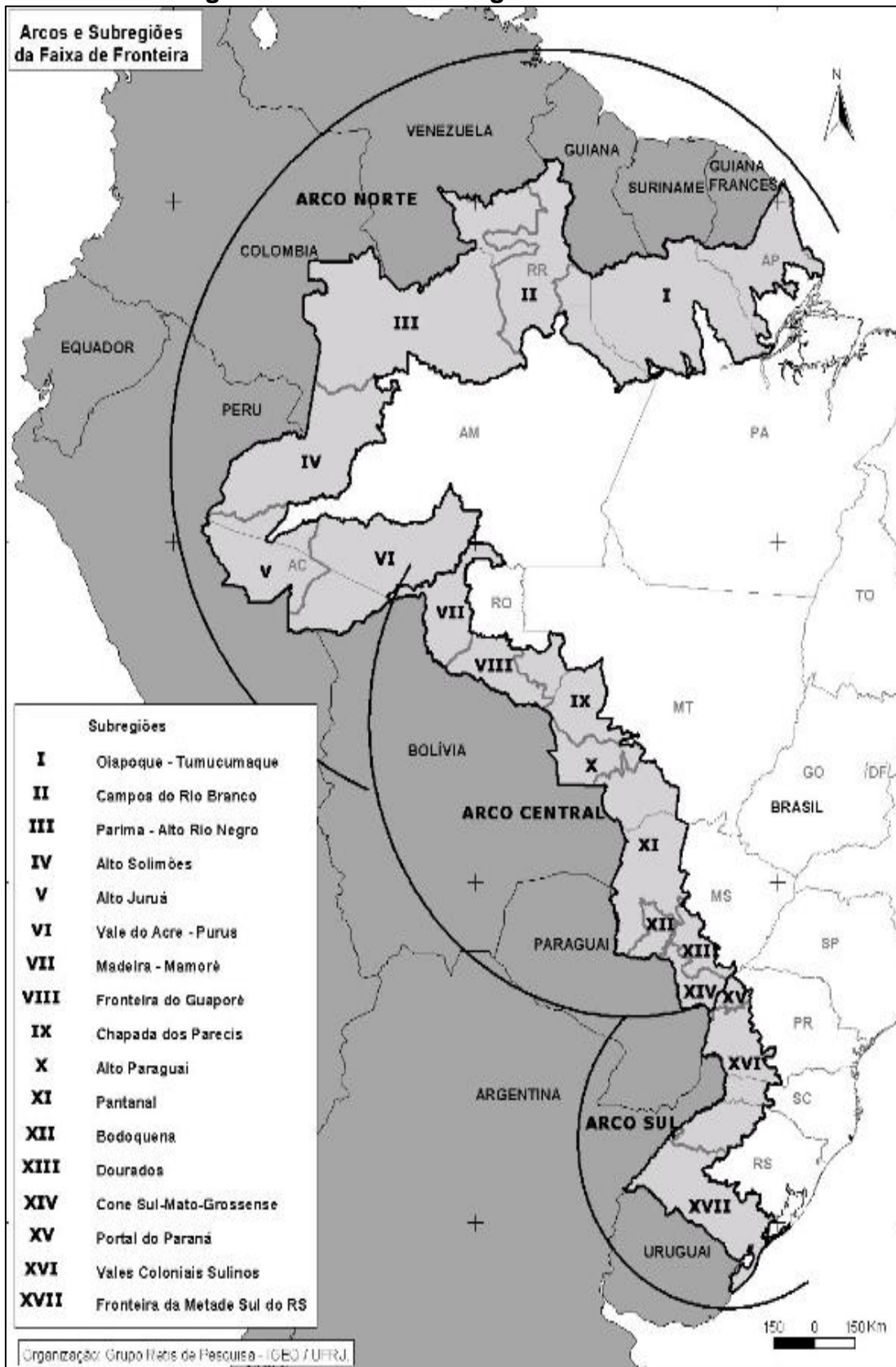
Essa classificação ocasionou a solução da falta de comunicação com os principais centros decisórios de poder, mas como consequência ocasionou o processo de contribuição de um cenário particular, caracterizado pelo desenvolvimento de sua identidade própria, influenciando o planejamento em três grandes Arcos, proposto a partir da reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF – 2005), conforme o quadro: 03 e a Figura 03 - Arcos e sub-regiões da Faixa de fronteira.

Quadro 3 - Divisão das Faixas de Fronteira do Brasil

Macrodivisão	Estados	Sub-regiões	Caraterísticas
Arco Norte	Acre	(I) Oiapoque-Tumucumaque	Caracterização Geral - Diferenças na base produtiva, posição geográfica e predomínio de população indígena, e nas últimas décadas a questão ambiental.
	Amapá	(II) Campos do Rio Branco	Aspectos Geoeconômicos – Tem dependência em relação à rede fluvial, sendo os principais meios de subsistência a pesca, o extrativismo vegetal e o cultivo da mandioca (complexo indígena da mandioca). Sendo grande parte das atividades que geram emprego e renda no Arco Norte tem base urbana,
	Amazonas	(III) Parima Alto Rio Negro	
	Pará	(IV) Alto Solimões	Aspectos Culturais - O maior contingente de população indígena do país diferenciado variadas etnias e culturas.
Roraima	(V) Alto Juruá; (VI) Vale do Acre-Alto Purus		
Arco Central	Mato Grosso	(VII) Madeira-Mamoré	Caracterização Geral - Deriva do caráter de transição entre a Amazônia e o Centro-Sul do país e de sua posição central no subcontinente. Tem duas grandes bacias hidrográficas.
		(VIII) Fronteira do Guaporé	Aspectos Geoeconômicos – Apresenta organização do sistema produtivo, com pequenos produtores agrícolas, grandes proprietários de criação de gado. Além de plantação de soja.
		(IX) Chapada dos Parecis	
	Mato Grosso do Sul	(X) Alto Paraguai	Aspectos Culturais – São identificado com a cultura europeia de descendentes de imigrantes (“colonos”), principalmente italianos e alemães
(XI) Pantanal			
Rondônia	(XII) Bodoquena	Interações Transfronteiriças - É do tipo de trafico de Cannabis sativa e cocaína, procedentes, respectivamente, do Paraguai e Os negócios ligados às atividades ilegais estimulam da pior maneira possível a economia urbana das (VII) Madeira-Mamoré; (VIII) Fronteira do Guaporé; (IX) Chapada dos Parecis; (X) Alto Paraguai; (XI) Pantanal; (XII) Bodoquena; (XIII) Dourados; (XIV) Cone Sul-mato-grossense localidades fronteiriças da Bolívia,	
	(XIII) Dourados		
Arco Sul	Paraná	(XV) Portal Paraná	Caracterização Geral - Correspondente à área mais meridional do país, trata-se do espaço com a mais intensa influência do legado socioeconômico e cultural europeu.
		(XVI) Vales Coloniais Sulinas	Aspectos Geoeconômicos - De imigração europeia, principalmente através dos descendentes de alemães e italianos, é uma das marcas fundamentais da sociedade e da economia regionais – colônias, produtora de soja e criação de gado bovino e ovino.
	Rio Grande do Sul	A - Segmento Sudeste do PR	
	Santa Catarina	B- Segmento Oeste de SC	
C - Segmento Noroeste do RS		Interações Transfronteiriças - Tem uma das fronteiras mais permeáveis e de interações mais intensas com os países vizinhos, derivam de um processo historicamente bastante antigo de ocupação das áreas de campo naturais por grandes estâncias de gado.\	
(XVII) Fronteira da Metade Sul do RS			

Fonte: Elaboração própria. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) -2010.

Figura 3 - Arcos e sub-regiões da Faixa de Fronteira



Fonte: RETIS – IGEO/UFRJ 2005

2.3 HIERARQUIZAÇÃO ESTRUTURAL DA CIDADE

O processo histórico da ocupação espacial do território brasileiro vem sofrendo, há séculos, modificações ao longo do tempo e ocasionando uma nova estruturação hierárquica, que hoje vemos como hierarquia especializada de poder de política, que são limitadas e subdivididas no país, como: regiões, ou classificadas como aglomerações sociais, chamadas cidades de forma pequena, média ou grande.

De acordo com Mello (2006) a territorialidade espacial em conjunto a outras territorialidades sociais exercem uma dinâmica inerente à forma urbana das cidades, pois é delimitada pelo local, por se tratar de um determinado grupo social que domina o poder político das cidades, buscando atingir diversos aspectos em comum de uma sociedade.

Quando se toma território como conceito, percebe-se que existe o desenvolvimento de uma representação da união de diversas sociedades que formam as regiões ou um país, esta característica é fundamental, pois faz desenvolver interações de ordem econômica, social e cultural.

Essa apresentação de interação é considerada pelo sistema político-administrativo como fator benéfico à formação padrão de uma sociedade. Através desta dinâmica, a mudança na centralização do poder político foi sendo abordada através de análises dos processos de ocupação espacial e deslocamento populacional nas regiões brasileiras.

Essa dinâmica pública sem planejamento ocasionou um deslocamento populacional para as áreas mais extremas do território brasileiro, criando uma valorização espacial e um controle de poder nas áreas mais extremas do território e das cidades. Essa observação desencadeou no passado um estudo pioneiro de Muller (1958), no qual ele analisou de forma social o processo de fixação populacional nas grandes cidades do mundo, porém Villaça (1998) desenvolveu outro estudo, estabelecendo uma relação da trajetória social e suas fixações em áreas de maior concentração populacional com as diferentes classes econômicas existentes.

Esses dois autores tinham em comum a ideia de estudar o processo de deslocamento social, principalmente as consequências dos conflitos e acordos da intervenção territorial do espaço ocupado pela classe dominante. Em ambas as análises observa-se que toda estruturação territorial brasileira desenvolveu um deslocamento de funções, antigamente centralizadas, porém hoje com uma nova centralização de decisão de poder nas cidades.

Conforme Santos (2005) as cidades do futuro sofreriam processos de ocupação social e moldadas da forma que o poder político quer desenvolver, percebendo que esta territorialidade é constante, principalmente nas capitais dos estados Brasileiros, da região Sul e Sudeste do Brasil, porém sendo crescente nas cidades que fazem fronteira com outros países da América do sul.

As movimentações sociais da centralidade hierarquizada faz com que a centralidade populacional exerça relações estreitas entre as classes sociais e a ordem espacial, a qual não altera a ordem produtiva dos territórios ocupados. As indústrias são meios estratégicos de organização do território urbano, que desenvolve a valorização dos centros urbanos como formas econômicas.

De acordo com Nobre (2000) a hierarquização espacial compreende áreas produzidas com ações sociais, que desenvolvem as cidades das formas produtivas, o que condiciona a divisão das zonas residenciais e as zonas produtivas (trabalho). Essa divisão faz desenvolver como consequência a desordem urbana entre os tipos das classes sociais.

Esse conceito define a estrutura de política das sociedades das cidades, proporcionando a ocupação espacial e domínio das cidades na descentralização da política sobre o poder, dominando as grandes extensões espaciais que existem, fazendo com que a concentração territorial seja seletiva.

Desta forma o urbanismo se constitui como hierarquização do espaço urbano e regional, ocasionando o desenvolvimento das grandes cidades, a separação da forma e funções urbanas no espaço e, por fim, a desordem urbana através do desenvolvimento planejado da expansão urbana nas cidades.

De acordo com Mello (2006) a hierarquização espacial das cidades é definida como uma reconfiguração espacial, porém concentrada, por se tratar da fixação das indústrias, considerando a base do crescimento e fixação social em uma cidade geradora da economia local, atrativo financeiro e por desenvolver a expansão espacial sobre as áreas rurais.

De acordo com Passos (2006) essa hierarquização é bem explícita no Brasil, pois as regiões do norte e nordeste brasileiro têm a sua organização social e espacial mais diversificada e espalhada, ocasionando uma desvalorização social, diferente do poder político das regiões sul e sudeste do Brasil, nas quais o poder político, social e espacial é mais dominante, com argumento econômico.

A hierarquização concentrada e dominante nestas duas regiões do Brasil, devido o desenvolver de atrativos econômicos, sociais de outras sociedades, ocasiona o grande fluxo populacional para o sul e sudeste do Brasil, em razão da grande concentração industrial. Essa atratividade valoriza essas regiões.

Por estes fatores, é correto afirmar que todo processo espacial das cidades tem interesses políticos envolvidos, desde a escolha do local como também o interesse econômico, além do interesse de poder sobre esta sociedade, pois a concentração social faz desenvolver a valorização urbana e a desvalorização espacial rural, ocasionando um descontrole social, quando não planejado.

Através desta dinâmica a sociedade desenvolve a produção espacial dos centros urbanos, ocasionando a nova acumulação social e o crescimento dos grandes centros, proporcionando a desvalorização de alguns espaços rurais. Por esta ocasião os espaços urbanos desenvolvem o surgimento em grande ênfase.

Segundo Léfèbvre (1980), a dinâmica do espaço social é hoje considerada moderna, pois o espaço físico é do tipo homogêneo, que tem sua formação fragmentada e, com o tempo, hierarquizada. Esta hierarquização tem um processo de utilização de redes, que servem de mediação de momentos da produção e produtividade contínua no espaço urbano.

A base desta segregação foi ocasionando o desenvolvimento do paradigma das cidades industriais, com perdas das características rurais para características de desenvolvimento, hoje conceituadas como moderna, determinada pelos fatores sociais e econômicos e assimiladas com o modelo do tipo urbanismo, tendendo depois à sua reprodução espacial contínua.

Esta homogeneidade das áreas sociais expõe a nova forma do espaço, correlacionando uma identidade mais pessoal, quando apresentada a presença do industrialismo e a mobilidade social, onde as residências construídas oferecem reconhecimento. Essa homogeneidade social das casas em conjunto apresentam características locais, devido à valorização ou desvalorização espacial.

Outro fator foi o aumento da mobilidade social sobre o espaço e devido à ocorrência da crise econômica em alguns países, logo após a segunda guerra mundial e posterior à reestruturação econômica. Esse fator desencadeou o aumento da diversidade social e a fragmentação da estrutura espacial, gerando a organização urbana das cidades e a evolução para o processo da fragmentação das cidades.

Um dos principais atributos que caracterizam uma cidade fragmentada é o crescimento populacional, estruturação física acelerada e isenção de espaços naturais que introduzem uma diferenciação abrupta entre a relação do espaço urbano e rural, ocasionado devido o desenvolvimento dos centros comerciais nos bairros periféricos ou nos bairros considerados de luxo, localizados ao centro dos bairros populares.

Estas características são resultado das rupturas sociais e de estruturas físicas de uma cidade, devido o crescimento e a substituição das formas anteriores. Hoje este processo ocasiona a continuidade do crescimento centro-periferia ou cidade-hinterland baseada no conceito do rompimento das complementaridades das cidades.

As cidades neste processo de hierarquização interligam-se através de redes, ultrapassando barreiras e encurtando as distâncias, suportando assim as distâncias dos lugares. Ao mesmo tempo esta evolução espacial proporciona a multiplicação das áreas funcionalmente equivalentes sem ligações hierárquicas, tendenciado a uma estrutura política centralizada e semelhante às redes existentes.

O processo em questão praticamente visível tem formação na estrutura do declínio dos centros tradicionais das cidades e na transição das novas centralidades econômicas de dinâmica comercial e prestação de serviços, através da concorrência comercial, através da mobilidade econômica, quando excluído o monopólio destas áreas, de comércio, antes considerados únicos e fixos em espaços sem concorrência devido à distância existente dos consumidores.

Segundo Catelan (2012) a hierarquia urbana tem sua interação espacial inter-escalar, nas cidades, à qual se pressupõe o processo das articulações da rede urbana para uma estruturação hierárquica, onde esta característica é considerada importante, por tendência para um processo de mistura e uso em novos empreendimentos.

O autor ainda destaca em seu conceito a fragmentação das cidades, com seu processo de crescimento e hierarquização do poder político, econômico e social, além do surgimento do processo cultural.

Estas cidades fragmentadas tendem a serem menos especializadas, devido a grande ocupação das áreas especializadas, ocasionando o zoneamento espacial de atividades econômicas mistas. Este crescimento do processo de espacialização define a classificação das unidades nas áreas urbanas e rurais, a qual ocasiona a segmentação espacial do processo produtivo, desenvolvendo a interligação da comercialização e a diversidade da valorização econômica, após a fragmentação espacial e classificação comercial.

Este perfil é considerado padrão e aleatório, pois é classificado como um produto social e avaliado pelo mercado imobiliário pouco legalizado, pois estes processos têm a especialização de valores tabelados e condicionados a realidades locais, devido à distância, tipo social que frequenta, nível estrutural e comercial e os demais equipamentos ou da qualidade do ambiente.

Conforme Passos (2006) este tipo de modelo da estrutura urbana tem inspiração benéfica, por ser produzido pela ecologia fatorial, devido todo o comportamento e base de renda fundiária, assim perdendo a caracterização física. Este conceito baseia-se na formação das cidades, fragmentada como forma benéfica, sendo substituta das antigas cidades segregadas, que tinham forma apenas socioespacial.

A hierarquização é consequência da fragmentação dos espaços de cada cidade, pois esta divisão ocasiona a valorização econômica, porém há desvalorização social, dependendo do tipo de comércio desenvolvido pelas imobiliárias de cada localidade.

A fragmentação é classificada em forma diversificada por ter uma escala de segregação, ocasionando a desorganização espacial, diferente dos grandes modelos que habitualmente são vistos nas escolas ecológicas, porém esta realidade apresenta a exclusão da participação social que reside em todas as cidades.

De acordo com Passos (2006) a hierarquização espacial no seu processo de formação, através da fragmentação, é motivada pela segregação social, pois, através da divisão espacial pelos grupos sociais, ocasiona o desenvolvimento das cidades. Inicialmente essa segregação vem com o surgimento da cidade, na qual os bairros mais antigos são as referências iniciais da construção de novas formas estruturais de moradias.

2.3.1 Cidade Sobre Enfoque - Círculo Superior / Círculo Inferior

A ação do homem diante do espaço, durante muitos anos foi lenta, limitada e pouco influenciadora, com o avanço da tecnologia, este tempo foi encurtando, as alterações foram bem mais crescentes, onde esta ação é hoje bem vivenciada e presenciada, diante de tantas modificações e informações, fatores que provocam transformações na sociedade, economia e política de quase todo o mundo.

Segundo Santos e Silveira (2004), o Brasil passou por diversas transformações no século XX, refletindo na sua infraestrutura social, urbana, cultural e econômica. Diante destas transformações radicais e espaciais o que foi mais perceptivo no Brasil foi o crescimento da desigualdade social e espacial, que ocasionou um novo processo de desenvolvimento social, diante da ampliação ocupacional dos espaços urbanos das cidades brasileiras, diante da falta de oportunidade e acessibilidade econômica para a sociedade brasileira.

Conforme Santos (2005), essa diversidade de economia urbana, desencadeou dois círculos denominados: Superior e Inferior, os quais apresentam aspectos compatíveis aos atores da sociedade, onde analisa esta teoria a partir da “revolução do consumo” que proporciona acessibilidade a todos as classes sociais de forma direta e indireta.

Dito isto o autor ratifica a acessibilidade à produção a todos as classes sociais, onde expõe a existência dos dois círculos de produção, prestação de serviços e consumo por parte da sociedade, mesmo que esta estrutura social seja classificada por vários autores como desigual e inexacto, porém um círculo será classificado como superior e outro inferior, ambos compatíveis à classe social.

Segundo Santos (2004), o círculo superior é constituído em sua estrutura por mecanismos geradores de uma economia elevada como indústrias, bancos, comércios, empresas de médio e de grande porte que desenvolvem exportação compatível com muitas atividades de demanda externa e necessidade do desenvolvimento tecnológico.

Toda esta estrutura de constituição do círculo superior tem em sua estruturação administrativa aspectos bem definidos e organizados que viabilizam a acessibilidade da classe econômica social mais elevada, desencadeando a classificação trabalhista mais intensiva que outro círculo econômico urbano, que se baseia no baixo nível de modernização.

Para Silveira (2007), a sociedade com as condições econômicas mais elevadas que compõem o círculo superior da economia urbana buscam através da seletividade, eleger a sua formação social, as pessoas que possuem acúmulos de capital, ou que desenvolvem funções de cargos mais elevados, desencadeando assim um resultado de ações mais preciso e bem mais certo no desenvolvimento econômico.

Esse fenômeno classificado como círculo superior que tem a base socioespacial da economia urbana, é resultado da modernização tecnológica junto ao desenvolvimento econômico, desencadeando a formação de pessoas mais qualificadas e que têm poder aquisitivo mais elevado, sobre a mão-de-obra menos qualificada e que vivem em uma classe econômica menos favorável e incompatível com a realidade de seus superiores.

Diferente do outro círculo econômico urbano que tem em sua formação estrutural uma economia mais elevada, com uma perfeita base e de grande produção e prestação de serviços, com um desenvolvendo de seleção mais preciso, o círculo inferior tende a se diferenciar pela oposição.

Segundo Santos e Silveira (2004), o círculo inferior é constituído de uma formação não intensiva ao capital, onde a fabricação não possui uma tecnologia elevada, sua forma de venda é do tipo varejo, nas quais os locais possuem poucas dimensões e que apresentam formas de tempo e lugares bem diversificados, que são definidos como ambulantes, sendo em alguns casos de formas artesanais e bem precários na prestação de serviços ou da qualidade da produção.

Conforme os autores, o círculo inferior não tem muitas qualidades, apenas disponibiliza a forma de fabricação de uma capital não intensivo, não sendo de qualidade, muito menos no atendimento e quase a inexistência da tecnologia, apenas desenvolvendo algo acessível à sociedade mais carente, gerando assim subempregos e expandido apenas a territorialidade do comércio e da prestação de serviços.

2.3.2 Cidade sobre Enfoque Funcional / Estrutural

A organização do sistema de tráfego populacional e de mercadoria entre as pequenas, médias e grandes cidades, hoje em dia, é considerado algo bem atuante e constante, depois do processo da globalização no mundo, os aspectos econômicos, sociais, político e ocupacional tende a desenvolver e criar a acessibilidade progressiva da sociedade e desencadeando atividades que criam impactos sociais e ambientais.

De acordo com Cardoso (2008), a análise funcional e estrutural é uma forma de estudo de uma organização de maneira mais precisa, sobre modificação da paisagem, onde a globalização causa alguns problemas de operação, em um determinado espaço urbano, sendo subespaços que desencadeiam algum impacto econômico, social, cultural, político e territorial sobre a paisagem.

Desta forma, fica claro que a análise busca fazer uma avaliação de toda infraestrutura organizacional da paisagem, da forma direta e indireta, criando um diagnóstico mais preciso, desempenhando funções de atividades, de modo que a sociedade que é residente na cidade ou no espaço ocupado possa sofrer impactos de desigualdade social.

Porém Cruz (2002), afirma que a análise funcional e estrutural é a ação do crescimento urbano das cidades sobre as áreas rurais, modificando as paisagens, a qual esse processo concentra impactos diretos e indiretos no espaço rural, diante do processo de globalização, que tende a desencadear ocupações compactas para a sociedade mais limitada, criando os espaços periurbano.

Para os autores estes conceitos visam a reaproveitar todos os espaço existente, onde são modificados pelo processo de globalização e os elementos de transformação feito pela sociedade, que reside na área ou tem uma grande acessibilidade nas áreas a serem estudadas, para que estes impactos não venham provocar problemas sociais, econômicos, ambientais e culturais.

Conforme Santos (2005), o sistema funcional é toda estrutura organizada a qual utiliza uma divisão de responsabilidade organizacional de um espaço, onde cria acessibilidade e facilidade ao processo de ocupação, diante da modificação da paisagem, pela ação humana, garantindo qualidade a todo processo estrutural de uma cidade, criando divisões de classes.

O que pode observar que a sociedade não muda, ela permanece a mesma, porém o espaço foi modificado com o tempo, estruturando de forma socioeconômica e política, permanece com a mesma aparência, porém as funções foram sendo modificadas com novos objetivos de função mais elevada, utilizando representações de caráter mais seletivo.

Oliveira (2010) define que o sistema funcional é a reutilização de um espaço, onde a sociedade permanece a mesma, porém o espaço representa uma dinâmica mais diversificada, desenvolvendo várias funções no mesmo espaço, antes apenas limita a uma função socioespacial, socioeconômica e de políticas, edificando assim todo o espaço antes subdividido.

Segundo op. cit. (2010) expõe que o espaço é redefinido, como várias funções, criando assim elementos de desenvolvimento espacial econômico e de novas políticas. Todo este espaço é resultado da ação humana, porém cria objetivos mais artificiais para a realização espacial, cujo objetivo é gerar outras funções, representações econômicas e políticas mais acessíveis à sociedade local.

Para Santos (2005), o sistema estrutural é submetido ao mesmo enquadramento de definição e função diferente, pois as formas físicas do espaço construído pode ser percebida nitidamente em termos socioeconômicos e através de outras políticas, como o caso de uma seleção de determinado grupo social de um território da qual as demais classes sociais serão exclusas na modificação ou na acessibilidade.

Essas modificações que o autor fala referem-se à mutação visível da paisagem, que qualquer pessoa percebe ao se deparar com a estrutura física, porém é visível devido a qual a paisagem tem uma transformação, porém não muito alterada pela ação humana e permanece com a sua função original. Para alguns autores essa paisagem se materializou em uma forma única.

Diante desta definição, todo sistema é bem estruturado, principalmente em áreas mais antigas das cidades, pois no processo histórico das cidades os primeiros bairros não sofrem muito com as modificações, exercem culturalmente as suas funções de origem, principalmente o comercial e mantendo suas formas físicas, onde os bairros criados mais recentemente já buscam ter outra função de paisagem funcional, pois tende a ter, em único espaço, outras funções, além das econômicas, sociais e políticas.

O capítulo apresentou, em sua estrutura textual, uma classificação geral sobre os conceitos e tipos de categorias de cidade, seguindo uma lógica de evolução de crescimento físico, econômico e social, obtendo em sua estrutura um cronograma compatível com os conceitos de cidade, em suas fases de desenvolvimento.

O principal objetivo era debater o conceito de cidade, como marco teórico, objetivando a sua formação, correlacionando os fatores diretos que fizeram desenvolver modificações nas suas infraestruturas, focando todos os elementos que proporcionaram a sua dinâmica atual.

Em primeiro lugar, devido a cidade de Bonfim ser uma cidade de fronteira e gêmea, foi se estruturando a dinâmica da cidade, sendo compatível com a realidade, porém correlacionando às outras formas classificadas, com base na sua estrutura física, econômica, social e de localização.

Em segundo lugar, foi desenvolvida uma classificação de evolução social das cidades, classificando a cidade com um grupo social menos numeroso, até um grupo social de grande porte, dimensionando a classificação da cidade.

Em terceiro lugar, foi abordada a cidade como sendo de fronteira com formas amazônica e rurbana, pois a área de pesquisa apresenta algumas características deste tipo de classificação.

Concluiu-se do capítulo que o marco teórico sobre cidade é bem diversificado, proporcionou a conceituação dos fenômenos e de suas evoluções, da sua classificação, do conceito de cidade, fatores que pode ser de rápido desenvolvimento ou do tipo lento e limitado.

3. MARCOS DE CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE BONFIM, RR

O presente capítulo apresentará os processos de formação da cidade de Bonfim, destacando a chegada e a fixação da população na cidade, por motivo econômico, político ou social, resultando na ocupação das áreas rurais de Bonfim, o que ocasiona uma infraestrutura das invasões das áreas de proteção. Os fatores de desenvolvimento urbano da cidade são classificados como sendo três elementos de desenvolvimento: social, econômico e urbano.

Nesta seção serão abordadas questões de formação social na faixa de fronteira, destacando o contexto da limitação política e o rompimento dos meios econômicos e físicos entre as sociedades dos dois países, ocasionado pelo grande fluxo populacional existente na fronteira.

Partindo deste propósito das relações sociais e econômicas, será abordada, através da discussão, a dinâmica das duas cidades gêmeas, Bonfim e Lethem, como os fatores e acontecimentos históricos, ocorrentes desde a primeira interferência social e política sobre a cidade de Bonfim.

A análise permitirá observar a relação social, de forma materializada e econômica, que se torna ferramenta de ocorrência da pobreza na cidade de Bonfim, tanto pelo modelo socioeconômico, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes dos bairros populosos uma população ainda mais pobre.

Desta forma, a produção espacial sem planejamento e fiscalização apresenta-se como causa da degradação ambiental, devido à falta da percepção humana referente ao uso dos recursos naturais, contribuindo para a construção de moradias em condições precárias em locais impróprios e comprometendo a qualidade de vida dos habitantes.

3.1 BONFIM COMO OBJETO DE ESTUDO

O estudo do processo histórico de uma cidade é o marco inicial de uma pesquisa científica, pois esse fator contextualiza as características parciais de um perfil social dos habitantes e modificação física ocorrida no seu espaço físico, sendo uma referência de estudo, quando se tratar de uma análise de processo urbano de uma cidade.

No entanto o processo de desenvolvimento econômico das cidades no mundo sofre uma aceleração, promovendo modificações constantes, proporcionando o crescimento físico e populacional, elementos que são norteadores para o surgimento de problemas nas pequenas e grandes cidades do mundo.

Bonfim teve uma formação bem diversificada, pois teve origem de uma fazenda e sofreu uma evolução crescente ao longo dos anos, porém sempre teve na sua base econômica a agricultura e a pecuária, vindo a desenvolver a sua população só com a construção da BR-401, que a interliga a Capital do estado de Roraima, Boa Vista, com a cidade gêmea, Lethem, a partir da década de 1960.

Esse processo histórico proporcionou com o tempo o desenvolvimento de toda infraestrutura da cidade, porém também o surgimento de problemas ambientais e sociais, já que o índice de habitantes cresceu com o êxodo rural e a migração dos guianenses para a sede do município de Bonfim.

Segundo Tércio (1993), a cidade de Bonfim sofre com a desigualdade social, pois a sua fonte econômica ainda é através de repasses de verbas públicas e tenta desenvolver sem sucesso outra fonte na economia. A cidade de Bonfim tenta desenvolver uma nova forma de se sustentar economicamente, porém a sua limitação física prejudica o seu desenvolvimento, além do crescimento acelerado dos seus habitantes.

A cidade Bonfim está localizada às margens do rio Tacutú, fronteira com a República da Guayana, na região centro-oriental do Estado de Roraima, fazendo fronteira com a cidade de Lethem-Guyana e considerada como uma das 23 cidades-gêmeas brasileiras, localizada no Arco-norte, possuindo uma população bem diversificada, em termos de colonização. Sua população indígena é da etnia Macuxi e Wapixana, além da descendência inglesa, portuguesa, espanhola, nordestina e guianense.

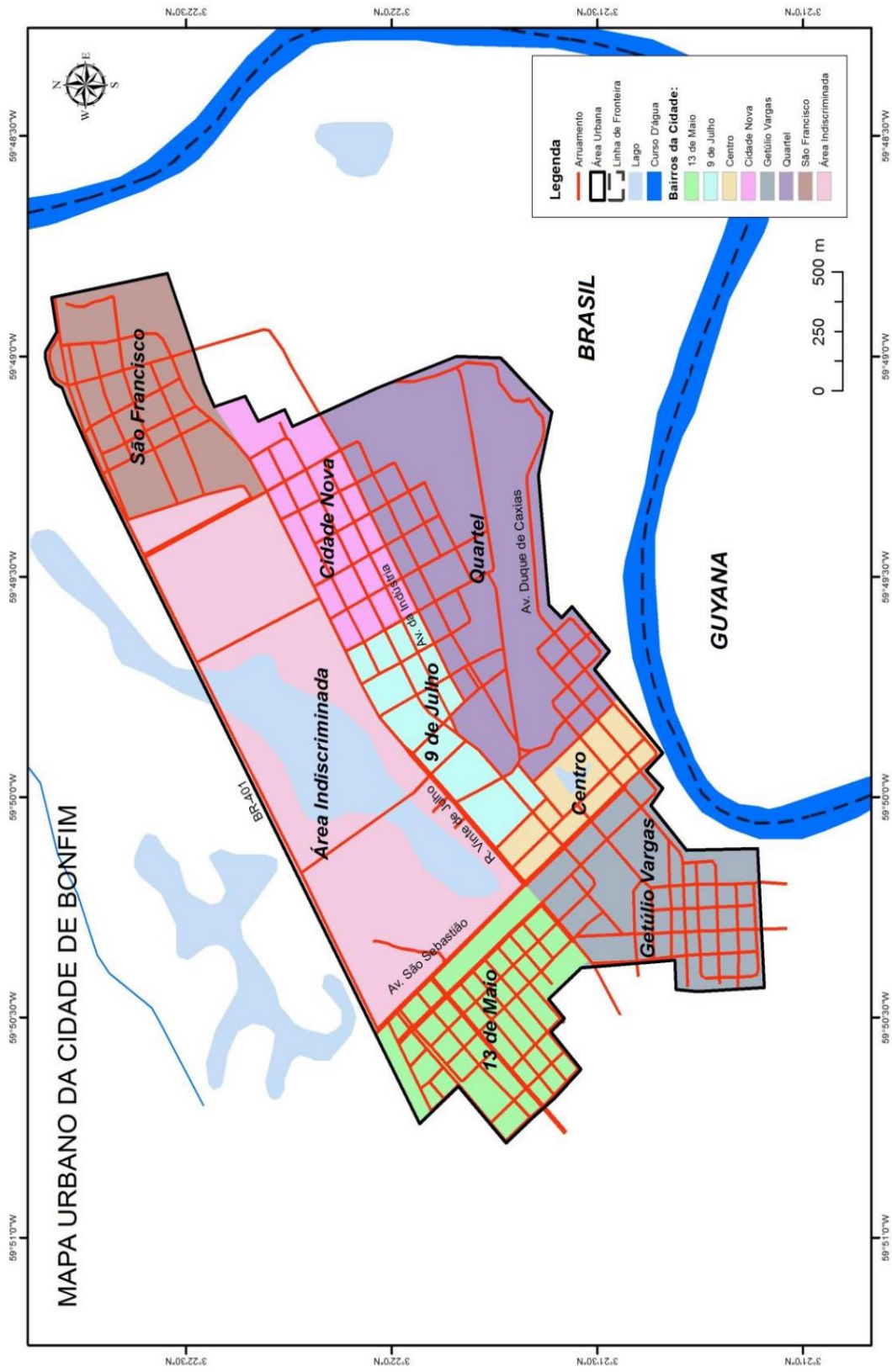
A economia da cidade é baseada na agricultura, prestação de serviço público e no comércio legal e ilegal de produtos de origem do país vizinho, a Guayana. A sua infraestrutura é composta por 6 (seis) bairros sendo eles: Centro, Cidade Nova, Getúlio Vargas, 9 de Maio, 13 de Julho e uma área militar do exército (Quartel - 2º BEF – 2º Batalhão Especial de Fronteira), com uma população estimada em 3.711 habitantes, segundo o IBGE (2010). Seu processo histórico e urbano foi desenvolvido na margem direita da BR-401, que interliga a capital do Estado de Roraima - Boa Vista à fronteira com a cidade-gêmea: Lethem- Guayana.

A população do município é bem diversificada, pois seu processo de ocupação vem desde a sua colonização por portugueses, espanhóis, ingleses dos quais sofreu várias influências culturais. Há também a influência indígena que está presente desde a sua origem quando fazenda e a influência da migração nordestina, com a implantação do projeto do governo federal na década 1980 – Calha Norte e a recente migração guianense, que busca na cidade uma estabilidade econômica, habitacional e social.

Nesta concepção Bonfim sofreu várias transformações na dinâmica de ocupação nas últimas décadas. Sua origem dá-se na primeira fazenda da região na década de 1950, na margem direita do Rio Tacutú, iniciando seu processo evolutivo como cidade e o seu crescimento no sentido oeste, à BR-401, pois seu terreno é formado por lavrado, limitado por igarapés e rodeado por grandes lagos.

Observa-se que Bonfim apresenta uma estrutura de rede comunicativa de integração socioespacial ao longo do tempo, pois estabelece uma interdependência de integração de fatores para a sua formação urbana e limitação natural em termos territoriais, conforme o Mapa-01.

Mapa 1 - Mapa Urbano da cidade de Bonfim – RR



Fonte: Elaboração Própria (SILVANETO) Dados do Google (2014) e IBGE (2010)

Observa-se que a cidade possui uma população menor que 10 mil habitantes, seu processo espacial de urbanização é efetivamente iniciado no século XIX, quando o primeiro morador conhecido como Baiano, senhor Manoel Luiz Silva, estabelece moradia em terras pouco populosas da região.

Tabela 1 - Evolução Populacional - Bonfim - RR

Ano	Bonfim (Cidade)	Bonfim (Município)	Roraima	Brasil
1991	3.200	9.478	217.583	146.825.475
1996	4.437	13.085	240.161	156.032.944
2000	3.161	9.326	324.397	169.799.170
2007	3.479	10.231	395.725	183.987.291
2010	3.711	10.943	450.479	190.755.799

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010.

Com base nos dados da tabela 01, a evolução da população da cidade de Bonfim e das suas subdivisões hierárquicas na década 1990 e no último senso do IBGE, em 2010, observa-se uma variação populacional pequena, ocasionada pelos fatores como o processo migratório e pelos programas de ocupação do governo federal nas décadas de 1970 a 1990.

De acordo Tércio (1993), a ocupação de Bonfim baseou-se em fatores que estão relacionados a marcos históricos, como catequização indígena, expansão da atividade econômica agrícola, desenvolvimento do comércio de fronteira, implantação do Pelotão do Exército, surgimento das estradas e a revolução guianense.

Inicialmente a cidade de Bonfim teve um desenvolvimento urbano lento e retardatário, com uma população de maior parte indígena, seguida de nordestinos e migrantes da Guyana. Com a implantação do pelotão militar com objetivo de fiscalizar a fronteira entre os dois países e também inibir o contrabando de produtos pirateados, a pequena vila cresceu tomando forma de cidade pequena, a qual hoje se caracteriza por ser uma cidade-gêmea.

A forma urbana da cidade foi planejada na década de 60, com a implantação do 1º Pelotão Especial de Fronteira (do 2º BEF), que construiu uma vila para os familiares dos militares, estruturando as formas atuais da cidade, com dois bairros e algumas ruas e avenidas. Com a implantação do PIN – Programa de Integração Nacional, do governo federal, no ano de 1970, segundo o objetivo da criação da BR-401, houve um crescimento excessivo do fluxo transitório populacional entre Brasil e

Guyana, ocasionado problemas motivados pelo crescimento populacional e o trânsito transfronteiriço existente na cidade.

Nesta contextualização, Bonfim caracteriza-se por ter áreas consideradas vulneráveis para a habitação, por sofrer com inundações em certos bairros da cidade, margens do Rio Tacutú em certos períodos do ano, estas áreas sofrem com estes problemas devido estarem localizadas em uma área de proteção ambiental, militar e por se tratar de zona de fronteira.

Além do destaque por ser uma das cidades-gêmeas do Brasil, Bonfim possui expressiva forma especial da zona de fronteira, possuindo problemas e carências de infraestruturas que vêm sendo acumuladas desde a sua criação, porém só sendo administrado décadas depois, com a publicação do decreto governamental de Neudo Campos, de 1997, que criou o município e que construiu as unidades públicas da cidade.

Conforme o Ministério da Integração Nacional (2005), as cidades-gêmeas são núcleos urbanos relativamente interdependentes, fixos em limites transfronteiriça que fazem integração transnacional, desenvolvendo o convívio econômico, social e de políticas públicas, atendendo tanto a cidade de Bonfim-Brasil como a Lethem – Guyana.

Diante desta definição, observa-se que a economia e as políticas existentes em Bonfim são de motivação interna, nacional e estrangeira devido o crescimento populacional deste eixo comercial e transitório, pela principal via de acesso, a BR-401. Porém sua economia está crescendo com base na economia dos produtos e serviços oriundos da Guyana.

Segundo Senhoras (2013), estas características da cidade de Bonfim são próprias de cidades de faixa da fronteira nacional, antes classificada como horizontalidade, fatores de processo voluntário e natural, proporcionando o desenvolvimento da construção territorial, de modo vertical e artificial, implementadas pelos projetos políticos dos governos nacionais anteriores.

Deve-se considerar que o conceito adotado pelo autor foi com objetivo de definir o perfil da cidade-gêmea, sob a lógica do processo de formação urbana e as perdas das características de áreas rurais geralmente nas condições de vilas e distritos, onde comprovadamente não possuem as características mínimas para configurarem como um município, seja na sua infraestrutura mínima de serviços para a população ou mesmo na sua independência econômica local.

Conforme Senhoras (2013) todos os efeitos da porosidade da zona de fronteira são resultado da mobilidade e do fluxo desenvolvido com os fatores das cidades-gêmeas em seu processo de ações paradiplomáticas, onde Bonfim sofreu interações do livre fluxo de consumidores, garimpeiros, comerciantes e moradores da região,

Neste contexto Bonfim apresenta um grau de assimetria de desenvolvimento econômico, pois apresenta diferenças quando comparada com a cidade de Lethem (Guyana), de modo que no Brasil o sistema social possui uma mobilidade populacional.

Assim, a cidade foi se reestruturando com o crescimento da atividade comercial fronteiriça, a qual desenvolveu uma requalificação urbana e social, de modo que a população vizinha fixou residência na cidade, porém tendo como fonte de renda os trabalhos localizados no comércio da Guyana.

Mesmo que a cidade seja considerada como um ponto referencial no Brasil, por ser uma cidade-gêmea, Bonfim é denominada como um núcleo urbano por sua estrutura demográfica e a expansão agrícola e pecuária, por se tratar de uma forma do dinamismo econômico.

Com base nestas discursões, a cidade de Bonfim é exposta como importante pilar de integração regional como processo de desenvolvimento social, político, econômico e de gestão diplomática, por tratar de uma cidade diversificada quanto à sua população, quando comparado como mecanismo de desenvolvimento de cidade-gêmea.

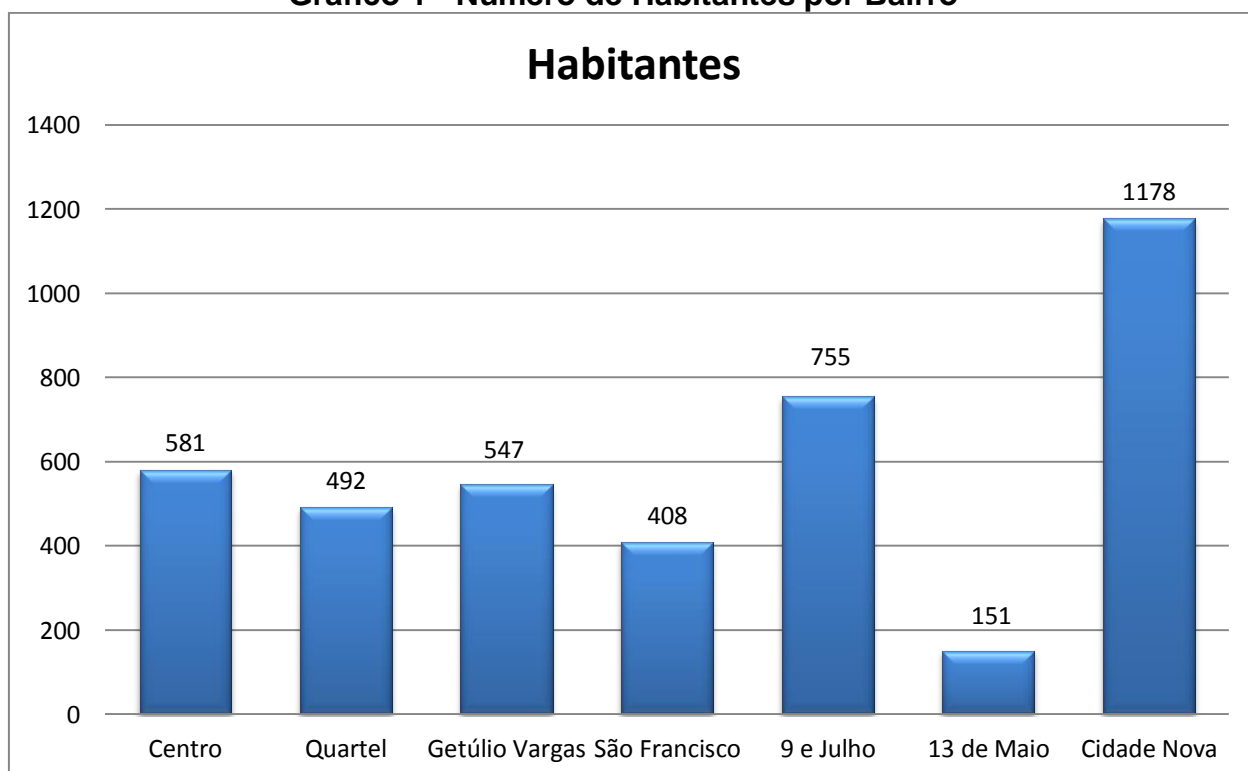
Através dos dados obtidos pelos questionários aplicados na cidade, no período do mês de dezembro de 2015 a janeiro de 2016, o quadro: 4 expõe a distribuição populacional sobre a cidade e a sua classificação econômica, onde fica muito visível através dos dados a classificação social da cidade.

Quadro 4 - Quantidade de imóveis e da Populacional

Bairros	Imóveis	População
Centro	183	581
Quartel	143	492
Getúlio Vargas	166	547
São Francisco	135	408
13 de Maio	38	151
9 de Julho	212	755
Cidade Nova	348	1.178
Total	1225	4.112

Fonte: Elaboração própria (SANTOS, SENHORAS, SILVANETO) – 2015 / 2016.

Importa observar no quadro 01, que trata da quantidade de imóveis, que em todo o processo socioespacial da cidade baseia-se nos elementos da economia, principalmente nos bairros mais antigos, constituindo assim a produção social e econômica mais desenvolvida, através do processo físico urbano.

Gráfico 1 - Número de Habitantes por Bairro

Fonte: Elaboração própria. Baseada em dados obtidos em questionários aplicados.

É interessante observar no gráfico 1 que os bairros mais antigos da cidade possuem um número menor de habitantes, porém são bem estruturados, como é caso do centro da cidade e o bairro Getúlio Vargas, que possuem os mecanismos públicos instalados, além de terem uma economia mais desenvolvida, quando comparada com os números de habitantes que recebem benefícios sociais do governo, além de um número de famílias menos numerosa, quando comparado com o último bairro construído, o bairro Cidade Nova, pois o número de habitantes é quase 50% maior que o bairro Getúlio Vargas.

Esta subdivisão social reflete no processo de crescimento da cidade, além do processo político implantado em cada gestão pública, porém criando uma classificação social. Esta classificação proporcionou a definição do perfil socioespacial da cidade, onde se pode estabelecer o entendimento de como os habitantes prevalecem residindo na cidade.

3.2 HISTÓRICO DA CIDADE DE BONFIM

A cidade de Bonfim está localizada no Centro-Oeste do Estado de Roraima, a 125 quilômetros da capital Boa Vista. É uma cidade de fronteira brasileira, limita-se com a cidade de Lethem – Guyana e seu surgimento data do final do século XIX, quando um baiano, chamado Manoel Luiz da Silva, fixou residência na região (PMBF, 2016).

O município de Bonfim recebeu este nome em homenagem a sua terra natal, a qual reverencia o santo padroeiro “Nosso Senhor do Bonfim”. Com o tempo, foram sendo criadas as fazendas ao longo do espaço territorial do município, às margens do Rio Tacutú, fronteira com a Guyana, com intuito econômico.

De acordo com a SEPLAN-RR (2015), o município de Bonfim localiza-se ao nordeste do Estado de Roraima, com uma População de 10,943 habitantes em 2010, segundo o IBGE, com estimativa para o ano de 2014 de 11.632 habitantes, possui uma área de 14.390 km², com índice de densidade demográfica 0,68 hab./km². Faz limitação ao Norte com o município de Normandia, ao sul com o município de Caracaráí, Leste com a República da Guyana e a Oeste com os municípios de Boa Vista e Cantá.

O processo de colonização deste município está correlacionado com a cidade gêmea Lethem-Guyana, pois está interligada pela rodovia BR 401 e pela ponte Tacutú, que conecta e facilita atualmente o acesso entre os dois países Brasil-Guyana.

Em sua evolução histórica, o município teve diversas fases de expansão agrícola, de catequização de índios, de fomento do comércio, da abertura de estradas e de uma revolução. Seu primeiro ciclo econômico que se tem registro histórico documental ocorreu no início do século passado, com a instalação da primeira fazenda agropecuária de propriedade do pernambucano Antônio Vicente, ex-militar do Forte São Joaquim, marco de colonização do Estado de Roraima.

De acordo com Tércio (1993), o município de Bonfim teve seu primeiro empreendedorismo com base agropecuária, com a criação de várias fazendas e originando os primeiros núcleos de comércio que abasteciam a parte da Guyana e outra parte das cidades de Boa Vista-RR e Manaus-AM, no período entre 1910/1920.

Já na década de 1960 o isolamento da região e o difícil acesso e deslocamento da produção agrícola e agropecuária ocasionou a criação da rodovia BR 401, que dá acesso à capital do Estado, Boa Vista. Porém somente no ano de 1965 o comércio da região viveu uma fase de desenvolvimento econômico, como centro de abastecimento da cidade de fronteira Lethem-Guyana, que faz limite com o seu território brasileiro.

O município inicia o seu desenvolvimento na década de 1960, quando deixa de ser vila e passa a caracterizar-se como uma pequena cidade, devido à construção da rodovia BR 401, que ligaria a capital: Boa Vista a 125 quilômetros de Bonfim e hoje ao país vizinho Guyana. Com a construção da Ponte Tacutú em 2006, este processo de desenvolvimento acarretaria um crescimento do município.

A criação da rodovia BR 401 ocasionou também a implantação do 1º Pelotão Especial de Fronteira (do 2º BEF) que até hoje tem objetivo de defender e fiscalizar a fronteira brasileira, beneficiando a região com o início de outra fase de desenvolvimento, pois ocasionou o assentamento das famílias de militares, que construíram obras de infraestrutura, tais como: pistas de pouso, vilas residenciais, clubes sociais e a estrutura pública com intuito de atender ao novo fluxo populacional. A parte mais vantajosa da criação da rodovia de Boa Vista/ Bonfim facilitou o escoamento da produção para o mercado guianense, além da produção comercial hoje da Guyana para o Brasil.

De acordo com Freitas (1998) o município de Bonfim apresentou fases econômicas preocupantes, pois com a Revolução da Guyana, em 1967, teve reflexo na estrutura socioeconômica de Bonfim e o comércio com Lethem foi interrompido. Porém no ano seguinte, 1968, apresentou uma nova estrutura de desenvolvimento e crescimento, com a chegada de uma missão protestante norte-americana que tinha como missão catequizar os índios da Guyana e da região.

A missão liderada pelos missionários Hawkins e Wilson Rode adotou a estrutura territorial de Bonfim, com base de pista para pouso e decolagem de pequenos aviões, além da construção de uma igreja e de uma escola primária, porém os missionários residiam em uma casa na cidade de Lethem-Guyana.

Na década de 1970, com objetivo de ocupar e desenvolver a agricultura, que além de abastecer a capital Boa Vista com produtos com preços mais acessíveis e de necessidade, como arroz e feijão, foi complementado o projeto do antigo governo do ex-território de Roraima do ano de 1951, com incentivo e desenvolvimento da colônia agrícola Brás de Aguiar.

Com objetivo de ocupar a região dos anos de 1969 a 1978 foram assentadas dezenas de famílias em uma área de 1250 hectares. Os assentados eram migrantes nordestinos, que vieram para o Estado de Roraima através do projeto do governo federal que buscava criar e desenvolver uma política de expansão agrícola.

Este projeto foi implantado e desenvolvido na década de 1980, criando assim os assentamentos Confiança I, II e III, onde cada lote era distribuído gratuitamente para cada nordestino, com o tamanho de 100 hectares, nas regiões dos rios Quitauaú e Cachorro, ao sul do Município.

Porém somente no dia 01 de julho de 1981 Bonfim foi elevado à categoria de município por meio de Lei 7.009, onde as principais vilas e povoados do município, que eram Cantá, Malacacheta, Vila Nova Esperança, Confiança, Serra Grande, São Francisco, Surrão, Pium, Manauá, Mirizal e Jacamim. Até hoje apenas a Vila Confiança é a principal da região, por ser referência de produção agrícola do município, como é ilustrado no mapa 02 na página seguinte:

O constante do trânsito de turistas ou comerciantes para a cidade de Lethem, caracteriza-se a cidade de Bonfim como uma pequena cidade, que sofre com o fenômeno social chamado comércio formiga, ocasionado em razão de a cidade estar localizado à margem da rodovia federal, por ser fronteira com outros países e sua localização ser distante de grandes centros comerciais, o que ocasiona o não desenvolvimento urbano.

A economia do município antes com base agrícola e agropecuária deixa de ser referência e passa a ter como fonte econômica a gestão pública, restringido o desenvolvimento econômico. Hoje o município sofre com a escassez de mão de obra qualificada e investimentos econômicos por parte das indústrias, mesmo com a criação da Zona de Livre Comercio no município, as indústrias não investiram na região.

O município apresenta etapas de processos de urbanização que busca desenvolver atrativos operacionais na região de fronteira, essas atratividades são desenvolvidas como programas sociais para a sociedade local e eventos culturais que envolvem tanto os brasileiros com os guianenses, como por exemplo, as festas e vaquejadas.

Essa correlação social entre as duas cidades gêmeas, Bonfim e Lethem, intensificou-se a partir da execução do Projeto Arco Norte, desenvolvido pelo Governo Federal, que busca interligar através da rodovia projetada, um percurso que inicia na cidade de Boa Vista, interligará a Guyana, Suriname e Guyana Francesa, facilitando o acesso terrestre ao porto marítimo de Georgetown.

Bonfim por ser uma cidade pequena tem característica social de baixa renda, por ter pouca estrutura comercial, empresas prestadoras de serviços e quando comparada com a capital: Boa Vista, a cidade hoje possui uma população menor que 10 mil habitantes, com perfil de uma cidade média.

Porém o município de Bonfim apresenta outra característica incomum, conhecido por ser um fenômeno mais recente a Rurbano, pois o grande número de moradores, que hoje representam 75% da população local, não vive da agricultura, desempenha fonte econômica com base na prestação de serviço ao setor público ou do comércio informal.

A rurbano é definida como um conceito bem atual, pois a população de pequenas cidades, que vive em áreas rurais, deixa de exercer função econômica agrícola para desenvolver outras fontes econômicas, como é caso da prestação de serviço, público ou privado, considerada por alguns pesquisadores como complexo, por se tratar de um processo mais presente nas pequenas cidades.

Outro fator da rurbano é o processo do desenvolvimento tecnológico, o qual refletiu diretamente no município, o qual apresenta característica mais urbana do que rural, pois os meios tecnológicos limitaram a prestação de serviço e desencadeou a criação de pequenas áreas sociais, conhecidas por possuírem característica urbana, por se tratar de atividade de desenvolvimento humano, econômico, físico e político.

Esta nova referência econômica desencadeou novos comércios, como empresas de telecomunicação móvel, que desencadeou uma reestruturação de valorização do município, ocasionando direta e indiretamente investimentos governamentais. O aparecimento de novas atividades econômicas no município ocasionou o êxodo rural na década de 1990, onde reduziu em 8% a população brasileira no município e o crescimento de 15% da população guianense no município, em busca de melhor condição de vida e emprego, segundo o IBGE (2010).

Mesmo com o incentivo do governo federal com a criação da ALC (Área de Livre Comércio) no ano de 1991, Bonfim não desencadeou um grande interesse por parte das grandes indústrias, mesmo que próximo à fronteira com a Guayana, as indústrias não construíram e nem tiveram interesse em fazer um estudo econômico na região, e muito menos absorveram a mão de obra, além da do incentivo dos subsídios dos municípios.

Esse processo é denominado “rurbanização”, que representa a valorização da integração campo-cidade, apreciando a inovação tecnológica e criação de funções particulares, além de afastar e desvalorizar a agricultura no município, fator comum nas cidades de fronteira e principalmente na conjuntura atual.

Bonfim, com sua forma de transição populacional constante, evidencia o surgimento do serviço informal. São serviços que ocorrem diariamente, por moradores, turistas e até comerciantes de outras cidades, que buscam desenvolver uma economia informal, pois compram produtos na cidade vizinha, Lethem – Guayana, e revendem em sua cidade de origem com preços mais elevados. Tal característica está correlacionada a particularidades com o processo urbano e social das grandes cidades, muito presente na cidade de Santa Elena de Uairen – Venezuela.

O rurbano que ocorre em Bonfim é um fenômeno que desenvolve mais vantagens econômicas e de oportunidade à população das cidades vizinhas, reduzindo a oportunidade do crescimento das pequenas cidades de fronteira. Essa migração desenvolve mudanças no perfil econômico local e redução do êxodo rural de Bonfim.

Esse processo de correlação da cidade e campo desencadeia uma divisão social e física, pois, quando correlacionado com a ocupação espacial, as características sofrem alterações de adaptações e readaptação do espaço físico do município.

A urbanização do campo é refletida pela característica urbana no município e ao redor do município na zona rural, pois há dinâmico desenvolvimento através do elemento urbanizado, ocasionando problemas nas áreas da ecologia e de fronteira do município.

Neste sentido o município de Bonfim, que possui elementos do espaço rural que se encontra próximas áreas naturais, desencadeia formas similares ao urbano, pois sua estrutura física está crescendo em áreas irregulares e impróprias, ocasionando o desequilíbrio dos ecossistemas.

3.3 HORIZONTALIDADE E VERTICALIDADE DE BONFIM

Bonfim em seu processo de formação teve diversos acontecimentos benéficos para o seu desenvolvimento como cidade, devido às transformações produtivas ocorridas com a globalização mundial, sendo essa horizontalidade um pouco fraca para o desenvolvimento.

Para Santos e Silveira (2004), todas as regiões quando desenvolvem sua estrutura espacial de forma natural, através da horizontalidade, baseiam-se em meios racionais para o arranjo organizacional principalmente através da materialização de fábricas na região habitável.

Neste sentido Bonfim tem todo o mecanismo e ferramenta para a implantação de indústrias através da sua localização estratégica, além de acessibilidade de trânsito e fluxo populacional existente na via de acesso, BR-401, a qual interliga a vias de acesso de outros países e do porto de diversos países desenvolvidos.

Já a sua verticalização como cidade teve um arranjo político e econômico benéfico, que é o caso da ALC – Área de Livre Comércio, existente na entrada da cidade, além de outros incentivos fiscais e financeiros que diferenciam de outros municípios não criados. Todos esses meios de verticalidade e horizontalidade servem como iniciativas para o processamento das forças territoriais no desenvolvimento

econômico da cidade de Bonfim, não sendo compatível ao contraste existente na realidade.

Segundo Senhoras (2013) as ações das forças de verticalidades e horizontalidades são consideradas como elementos de processo de produção espacial, ações que são representadas pelos agentes de convergência de anseios e interesses que materializam através de equipamentos os fixos e fluxos nas cidades de produção espacial.

Todo esse processo foi expresso nas ações ocorridas na cidade de Bonfim, fatores desenvolvidos através da influência de políticas públicas por parte do governo federal no desenvolvimento da formação urbana de Bonfim, pelos meios do desenvolvimento e implantação da faixa de fronteira, além de todos os meios ocorridos com o processo geográfico e histórico, criação da colônia militar na fronteira, implantação de um pelotão especializado de fronteira, projetos federais como o Calha Norte e a Área de Livre Comércio.

Segundo Ricardo e Campanilli (2008), a Amazônia é uma cobiça internacional admirada e desejada por sua riqueza e diversidade de espécie e de recursos naturais ainda não explorados completamente como em diversos países ocasionando pressões de natureza internacional.

A cidade de Bonfim por estar envolta desta espacialização e com sua riqueza diversificada, abundância de água doce e vastíssimas riquezas ainda pouco explorada, foi e é desejada para uma exploração espacial devido à materialização e desejo populacional do mundo, desejada mas não explorada.

Conforme Borba (2013), a Amazônia construiu, com as políticas de defesa, demarcações em diversos períodos, que implicaram em projetos de ocupação e fiscalização das fronteiras brasileiras, através de colônias de militares buscando a implantação de marcos fronteiriços, além de formas de ocupar áreas pouco populosas e criar uma fiscalização de controle social.

Todo este processo de estudo, conforme diversos projetos governamentais, buscava despertar o crescimento social, econômico, político e espacial, beneficiando a nação brasileira e impedindo a invasão dos estrangeiros, onde se criam colônias de militares volantes, pelotões fixos na fronteira, projetos como Calha Norte e incentivos econômicos de grande porte, como a ALC – Área de Livre Comércio.

3.3.1 1955 - Colônia Militar de Fronteira

Em todo o processo de ocupação espacial da Amazônia, a presença militar teve desde o início a necessidade de se preocupar com a invasão do estrangeiro a qual ocasionou um processo de colonização de longo período que se desencadeou em três etapas de exploração espacial consolidar e dar manutenção ao espaço conquistado pelos militares.

Conforme Borba (2013), na terceira etapa das demarcações do Período republicano houve demarcação de fronteiras e desencadeamento de políticas entre Brasil e Guyana, além dos países limítrofes, excluindo apenas a Venezuela, com a criação de colônias militares de fronteira no ano de 1955, a qual buscava a implantação de marcos fronteiriços.

Todo este processo de criação de colônias na fronteira do Brasil inclui a cidade de Bonfim, a qual iniciou um estudo como rota de transição de escoamento de produção, exportação e importação aos demais países da América do Sul e aos países de acessibilidade marítima, já que a Guyana possui um porto que atua sem nenhum problema de funcionalidade.

Segundo Dias (2005) a colonização militar da fronteira brasileira serviu de política, porém não totalmente implementada, pois o objetivo era de demarcar a faixa de fronteira brasileira e estudar locais e meios de desenvolver a economia, a ocupação social e a acessibilidade de políticas dominantes.

Todo este processo teve uma durabilidade muito extensa a qual desenvolveu 3 (três) fases de estudo e implementação, porém essas políticas não foram todas implementadas, devido o custo elevado e à acessibilidade às áreas, porém desenvolveu projetos de popularização econômica e fiscalização para não perder o controle e não ser invadido por parte dos estrangeiros.

Um destaque do Ministério da Defesa brasileiro era a defesa e as futuras ameaças à soberania nacional, nas constantes demarcações de terras que o governo federal tinha na época da ocupação da fronteira brasileira e no processo de globalização industrial, no caso do estado de Roraima, a tríplice fronteira, assim levando à construção social, política e econômica para a região.

3.3.2 1960 - Pelotão Especial de Fronteira

Na década de 1980 o governo federal desenvolveu o PCN (Programa Calha Norte) com objetivo de promover políticas dirigidas ao desenvolvimento e defesa de toda região norte do Brasil, o qual previa a ocupação militar nas faixas de fronteiras brasileiras, abrangendo 194 municípios em seis estados do território brasileiro, com 95 municípios localizados na faixa de fronteira.

De acordo o IBGE (2010) o Calha Norte serviria de base de estruturação da fronteira brasileira em cidades que se localizam em áreas estrategicamente benéficas ao desenvolvimento ocupacional, além de redefinir políticas de segurança, onde a sociedade migratória teria todo apoio governamental.

Este projeto tinha como ideia principal ocupação nas áreas próximas às faixas de fronteira, conjuntura que induziria a ocupação gradual e sistemática das áreas consideradas vazias e de inexistência da região amazônica. Este projeto foi considerado como projeto de desenvolvimento patriótico e de alto cunho social brasileiro.

Segundo Roppa (2007) o PCN é vinculado a uma defesa estrutural, sendo, porém, coordenado por diversos departamentos e resultando apenas numa manutenção à soberania e integração territorial brasileira, ocasionando o desenvolvimento local das áreas analisadas e classificadas como áreas de atuação.

No caso da cidade de Bonfim, o projeto desenvolveu a abertura de novas vicinais, além da estrutura física da cidade, crescendo cada vez mais com o tempo com a migração dos nordestinos na década 1980, porém teve um crescimento do êxodo rural com a população indígena que busca na cidade condições de vida melhores que a comunidade.

3.3.3 Área de Livre Comércio - 1990

A Área de Livre Comércio (ALC) foi um projeto internacional com objetivo de facilitar o fluxo comercial e econômico dos produtos, eliminando as barreiras alfandegárias, constituindo assim benéficos aos investidores e crescimento econômico aos países associados, com países que viriam com sua participação à forma de um bloco econômico em países aliados, reduzindo a concorrência desleal que o processo de globalização desenvolveu.

Segundo Barros (2007) a Área de Livre Comércio visa promover o desenvolvimento das cidades localizadas nas fronteiras da Amazônia Ocidental, através da isenção de impostos, incentivando condições melhores na fiscalização da entrada e saída de produtos e mercadorias nos países que faziam parte deste projeto econômico.

Este benefício ocasionou o crescimento econômico através do fortalecimento do setor comercial, de desenvolvimento de novas empresas e o mais: importante o desenvolvimento de novos postos de trabalho. Esse projeto econômico e político atenderia à necessidade da população local e regional, gerando um crescimento econômico.

Conforme a SUFRAMA (2013) a ALC de Boa Vista e Bonfim no estado de Roraima foi criada e implementada no ano 2008, estabelecendo um meio de desenvolvimento econômico, além do desenvolvimento de produção e de relações bilaterais entre os países membros, ocasionando a ampliação de outras áreas econômicas, como turística e de negócios.

Bonfim foi o único município a ter Área de Livre Comercio, além da capital do estado de Roraima, Boa Vista, porém este projeto não teve uma ativação crescente na cidade, pois a área está demarcada, teve os incentivos econômicos e de negociação, além da isenção de taxas de circulação de produto, porém o projeto não beneficiou a população e nem criou oportunidades econômicas ou trabalhistas.

3.4 COMÉRCIO DE FRONTEIRA DAS CIDADES GÊMEAS BONFIM E LETHEM

A cidade de Bonfim em seu processo histórico desempenhou uma importância significativa para a cidade de Lethem, pois sua mão de obra está voltada para a economia trabalhista da Guyana, assim como Lethem está voltada para a clientela residente em Bonfim e demais cidades de Roraima, que visam, através de passeios ou turismo comercial, venda e revenda dos produtos legais e ilegais, através do comércio formiga.

Segundo Senhoras (2013) o comércio formiga é um comércio impulsionado por algumas facilidades e o fácil processo de fluxo populacional existente entre duas cidades de fronteiras, como preços acessíveis e pela ausência de concorrência superior no mercado local.

Esse tipo de comércio é crescente na cidade de Lethem, onde uma porcentagem da população busca, na acessibilidade comercial, uma vantagem econômica nos produtos vindos da China, considerados como de boa qualidade e de acessibilidade devido o preço popular.

A cidade de Lethem hoje desenvolve um crescimento comercial de modo acelerado, enquanto Bonfim fixa na mesma situação neutra, de produção, economia social e forma urbana, processo que vem desde o ano de 2000, quando foram implantados programas do governo federal, que buscava o progresso e desenvolvimento econômico.

Conforme Borba (2013) as cidades de fronteira desenvolvem várias relações comerciais, econômicas culturais de interesse de ambas as nacionalidades, conforme o seu progresso e incentivos econômicos ou de acessibilidade social, pois a sociedade regional busca vantagens benéficas e lucrativas.

A cidade de Bonfim possui algumas necessidades e tem algumas vantagens sobre a cidade de Lethem, fazendo com que as duas cidades se completem de uma forma atrativa e benéfica oriundas do comércio formiga e o grande fluxo social existente entre uma cidade e outra.

Os produtos comercializados na cidade de Lethem são em grande parte oriundos do continente asiático, com uma acessibilidade mais vantajosa que a existente no Brasil, no caso produtos como roupas, perfumes, materiais para casa e acessório, que são as principais mercadorias comercializada em Lethem.

Bonfim tem comercialização basicamente agrícola, com perfil de pequena cidade, onde estes produtos são escassos ou têm valores mais elevados que os existentes no país vizinho. Porém existe uma troca de fatores, como a compra de produtos industrializados, com preços acessíveis nos produtos alimentícios.

Conforme Rosa, Elisabeth e Maria (2013), Bonfim tem uma acessibilidade nos programas econômicos, porém tem dificuldade em implantar este programa, por falta de empresas interessadas e a escassez de energia de longa durabilidade, fatores que fazem muitas empresas deixarem de investir em Bonfim, para criar incentivos do outro lado da fronteira – Lethem.

Desta forma Lethem tem sua vantagem sobre Bonfim, possuindo quase metade da população, quando correlacionado com Bonfim, uma economia mais elevada, além de ser crescente a cada mês, porém toda esta vantagem perde-se pela escassez de mão de obra qualificada.

Diante desta necessidade, observa-se que as cidades são do tipo gêmeas, porém uma completa necessidade, na parte do desenvolvimento econômico, pois Bonfim não cresce há quase quatro anos na sua forma urbana, que se iniciou de forma planejada e com o tempo perdeu o controle, crescendo em áreas ambientais, de proteção e militar.

De acordo com Mori (1996) o processo de urbanização das pequenas cidades é propício a manter-se tradicionalmente, desenvolvendo assim uma forma mais lenta, além de promover uma economia voltada para a agricultura e sua população diminuir com o desenvolvimento do êxodo rural.

No caso de Bonfim a população residente é de grande parte de outros estados, além de ser da Guyana, fato expresso através de dados obtidos por questionário, onde consta o êxodo rural dos indígenas das comunidades, para a sede do município e da imigração legal e ilegal de guianenses para o Brasil, em busca de condições ou benefícios federais que eles têm acesso como qualquer um brasileiro, depois de sua obtenção legal da dupla nacionalidade.

Esse crescimento populacional de estrangeiros na cidade é fruto do fluxo de acessibilidade populacional por parte das duas nações, ficando bem claro que a sociedade aceita o convívio e se relaciona mais receptivamente que com os seus descendentes. Segundo Ruckert (2005), toda mobilidade de fácil acessibilidade produz uma política de ordenamento e desenvolvimento territorial/social, uma contribuição desenvolve uma estrutura transfronteiriça, adequando ao espaço através de políticas públicas.

No caso das duas cidades, a fronteira não tem mais limite, pois a troca de produtos e serviços é constante, a língua falada é misturada com o convívio, o qual ainda dá acesso a outras nações como a chinesa, pois grande parte dos comerciantes existentes em Lethem são de origem ou descendência da China, onde investem no espaço urbano de Lethem e contratam mão de obra brasileira, fazendo assim um complemento social e econômico.

Outra população existente na fronteira, porém muito pouca visível é a população indígena, que busca nas duas cidades melhores condições de vida e acessibilidade aos serviços básicos oferecidos pelo Brasil e Guyana. Uma representação populacional significativa, pois investem suas economias nas duas cidades, onde residem e sobrevivem com seus benefícios sociais garantidos pelo governo federal.

Conforme Borba (2013) as cidades de fronteira desenvolvem várias relações culturais entre a nacionalidade, além de possuir populações de etnias diferentes, que com o tempo se adaptam ao perfil populacional, deixando em alguns casos sua cultura ou adquirindo dos habitantes das cidades.

No caso da cidade de Bonfim, as etnias: Macuxi e Wapixana são presentes no cotidiano da cidade, mesmo que ainda a maioria esteja em comunidades indígenas, porém alguns deles possuem residência ou familiares que moram nos bairros mais antigos da cidade, no: Centro e no Getúlio Vargas, habitantes que preservam alguns costumes em termo de estruturas, porém perderam seus costumes e adequaram-se a costumes de cidades grandes.

Os temas abordados neste capítulo tiveram como principais objetivos debater todo o contexto das características históricas da cidade de Bonfim, porém detalhando, desde o início, o processo social de meios voluntários e involuntários, além dos fatos marcantes para a formação urbana da cidade.

Na estrutura textual foram debatidos apenas conceitos de autores regionais, para facilitar a transparência e a veracidade do processo de formação da cidade de Bonfim, tendo o objetivo de defender a visão política da época de sua criação, além de pontuar cada fator histórico desde o assentamento das famílias de militares, que iniciaram o desenvolvimento da infraestrutura até a ultima migração social dos nordestinos que foram influenciados com políticas de assentamentos e desenvolvimento econômico.

Em segundo momento foi discutido o fator econômico da cidade, que tenta desenvolver através de meios mais acessíveis, mecanismo de desenvolvimento econômico e formas de atrair investimentos para a cidade, deixando de depender financeiramente de repasses financeiros do governo federal.

De uma forma geral o capítulo abordou a história do município de Bonfim apresentando as fases econômicas, que são preocupantes, pois estas fases contribuíram para o crescimento da população desde o ano de 1967, refletindo sobre o processo socioespacial e a estrutura socioeconômica de Bonfim.

Conclui-se que o processo de formação histórico de Bonfim proporcionou no seu procedimento a formulação de uma evolução de sociedade, porém limitou-se a uma área mínima, desencadeando o fenômeno do êxodo rural e também do desenvolvimento de uma dependência econômica da cidade gêmea: Lethem.

4. MARCOS DE CARACTERIZAÇÃO URBANA DA CIDADE DE BONFIM-RR

4.1 MARCOS DE CARACTERIZAÇÃO URBANA

Neste último capítulo será apresentado o resultado da pesquisa de campo, com objetivo de expor a análise da dinâmica do processo de urbanização da cidade de Bonfim, correlacionando o diagnóstico das características de cidade pequena, cidade de fronteira, cidade-gêmea e diagnóstico socioespacial.

Ao analisar o resultado dos elementos da pesquisa de campo, pode-se perceber as características socioespaciais dos habitantes da cidade de Bonfim, proporcionando assim a compreensão dos elementos contenedores e difusores da área pesquisada, identificando a hierarquização do espaço urbano da cidade. Para compreender os elementos de caracterização do processo de urbanização, fez-se necessário o desenvolvimento da pesquisa de campo na cidade, através da aplicação de um questionário, junto aos habitantes residentes nos 6 bairros, totalizando 1.225 imóveis existentes na cidade de Bonfim, que proporcionou o levantamento de dados, resultando num perfil social.

Diante da análise dos dados apresentados da tabulação dos resultados dos questionários da cidade de Bonfim, observou-se a demanda populacional de Bonfim, diante da participação do poder público municipal, estadual, federal e as áreas privadas, na economia e no processo de desenvolvimento da infraestrutura e urbanização da cidade, além da interdependência socioeconômica que a cidade desenvolve sobre a Cidade de Lethem-Guyana e Boa Vista.

Assim, observa-se que o processo urbano da cidade Bonfim, desenvolve uma dinâmica limitada, ocasionada pela falta de políticas públicas ativas e contínuas, além do seu processo de crescimento limitado, que correlacionou com o êxodo rural de sua população e da migração populacional do país vizinho, Guyana, que foi influenciada diretamente pelo fluxo populacional e econômico.

Desta forma, o capítulo III tem o propósito de expor à dinâmica do processo de urbanização da cidade de Bonfim, no seu processo de ocupação no âmbito social e espacial, diante de sua limitação espacial natural, devido a sua urbanização como cidade de fronteira.

Diante deste contexto, notou-se que o processo de urbanização da cidade de Bonfim teve um incentivo econômico pelas políticas públicas, porém limitadas, implantadas na sua dinâmica social e urbana, ocasionando o surgimento de alguns problemas sociais, econômicos e ambientais.

O processo social de Bonfim é bem diversificado, pois houve muita migração nas últimas cinco décadas, desenvolvendo assim uma urbanização bem diversificada na cidade Bonfim, onde a população mais estabilizada economicamente está fixada nos bairros mais planejados e desenvolvidos da cidade.

Seguindo neste contexto, os grupos sociais menos favorecidos e com pouca instrução estão fixados nos bairros mais centrais da cidade de Bonfim, vivendo em áreas com o mínimo de infraestrutura básica, sofrendo com os problemas econômicos, de saúde, de infraestrutura e desencadeamento do êxodo rural e a ocupação irregular das áreas ambientais.

Conforme Silva (1999) as cidades pequenas sofrem muito com o crescimento populacional e depois com o êxodo rural, pois por décadas no mundo, os governos desenvolvem como forma provisória a redistribuição social de sua nação, em seu território, sem proporcionar o mínimo de assistência ou apoio econômico, ocasionando mais ainda a desigualdade social no mundo.

O autor caracteriza muito bem a realidade da população brasileira, principalmente da área estudada, pois nenhuma cidade pode desenvolver uma economia vivendo apenas de repasse federais, sem desenvolver outra forma de atividade econômica, além de uma limitação espacial urbana.

De um modo mais específico, Bonfim tende a se desenvolver se tiver uma ajuda governamental, com políticas atuantes, pois ela possui mecanismo de desenvolvimento, já que possui em sua área urbana uma Área de Livre Comércio – ALC e uma população que necessita de uma qualificação e uma fonte fixa de trabalho sem precisar sair da cidade.

Desta forma, a área pesquisada foi definida pelo fato da limitação natural da área urbana da cidade e devido o crescimento populacional de migrantes, além dos incentivos econômicos e políticos, porém não objetivando o desenvolvimento em certa de 3 (três) gestões municipais.

A cidade de Bonfim em sua estrutura física apresenta algumas características comuns de cidades pequenas, como é caso da valorização do metro quadrado, de alguns imóveis, sendo mais caros que outras áreas da cidade, que é o caso do bairro Getúlio Vargas, que apresenta concentração de espaço luminoso, assim como o centro da cidade, que concentra a infraestrutura pública, como prefeitura, secretarias municipais, centros comerciais e a centralização econômica como banco e loteria.

Desta forma, observa-se que os bairros mais antigos da cidade de Bonfim, Getúlio Vargas e o próprio centro da cidade, apresentam uma estrutura bem definida no plano urbano e econômico, desenvolvendo uma valorização das áreas e desencadeando uma classificação social mais seletiva, pois esses elementos de desenvolvimento influenciaram diretamente as atividades econômicas, como geração de empregos na função empregatícia dos setores privados e públicos.

Esses fatores de densidade técnicas e formais proporcionam o encarecimento do metro quadrado (m²), devido à composição de áreas de fluxo populacional na cidade, desencadeando o crescimento econômico e social nestes dois bairros. Segundo Santos (2005) os espaços luminosos são todos os elementos que acumulam densidades técnicas e informacionais, sendo classificados assim, como os mais aptos a atrair atividades econômicas, com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização em uma cidade.

Conforme o desenvolvimento da cidade de Bonfim, em seu processo de estruturação física e de ocupação social, percebe-se através dos dados coletados pelos questionários da pesquisa, a concentração comercial e pública na área mais antiga da cidade.

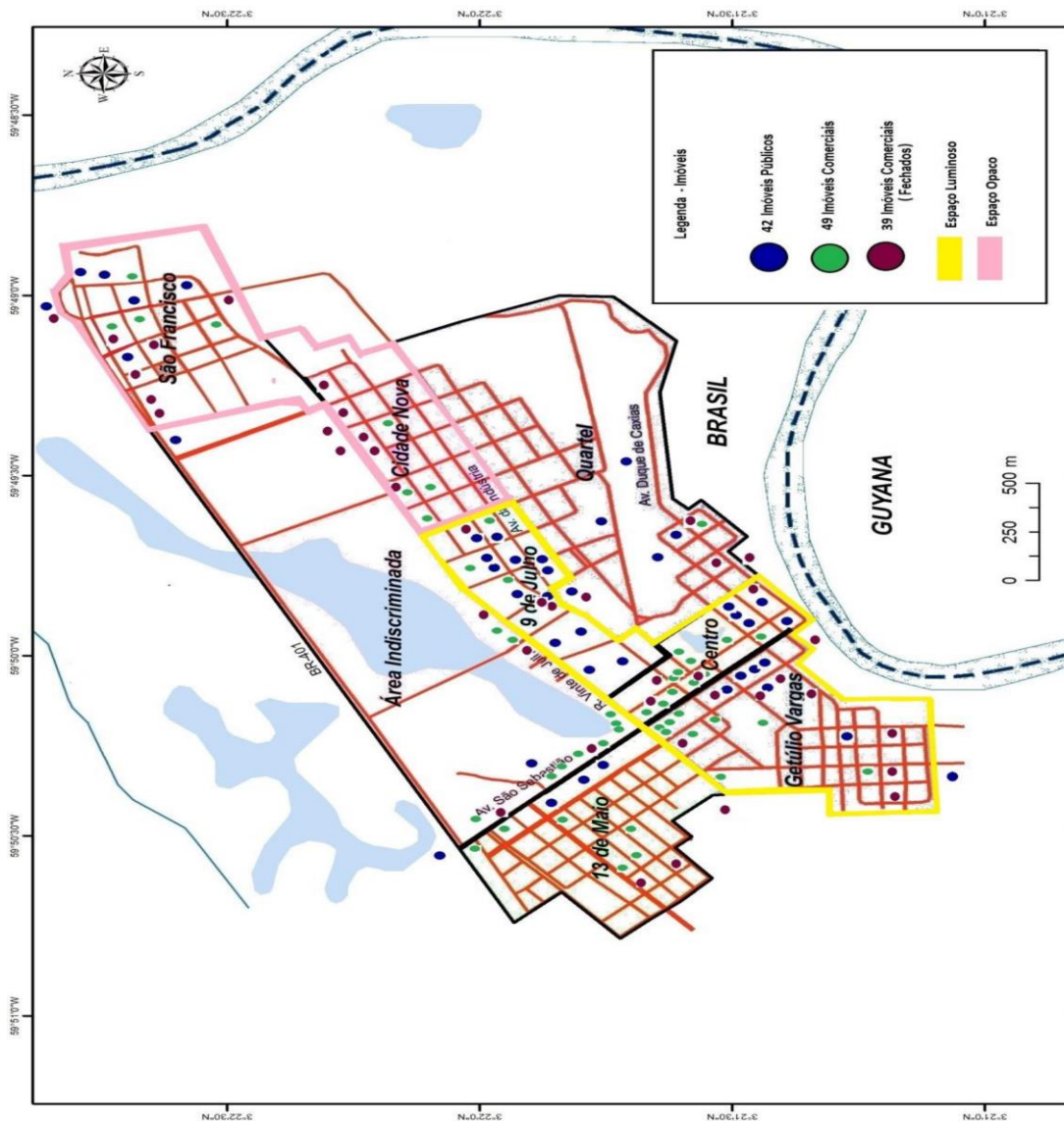
Entretanto, dentro destes bairros, houve em seu processo de urbanização um planejamento de gestão pública controlada, porém com uma população compatível a sua estrutura social, limitando as áreas urbanas e de proteção, diferente dos demais bairros, que tiveram os seus desenvolvimentos de forma mais acelerada. Essas características estão ausentes em alguns bairros, que podem ser classificados como espaços opacos, onde percebe-se apenas o mínimo de estrutura para o atendimento social da cidade.

Todos esses fatores ocasionaram problemas na valorização dos imóveis e terrenos dos bairros mais populosos de Bonfim, desencadeando uma exclusão social e abandono de imóveis por partes dos proprietários, por estarem distantes dos pontos comerciais da cidade, prestação de serviços públicos. Além da falta de infraestrutura adequada para a população dos bairros, desencadeando o êxodo rural por parte da população brasileira e a ocupação social, inadequada por parte dos imigrantes Guianense.

Observar-se que o índice de pontos comerciais, nos bairros criados mais recentemente em Bonfim, é baixo e não proporcional ao atendimento satisfatório e necessário aos habitantes residentes da cidade, que têm que se deslocar para as ruas e avenidas centrais, para comprar o que necessitam. Assim como o deslocamento da população Guianense residente em Bonfim, como também, na cidade de Lethem - Guyana

Dos 6 (seis) bairros e da área militar existente na cidade, o Centro, Getúlio Vargas e 9 de Julho, que são considerados como áreas mais valorizadas e seguras, devido possuir elementos básicos de uma cidade, como iluminação pública, água encanada, ruas e avenidas asfaltadas, diferente quando correlacionado com o espaço opaco da cidade.

Mapa 3 - Mapa dos espaços Luminosos e Opacos da cidade de Bonfim – RR

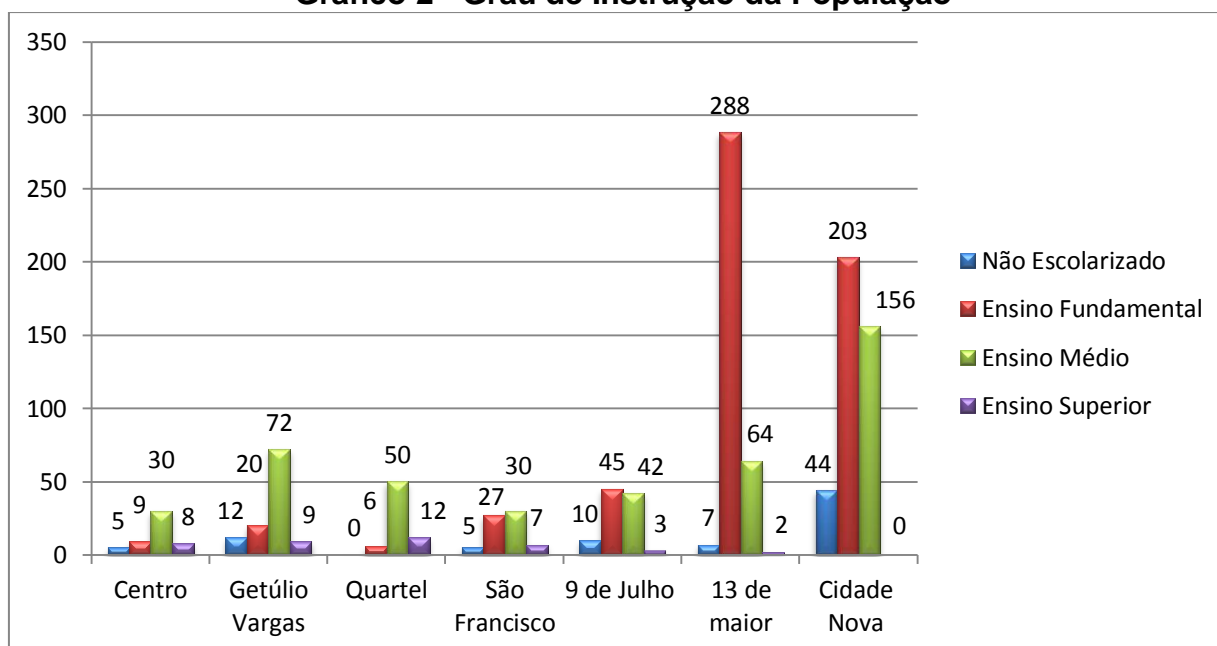


Fonte: Elaboração Própria (SILVANETO) Dados do Google (2014) e IBGE (2010)

Neste sentido, os outros bairros da cidade de Bonfim caracterizam-se como um “Espaço Opaco” que é relativo ao bairro: Nova Cidade e São Francisco, que será transformado com o tempo em espaço luminoso, porém no momento se caracteriza como espaço opaco devido o grande índice de desigualdade social, infraestrutura básica por parte do poder governamental e privado.

Desta forma observa-se também que, além da falta de mecanismo público básico, outros elementos são apresentados sobre os dados dos habitantes que não estão presentes na área considerada espaço luminoso, que são o nível de escolaridade de cada habitante da cidade, constatando-se o maior índice de pessoas com o menor nível de escolaridade.

Gráfico 2 - Grau de Instrução da População



Fonte: Elaboração própria. Baseada em dados obtidos em questionários aplicados.

Os dados do gráfico 02 demonstram uma noção do perfil do nível de conhecimento e formação dos moradores dos bairros da cidade de Bonfim, no nível de instrução escolar, porém alguns bairros se destacam, mesmo sendo consideradas como áreas nobres, a qual o nível é compatível com a estrutura física, pois os bairros Centro, Getúlio Vargas, 9 de Julho e a área militar têm um índice maior de pessoas com um grau de instrução escolar, diferente dos bairros São Francisco, 13 de Maio e Cidade Nova, que prevalece o pouco grau de instrução escolar para os habitantes destes bairro.

Através dos dados obtidos na pesquisa, é visível a classificação do espaço opaco da cidade de Bonfim, onde a população é compatível com a desigualdade social, econômica, refletindo-se sobre o grande nível de residências e a falta do poder público para se criar uma nivelção social e econômica.

4.1.1 Círculo Inferior e Círculo Superior

A estrutura de classificação de Círculo Inferior ou Círculo Superior na cidade de Bonfim é relacionada com a divisão do espaço por bairro. Milton Santos destaca que cada cidade estruturada apresenta uma divisão de trabalho, com base na classificação do valor do salário, do tipo alto ou baixo, ocasionando assim disputa social nas áreas urbanas.

Neste sentido esta disputa é a classificação social e econômica das cidades, onde a população com altos salários e com qualificação de escolaridade se afasta da grande maioria, que tem a incompatibilidade econômica com seu nível de escolaridade. Em Bonfim, esta divisão de trabalho é bem visível, pois existe uma mobilidade social temporária, que presta serviços em módulo temporário e tem um nível econômico mais vantajoso, porém compatível com a qualificação profissional.

De acordo com Santos (2005) o Circuito Superior está relacionado diretamente à alta tecnologia, formada por atividades ligadas ao setor terciário de serviços em bancos, comércios e empresas de exportação e importação, comércio atacadista ou varejista e transporte, serviços e cargos públicos.

Ao abordar o perfil das pessoas que desenvolvem o Círculo Superior, percebe-se que as pessoas que prestam serviço nas áreas de saúde, segurança e administração públicas não residem na cidade de Bonfim, elas só prestam o serviço pelo qual são remuneradas e fixam suas residências em outras cidades ou na própria capital Boa Vista.

Este espaço da divisão do trabalho na cidade de Bonfim é favorável a uma pequena minoria, que é o caso dos militares do exército e polícia militar, que tem alojamento, assim como os professores, agentes federais da Receita, policiais federais, médicos, que desenvolvem o seu trabalho em escala temporária e residem quando em alguns bairros próximo à aduana brasileira.

Conforme Santos (2005) o circuito inferior é sempre composto por algumas atividades e serviços que não são modernas, geralmente funções de nível de escolaridade mínima ou sem escolaridade, onde é absorvida por um processo seletivo de função, em comércios, lojas, prestações de serviços e atividades de esforços ou trabalho repetitivo, sem uma avançada tecnologia.

Seguindo este conceito, observa-se que a maioria da população da cidade de Bonfim não tem vínculo empregatício, desenvolvendo prestação de serviço em pequenos comércios, na agricultura, ou prestando serviço em Lethem, no qual é mais atrativo o mercado de trabalho que em Bonfim – Brasil (Quadro 5).

Quadro 5 - Economia - Pessoas Entrevistadas que Trabalham

	Centro	Quartel	Getúlio Vargas	São Francisco	9 e Julho	13 de maio	Cidade Nova	TOTAL	
Não	15	01	65	18	2	3	1	105	
Sim	37	67	49	51	98	358	402	1.062	
SIM	Autônomo	17	-	07	2	18	22	391	457
	Privado	15	2	12	4	44	319	7	403
	Público	05	65	30	45	36	17	4	202

Fonte: Elaboração Própria (SANTOS, SENHORAS, SILVANETO) – 2015 / 2016

Através do questionário aplicado, pode-se desenvolver o quadro 04 a respeito da economia e ocupação dos entrevistados, onde se pode obter dados da população que possuem algum vínculo empregatício, onde se destaca a grande maioria de habitantes empregados em alguma atividade econômica, porém se pode observar uma maioria classificada como autônomo, seguido do vínculo privado e do público.

Neste sentido o circuito inferior é predominante na cidade de Bonfim, onde é composto por algumas atividades de prestação serviço e funções comerciais, administrativa ou funções de mínima exigência. No caso, o bairro Nova Cidade possui uma população quase toda de círculo inferior, por possuir 391 pessoas que exercem atividade trabalhista e que se denominam autônomas.

4.1.2 Sistemas de Fixos e Fluxos

A cidade de Bonfim apresenta características do Sistema Fixos e Fluxos, a qual este tipo de sistema vem sendo desenvolvido desde a sua criação, tendo um desenvolvimento mais crescente com a implantação da BR-401 na década de 1960 e sua estruturação pública com a sua criação e implantação do 2º BEF (Batalhão Especial de Fronteira - Quartel) que desenvolveu as estruturas básicas da rede pública municipal e estadual.

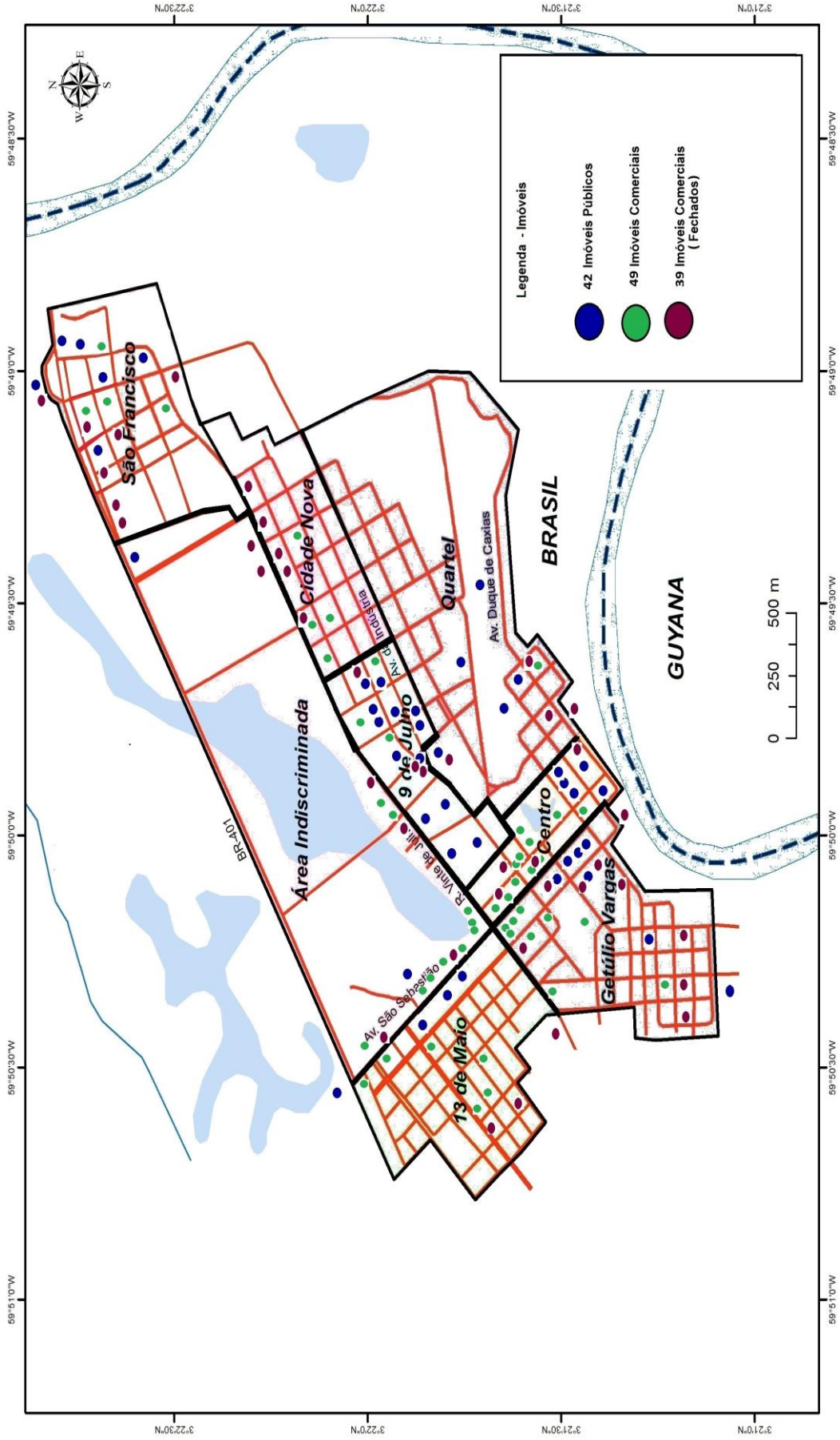
Esta integração socioespacial procedeu com a construção da BR-401, que liga a capital do estado de Roraima – Boa Vista a Lethem– Guyana através dos mecanismos desenvolvidos pelo exército brasileiro e o poder governamental, o qual é visto na área espacial da cidade.

De acordo com os dados dos questionários e com o Mapa dos imóveis desenvolvido com a aplicação do georreferenciamento na cidade de Bonfim, o sistema Fixo da cidade é composto por mais de 1225 imóveis, entre 1167 residências, 49 pontos comerciais, prédios públicos e prédios em desenvolvimento. A cidade possui em sua estrutura física básica a Prefeitura, secretarias municipais (Administração, saúde, educação, assistência social, conselho tutelar, CRAS) 2 escolas de Ensino Fundamental, 11 escolas de Ensino Médio, delegacia, posto policial, 2 postos de saúde, 2 creches, cemitério, rodoviária, associações, cooperativas: transporte, produção de mel, Receita Federal, Aduana, parque de exposição, Posto da Polícia Federal, ADEER. CAER, CERR, empresa de telecomunicação - Oi, totalizando 42 prédios públicos.

De acordo com Mello (2006) o sistema fixo compreende todos os elementos presentes no espaço de uma cidade, onde é desenvolvido com o passar dos tempos, devido sua formação e evolução, tomando formas e características urbanas, mas servindo de elemento de utilidade pública e privada.

Neste sentido Bonfim, apresenta uma estrutura básica para uma cidade, para oferecer a sua população, além de ainda prestar serviços públicos aos guianenses, que vêm de Lethem em busca de serviços da área de saúde, educação e sociais, ocasionando a necessidade de crescimento dessa prestação de serviços públicos, como é expostos no mapa 04, que demonstra a localização dos imóveis da cidade de Bonfim.

Mapa 4 - Mapa dos Imóveis da cidade de Bonfim – RR



Fonte: Elaboração Própria (SILVANETO) Dados do Google (2014) e IBGE (2010)

Com base na figura 4 que foi desenvolvida georreferencialmente na primeira fase da pesquisa de campo, para a elaboração do mapa urbano da cidade de Bonfim, com o posicionamento dos prédios públicos, comerciais e residências, percebe-se que a cidade formou-se e desenvolve-se ao lado direito da BR-401.

Um dos principais fatores deste crescimento lateral é porque a cidade se originou da fazenda que se localizava às margens do Rio Tacutú, além de ser uma área com muitos igarapés e lagos que são presentes na área urbana da cidade, ocasionando este sistema fixo distante da BR-401 e provocando apenas o fluxo populacional paralelo à cidade.

Desta forma o sistema de fluxo é proporcionado pelo trânsito populacional constante, através de comercialização atrativa do país vizinho, Guyana, do turismo e prestação de serviço de transporte, que é desenvolvida diariamente, porém não entrando diretamente na área urbana da cidade.

Conforme Silva Neto (2010) o sistema de fluxo proporciona integração social, através das rodoviárias entre as cidades, regiões e países, constituindo assim a fluidez de saída natural da produção e população, um fator presente com todo o processo de globalização no mundo, além da acessibilidade tecnológica.

É neste contexto que se percebe que Bonfim é utilizada como corredor de escoamento de fluidez da população e produtos, através do porto de Georgetown. Na cidade existe uma cooperativa de transportes intermunicipal, a COOPBON, que desenvolve o seu serviço diariamente, porém se limitando até o posto de fiscalização da Receita Federal no lado brasileiro.

Assim, todo processo de desenvolvimento de construção de vias para a acessibilidade populacional da cidade fez desenvolver o sistema ainda mais de fluxos e fixos na cidade e principalmente na fronteira, ocasionando o crescimento da dinâmica econômica, da capilaridade e da mobilidade social entre as cidades, ocasionando o fenômeno do Pendular.

4.1.3 Bonfim Como Estrutura, Forma, Função e Processo

A cidade de Bonfim apresenta em sua estrutura urbana 6 (seis) bairros bem distribuídos e planejados, porém não muito bem administrados pela gestão pública pois o seu desenvolvimento urbano, sem fiscalização, fez com que a cidade desenvolvesse uma infraestrutura de cidade pequena, onde o comércio localiza-se na parte mais antiga da cidade, ainda com base econômica na agricultura.

No sentido de forma, a cidade de Bonfim apresenta uma característica calma e pacífica, onde a sua diversidade social faz com que tenha uma diversidade cultural presente por toda a sua estrutura urbana, destacando também a ausência de alguns serviços públicos, que são essenciais para os seus habitantes, como rede de esgoto e implantação de empresas para geração de empregos.

Quanto à Função, a cidade tem sua importância no processo histórico, servindo como base fiscalizadora até hoje, ou como base de abastecimento das pequenas cidades, vilas, comunidades da região, como também para o país vizinho: Guyana, principalmente no que se refere à prestação de serviços públicos .

O seu processo como cidade apresenta uma dinâmica diversificada, tendo em seu desenvolvimento características de cidades lentas, pois a sua sociedade tende a deixar com o tempo a cidade, para buscar melhores oportunidades de vida, na cidade de Boa Vista. Seu processo econômico é baseado na agricultura e na prestação de serviços públicos ou nos comércios da cidade de Lethem, onde a falta de trabalho faz com que muitos moradores busquem na ilegalidade uma fonte de sustento familiar.

4.1.4 Bonfim Como Forma de “Cidade na Floresta” e “Cidade Lenta”

A característica de Bonfim, como cidade, apresenta em sua forma, elementos que são classificados como sendo de uma “cidade na floresta”, pois mesmo com todos os incentivos fiscais, de infraestrutura urbana, econômico e social a cidade tende a permanecer limitada e dependente dos repasses econômicos do sistema público, pois os seus recursos naturais não podem ser explorados, como por exemplo a madeira, mineração e implantação de empresa na ALC, mantendo o dinamismo da cidade limitado.

O bioma de Bonfim não é propriamente de uma floresta, mas de lavrado. Entretanto, toma-se como referência que tal nomenclatura clássica das cidades amazônicas como cidade na floresta, a qual se faz pertinente, tendo em vista a construção de natureza artificial da cidade de Bonfim.

Para ser mais preciso, a cidade que Bonfim tende a desenvolver o seu processo socioespacial, de uma forma lenta, a sua infra estrutura é ainda em grande parte a mesma desde a sua fundação, porém a sua sociedade hoje é mais diversificada, devido às migrações no seu processo de formação e seus habitantes tendem a desenvolver uma economia limitada, criando assim a desigualdade entre a sua sociedade.

4.2 CIDADE PEQUENA

A cidade de Bonfim intensificou o seu processo de urbanização nos últimos anos devido transformações socioespaciais e ambientais, ocorridas em consequência do fluxo populacional diário que é desenvolvido na sua estrutura urbana, baseando a sua economia: na agricultura e recurso públicos, ocasionando a carência de atividades econômicas locais.

Dentro desta incorporação a cidade de Bonfim identifica-se no seu perfil social a característica da pequena cidade, pois em seu processo existe a aglomeração de pequenas famílias, que vivem próximas, por motivos sociais ou econômicos, principalmente nos bairros mais antigos da cidade, que com o tempo sofreram transformações devido o aumento migratório, ocasionado pelo processo de urbanização, porém não perdendo a sua base econômica, a agricultura estimulada por ações de políticas públicas, refletindo no fluxo ocupacional e espacial da cidade, como ilustra a Figura 4, que expõe a limitação das duas cidades e o percurso da sociedade transitória.

Figura 4 - Área de Fronteira das Cidades Gêmeas – Bonfim e Lethem



Fonte: Elaboração própria (SILVANETO, 2016). Dados do Google Maps (2014) e IBGE (2014).

Toda essa relação social, produzida na cidade de Bonfim, é consequência de um fenômeno social, que é gerado em pequenas cidades, localizada às margens de rodovias, áreas de fronteiras com outros países, distantes de grandes centros comerciais e proporcionando problemas na formação social e urbana, onde este processo refletiu sobre o espaço e as áreas ambientais. Isto limitando o desenvolvimento da economia, ocasionando o desenvolvimento de outras atividades legais e ilegais.

A população residente na cidade, em sua maioria, apresenta pouca qualificação profissional e escolaridade completa (Ensino Médio), onde busca na produção agrícola e na prestação de pequenos serviços o sustento familiar. Porém outra parte da população, que se considera autônoma, e que não obteve êxito na economia agrícola ou em empregos públicos e privados, buscou, através de meios legais e ilegais, a comercialização de produtos oriundos da Guyana, servindo como o seu sustento familiar.

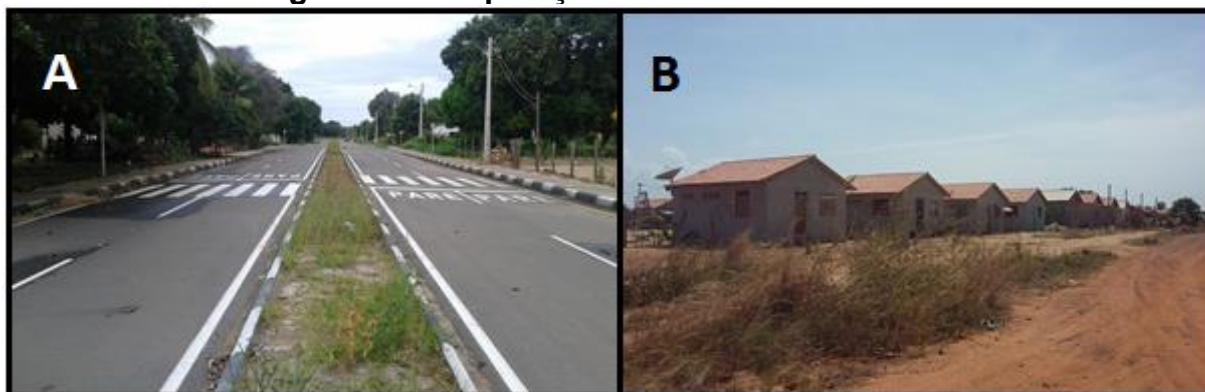
Embora Bonfim possua uma característica de cidade urbana, ela demonstra a característica de cidade pequena, por possui sua economia agrícola e uma configuração espacial de “Campo e Cidade” a qual se desenvolve com limites políticos e econômicos, através de uma formação de estrutura pública lenta, pois não é autossuficiente para o atendimento total da sua população, porém proporciona o mínimo de serviço básico de uma cidade como acessibilidade à água, luz e atendimento básico de saúde, segurança, educação e administração.

Conforme Silva (1999) as cidades pequenas estão cada vez mais difíceis de classificar, por possuir características menos específicas, pois nenhuma cidade pode ser identificada apenas pela sua atividade econômica, pois há o perfil rural e familiar, onde hoje é entendido como uma continuidade urbana, que pode ser ativamente desenvolvida em qualquer cidade.

Para compreender melhor a definição das características de Bonfim como uma cidade pequena, esta seção tenderá a analisar o espaço urbano e social sobre o desenvolvimento da produção na região, elementos que tendem a dinamizar a formação socioespacial, criando benefícios e malefícios junto à sociedade.

O exemplo mais específico é a desigualdade econômica dos bairros de Bonfim, quando se correlacionam os bairros antigos e mais estruturados, como é o caso do bairro Getúlio Vargas, que mantém a característica de bairro planejado, estruturado e com um grupo familiar tradicional, quando comparado com o último bairro Cidade Nova, que foi construído no ano de 2014. Observa-se que o perfil econômico de seus habitantes é totalmente diferente, na questão da sua economia e estrutura física, porém centralizado o poder econômico e político no centro da cidade, conforme a Foto 5 que mostra a desigualdade social.

Figura 5 - Comparação Bairros de Bonfim – RR



A) Bairro: Getúlio Vargas - Bairro com infraestrutura e poucos moradores. B) Bairro: Cidade Nova - Bairro sem quase infraestrutura e com uma grande população

A Figura 5 é a estrutura planejada do bairro Getúlio Vargas, considerado um bairro nobre entre os moradores. Já a foto B é a estrutura atual do bairro Nova Cidade, bairro que tem poucos anos, porém é considerado, pelo seu grande número de moradores, como um bairro de classe econômica baixa.

Conforme Diniz e Santos (2004) a formação socioespacial das cidades, localizadas próximo às fronteiras brasileiras tem a maior parte de suas estruturas físicas mais desenvolvidas, para o grupo social mais antigo, devido à fixação comercial e a implementação das estruturas públicas de uma cidade.

Com a implantação de elementos econômicos e públicos em Bonfim, observa-se a redução do êxodo rural para a Capital, Boa Vista, devido à acessibilidade econômica, isenções de impostos, com a implantação da ALC e benefícios à sociedade carente.

Neste sentido, Bonfim reflete seu processo histórico de ocupação e de projetos de desenvolvimento econômico, pois durante muito tempo o Estado de Roraima expos neutralização de crescimento demográfico, porém apenas na década 1980, com incentivos geopolíticos, tende a desenvolver, inicialmente, com fazendas, depois pequenas vilas até ser dinamizada como cidade.

Bonfim teve sua gênese nas últimas décadas, marcada pela migração de muitos grupos sociais, que buscavam se estabelecer e desenvolver um novo tipo de vida, as quais eram na época mais atrativa que permanecer em sua região de origem, tornando-se pioneiros socializados, pois os primeiros habitantes foram os índios, que até hoje vivem na região.

Esta miscigenação social é o resultado de décadas de convívio, das geopolíticas adotados pelos poderes públicos, através de projetos de desenvolvimento, porém em todas estas etapas ocupacionais e sociais, Bonfim sofreu com a escassez de mão de obra e investimentos econômicos de indústrias, caracterizando pouca tendência comercial, prestação de serviços e mobilidade populacional, desenvolvendo uma menor renda, quando comparado com outras cidades do estado de Roraima.

Observa-se que na primeira fase de ocupação da região do Bonfim, vieram os portugueses, que ocuparam a região com objetivo de conhecer, dominar e explorar com atividades acessíveis na época. Na segunda fase vêm o fazendeiros, com a implementação da pecuária e da agricultura, porém com uma população pouco popular, mesmo que a região sendo ocupada pelos índios Wapixana e Macuxi. Na terceira fase vêm os militares, com objetivo de proteger e desenvolver um posto fiscalizador na fronteira e por ultimo os nordestinos, que buscava novas formas de vida.

Mesmo assim, todo esse processo de ocupação ocasionou ainda numa proporção econômica limitada. Mesmo assim houve política de atividades agrícolas e pecuárias em Bonfim. Com isso houve o incentivo de grupos populacionais, que foram as políticas migratórias (MAGALHÃES, 2007).

Observa-se que a população de Bonfim apresenta indicadores de uma população de descendência dominante por nordestinos e indígenas, onde houve uma rotatividade migratória, apresentando uma espacialização do território ocupado, ocasionando uma divisão espacial da área rural e cidade, estruturando assim uma barreira natural do seu crescimento.

Portanto a caracterização atual de Bonfim é resultado de uma miscigenação de diversos fatores, ocasionado pela migração de diversas regiões do Brasil, que desenvolveu a criação de pequenas áreas sociais, que determinou a evolução socioespacial de Bonfim, que possui característica urbana, por se tratar de atividade de desenvolvimento humano, econômico, físico e político limitado, onde esta atratividade é fruto dos fatores de produção da valorização sócioespacial da cidade, como uma cidade pequena.

4.2.1 Ausência de Infraestrutura

A infraestrutura da cidade de Bonfim em seu processo de desenvolvimento abrange elementos básicos de características de uma cidade pequena, pois em sua extensão de densidade apresenta problemas com a ausência de elementos na sua configuração, devido à má distribuição dos elementos de saneamento básico, que são essenciais em uma cidade, nos quais, dos seus 6 (seis) bairros, apenas 2 (dois) possuem 100% de infraestruturas planejadas e elementos de saneamento básico, que é o Centro da cidade e o bairro Getúlio Vargas. Conforme ilustra a foto: 6

Figura 6 - Infraestrutura dos Bairros de Bonfim - RR



A) Bairro: Getúlio Vargas – Bairro mais antigo da cidade e com uma população economicamente mais desenvolvida - B) Centro: Centralização do comércio da cidade, sendo mais movimentado durante o dia, porém só os moradores frequentam o comércio, os turistas preferem fazer compras em Lethem.

Como é ilustrada a Figura 6 dos bairros Getúlio Vargas e Centro, a realidade da infraestrutura da cidade é compatível aos dados obtidos na pesquisa de campo, quando questionados os moradores, se o imóvel possuía elementos de saneamento básico, como água, luz, rede de esgoto, coleta de lixo e outros elementos. O resultado proporcionou a falta de infraestrutura na cidade, pois 1.133 entrevistados que corresponde 98% dos 1.167 habitantes entrevistados, responderam que existe a falta de elementos do saneamento básicos na cidade.

Essa falta de elementos do saneamento básico na infraestrutura da cidade é visível nos bairros mais populosos, que apresentam um grande índice de desemprego, expondo desta forma a concentração dos elementos nos bairros mais antigos, que possuem nas suas estruturas fatores correlacionados a elementos econômicos, políticos, sociais e culturais mais desenvolvidos.

Desta forma observa-se que os bairros mais antigos, que é o Centro e o Getúlio Vargas, possuem nas suas infraestruturas todos os elementos de saneamento básico, sendo contraditório aos bairros: 13 de Maio, 9 de Julho, São Francisco e Nova Cidade. Estes elementos que faltam nos bairros mais populosos ocasionam o afastamento dos elementos públicos na sociedade, ocasionando problemas urbanos de grandes cidades, havendo desfavorecimento à prestação de serviços públicos, além do impacto nas áreas ambientais e de proteção.

A Figura 7 expõe a realidade dos bairro. A foto *A* expõem o Bairro Nova Cidade, que não asfalto, na foto *B* o Bairro São Francisco que tem falta de políticas de proteção ambiental, a foto *C* do bairro 13 de Maio, uma área de invasão e considerado como um bairro perigoso pela sociedade local e por último a foto *D* bairro 9 de Julho, que possui algumas infraestruturas, mas desenvolve ilegalidades.

Figura 7 - Infraestrutura dos Bairros de Bonfim - RR



A) Bairro: Nova Cidade B) Bairro: São Francisco C) 13 de Maio D) Bairro: 9 de Julho

A figura anterior evidencia a contradição da realidade com as informações coletadas na pesquisa de campo, pois esses bairros necessitam de infraestrutura de saneamento básico, como rede de esgoto, água encanada, asfalto e sistema de iluminação pública, além da ausência das ferramentas públicas de educação, saúde, administração e segurança.

Por outro lado, a cidade, apresenta uma redução de habitantes a cada ano, pois os brasileiros buscam na capital Boa Vista uma condição melhor de vida e de trabalho, visão que os Guianenses têm com a cidade de Bonfim, pois encontram vantagens de condições de vida melhor, quando comparada com a Guyana.

4.2.2 Rurbana

O processo de desenvolvimento de Bonfim é compatível com as características “Rurbana”. Todo o seu processo de desenvolvimento está ocorrendo de uma forma lenta, pois as características rurais ainda são presentes e vivenciadas pelos seus antigos moradores. Estas características estão sendo substituídas através de influências econômicas, sociais e culturais que Bonfim vivencia diariamente, sendo influenciada pelo grande fluxo populacional transitório que busca em Lethem oportunidades econômicas ou desenvolvem o turismo comercial.

Este fenômeno que desenvolve uma atratividade econômica para as duas cidades-gêmeas proporciona para a região oportunidades empregatícia ou econômica, tanto para a população brasileira como para a população guianense, sendo um fenômeno que foi desenvolvido devido à implantação de lojas varejistas de grande e médio porte, em Lethem.

Esse processo, porém, é resultado de um planejamento governamental guianense que promoveu o crescimento econômico com a redução das taxas públicas, obtendo assim o crescimento da população brasileira como turistas, ocasionando o fluxo populacional entre a cidade de Boa Vista, Bonfim e Lethem cidades de áreas de fronteiras do Brasil.

Esse fluxo populacional presente na fronteira do Brasil e Guyana é o reflexo da sociedade brasileira, buscando vantagens nos produtos importados vendidos na Guyana, devido à desvalorização econômica da moeda guianense, isenção de impostos, que ocasionam a exclusão das barreiras comerciais entre os dois países e proporciona o conforto das relações econômicas.

Todo este processo de base econômica faz desenvolver o crescimento populacional de Bonfim, sendo um elemento de indução da migração rural urbana e inter-regional entre os dois países, proporcionando o desenvolvimento econômico e meios vantajosos para Bonfim.

Dessa forma, Bonfim caracteriza-se por ser uma pequena cidade com acessibilidade a grande quantidade populacional e dos meios de produção e comercialização, com o desenvolvimento econômico expressivo na região, assim incorporando atividades do setor agropecuário, comercial e de prestação de serviços público e privado.

Esse processo resgata e valoriza a integração local de Bonfim, devido à redução de perdas econômicas, além da redução do êxodo rural. Todo este processo é limitado devido ocorrer na área urbana de Bonfim, com a implementação do planejamento e ordenamento espacial limitado, porém com equilíbrio social e ambiental.

Essa forma transitória de desenvolvimento econômico e populacional possui características de cidades pequenas; elemento tradicional de uma cidade com domínio físico de campo e com o seu desenvolvimento econômico de médio porte, que evidencia a estruturação urbana da cidade.

4.2.3 A Falta de Trabalho - Sistema Informal Bonfim / Lethem

A cidade de Bonfim em processo limitado de crescimento desenvolveu uma forma de economia local limitada, refletindo assim no número de empregos. Hoje a economia é baseada na agricultura, prestação de serviços públicos, privados e das ilegalidades existentes na região.

A economia informal existente em Bonfim mantém hoje uma parte da população local, esse fato é proporcionado principalmente pela falta de oportunidades, onde a população menos qualificada sofre com a falta de oportunidade, devido à falta de qualificação profissional, ocasionando a base econômica social na agricultura ou na prestação de serviços privados.

O emprego informal é visto por muitos como a única forma de sustento familiar, desenvolvendo assim a não acessibilidade das garantias trabalhista e o não recolhimento das taxas e imposto cobrados pelo governo federal. Todas as atividades realizadas pelos empregos informais estão direcionadas para as duas cidades gêmeas: Bonfim e Lethem, devido à vantagem econômica da cidade vizinha e da grande demanda comercial.

Conforme Simões (2014) a falta de emprego é o motivo maior do crescimento dos empregos ilegais, pois a sociedade busca de uma forma mais rápida e acessível o seu retorno econômico, ocasionando assim a exclusão dos recolhimentos das taxa e impostos governamentais.

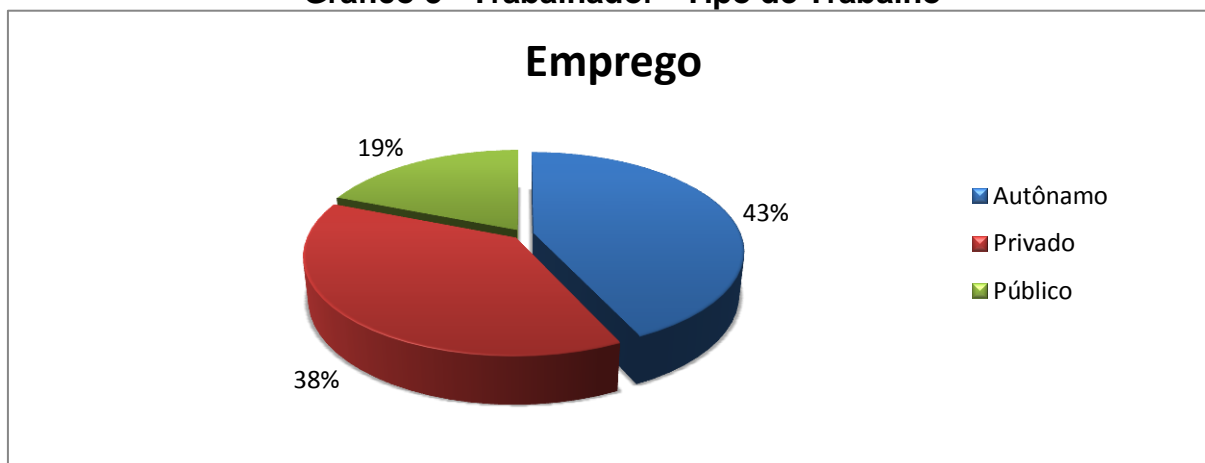
Como toda cidade que sofre com a desigualdade social, falta de infraestrutura e falta de investimentos governamentais e industriais na região, Bonfim desenvolveu um crescimento amplo no desemprego, refletindo assim a busca por grande parte da sua sociedade, vínculos econômicos no comércio com Lethem, através de prestação de serviços e vendas de produtos oriundos da Ásia.

A formação da informalização é resultado do processo de mercado da urbanização de trabalho, processo que reflete em todas as cidades do mundo, porém as cidades em seu processo de desenvolvimento têm incentivos fiscais, criação de áreas de livre comércio - ALC, além de zona de processamento econômico - ZPE, ocasionando a participação dos poderes governamentais na geração de novos empregos.

Porém em Bonfim foi incluída, em seu espaço urbano, uma área de livre comércio, projeto implantado no ano de 2012 e que até hoje não desenvolveu uma economia ampla, que pudesse beneficiar a população de toda a região.

De acordo com os dados obtidos com os 1.167 questionários da pesquisa, podemos constatar que a grande parte da população tem algum tipo vínculo empregatício, constando que apenas 105 dos entrevistados, declararam estar desempregos, correspondendo 8,9% dos dados do questionário aplicado.

Desta forma consta que 91,1% da população entrevistada afirma ter algum tipo de vínculo empregatício, porém 1.062 entrevistados têm de forma legal ou ilegal algum tipo de renda econômica, com base na prestação de serviço privado ou público, conforme o gráfico 03:

Gráfico 3 - Trabalhador - Tipo de Trabalho

Fonte: Elaboração própria. Baseada em dados obtidos em questionários aplicados.

Conforme os dados dos 1.062 que afirmaram possuir uma posição de trabalho, 457 se classificaram como Autônomo, correspondendo 43%, onde dos 403 que corresponde a 38%, afirmam desenvolver algum tipo de vínculo empregatício no setor privado e o restante, 202, ocupam a atividade de vínculo de cargos públicos, que corresponde a 19%.

Desta forma, pode se observar que a função de autônomo é maior que as outras duas categorias, porém outra curiosidade que podemos analisar que dos 457 entrevistados, 223 desenvolvem prestação de serviços ou outro tipo de atividade na cidade de fronteira Lethem, isso corresponde a 48,7%.

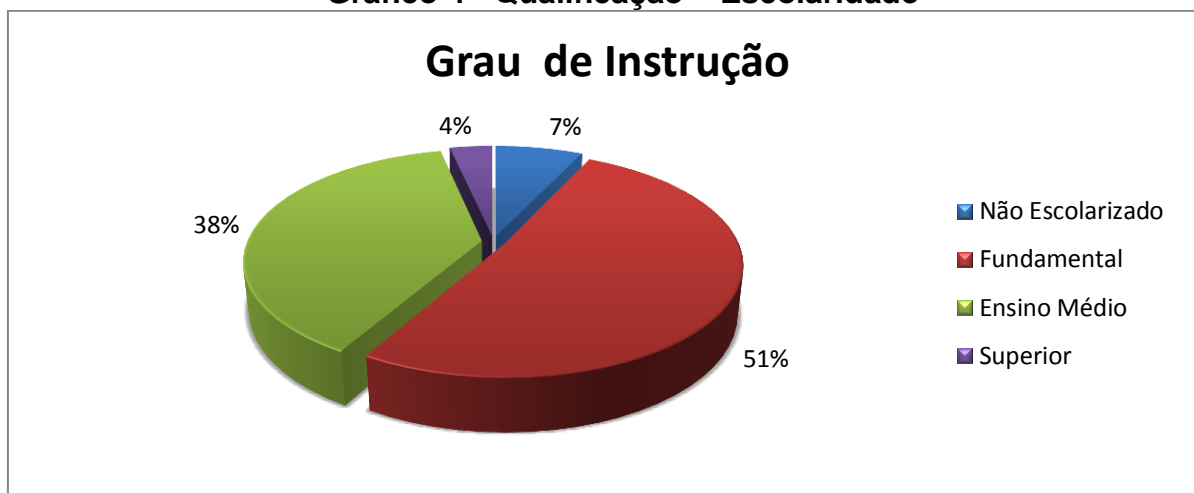
Quando questionado o tipo de serviço ilegal exercido, os entrevistados apontaram como a transporte de pessoas, tráfico de entorpecentes, contrabando de produtos vindos da Guyana sem passar pelo posto fiscal. Porém quando questionado como função de autônomo na cidade de Bonfim, os entrevistados, apontaram a limpeza de terrenos, vendas de produtos usados, ou novos vindos de Lethem.

Segundo dados do IBGE (2010) o vínculo empregatício de Bonfim era baseado 67% da agricultura, 23% do vínculo de cargos públicos e 10% de prestação de serviços como autônomo, porém 2% dos 10% se classificaram como pessoas que exerciam serviços ilegais.

Observa-se que desde 2010, a cidade cresceu um número de pessoas que buscam no outro lado da fronteira brasileira sua garantia de sobrevivência e ainda ocupam cargos desproporcionais ao seu nível profissional.

Essa é uma realidade muito comum na cidade, além de não ter vagas de emprego, a cidade não apresenta meios de qualificação profissional, além de cursos básicos para a sociedade mais carente. Com base no gráfico 04, que demonstra a porcentagem da população escolarizada.

Gráfico 4 - Qualificação – Escolaridade



Fonte: Elaboração própria. Baseada em dados obtidos em questionários aplicados.

Conforme os dados do gráfico do grau de instrução da população residente em Bonfim, a maioria possui uma qualificação de Nível Fundamental, correspondente a 51%, representando 595 entrevistados, seguido da composição de Ensino Médio, com 38% correspondendo a 443 entrevistados, no qual as pessoas “Não Escolarizadas” representam 7% de 82 entrevistados e finalizando os de formação de Nível Superior com 4%, correspondente a 40 entrevistados.

Neste contexto percebe-se que a proporção da falta de trabalho em Bonfim é também o reflexo da falta de qualificação escolar e de qualificação profissional, refletindo uma concorrência desleal entre a sociedade local.

4.2.4 A Classificação do Trabalho em Bonfim

Conforme o tipo de qualificação do nível escolar e de formação profissional da população de Bonfim, pode-se analisar a demanda maior para as pessoas que residem nos bairros sem saneamento básico e com um grande número de desempregados no bairro.

Esses bairros são classificados como bairros de condição econômica baixa, que é o caso do bairro Nova Cidade, que tem o maior número de pessoas, além de ser também o maior número de pessoas que recebem algum benefício social e também por possuir o maior número de pessoas com baixa escolaridade.

Desta forma, observa-se que os dados obtidos e apresentados nos gráficos apontam que o bairro Nova Cidade é considerado um bairro de nível social baixo, ocasionando uma variação de funções de empregos.

Porém grande parte de seus moradores exercem algum tipo de emprego na cidade de Lethem, da forma legal ou ilegal, porém esta população necessita de incentivos econômicos para o desenvolvimento profissional, além de uma qualificação.

Neste sentido em comparação aos dados de todos os bairros que fazem parte da estrutura urbana da cidade de Bonfim, observa-se que a prestação de serviço é maior nos bairros mais carentes, a qual apresenta nivelação com funções ilegais e legais, servindo como prestação de serviço em comércios centralizados, funções como balconista, auxiliar de obras, entregador, repositor de produtos, vendedores e outras funções que não exigem maior formação de escolaridade ou profissional.

Já em bairros mais antigos, centralizados e com infraestrutura, observa-se mais pessoas com um índice de conhecimento mais elevado, refletindo na ocupação de cargos públicos, empresários e prestadores de serviços temporários em forma de plantões das áreas da segurança, administrativa, saúde e educação, que atuam suas funções em certos dias e retornam para a cidade de Boa Vista, desenvolvendo uma função transitória temporária, que é o caso dos agentes da Receita Federal, agente da Polícia Civil, Militar e Federal, ADEER que atuam diretamente com a sociedade, a nível de controle e fiscalização.

A prestação de serviço em Bonfim é classificada de duas formas, legal e ilegal, porém ambas desenvolvem uma economia direta, pois na prestação de serviços legal os funcionários que exercem este meio, possuem no seu âmbito de trabalho, moradia, alimentação e segurança, porém investem através de algumas compras ou prestação de serviços nas duas cidades, obtendo assim um investimento centralizado.

Diferente desta forma de prestação de serviços, a forma ilegal, que é desenvolvida por pessoas sem qualificação ou nível de escolaridade baixo desenvolve algumas atividades, como motorista, atravessador, guia, camelô, entre outras funções, que desenvolve a economia local, mas também não produz um investimento econômico legal ao meios públicos.

Neste sentido observa-se a classificação de dois níveis de categorias trabalhista, o nível 1, que correlaciona os empregos do tipo que atuam na área rural, vinculado à agricultura, porém o nível 3 está correlacionado aos cargos públicos estadual, federal e na área empresarial e comercial com base econômica elevada, sendo incompatível com o nível 1.

4.3 CIDADE DE FRONTEIRA

Bonfim como cidade de fronteira tem em sua característica natural uma área limitada e moldada aos limites com a Guayana, possui característica diversificada, devido a sua dinâmica como cidade, ocasionando a interação política, econômica e organizacional, contextualizando uma relação urbana, no seu contexto social.

Esse resultado é devido à interação social das duas cidades, proporcionando a relação de interesse econômico, cultural e de política. Permitindo o desenvolvimento do processo de interação contínua entre os dois grupos sociais, residentes naquela região, onde os brasileiros buscam empregos e vantagens econômicas do outro lado da fronteira, enquanto os guianeses buscam no lado brasileiro o acesso a serviços públicos na área de saúde, educação, segurança, economia e habitação.

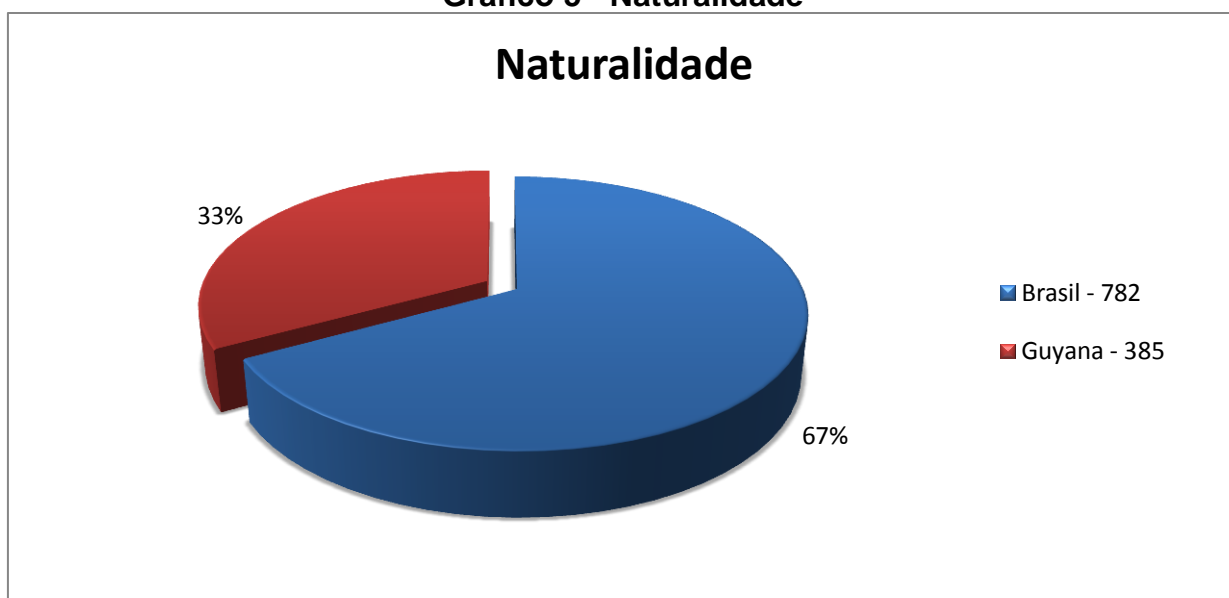
Todos estes fatores ocorridos desenvolveram alguns complementos sociais, no âmbito de convívio e na geração de sistema de valores, unificando assim, as duas sociedades, onde Bonfim criou a unificação social que fez desenvolver a implantação comercial, política, social e econômica, enquanto Lethem criou em seu território a implantação comercial e econômica.

Esses eventuais processos são resultado de convívio social ao longo do tempo, que foram estabelecidos devido à relação direta da sociedade, diante dos traços comuns existentes, nas vantagens de unificação social entre as duas cidades de fronteira.

Neste contexto, essa relação desenvolveu nas áreas sociais das duas cidades um favorecimento cultural, pois ocasionou a unificação dos espaços, entre a comunicação e o desenvolvimento maior do intercâmbio social e cultural. Essa diversificação é devido ao desenvolvimento do centro comercial de Lethem, que se adaptou ao tipo de clientela, estabelecendo novos entendimentos sociais.

Quando verificada a nacionalidade da população de Bonfim, verifica-se que houve uma migração por parte dos guianenses para Bonfim, desenvolvendo uma interação direta na cidade, criando uma interação social crescente, mais do que se esperava, ocasionando a introdução e adaptação cultural.

Gráfico 5 - Naturalidade



Fonte: Elaboração própria. Baseada em dados obtidos em questionários aplicados.

Conforme os dados estabelecidos no gráfico 5, sobre a nacionalidade dos habitantes da cidade de Bonfim, observa-se uma porcentagem maior do que a se esperava, pois 33% dos entrevistados, que é referente à 385 pessoas, afirmaram que a sua naturalidade é da Guayana, o que isso significa a intensidade populacional guianense dentro dos bairros de Bonfim, devido os fatores do processo sócioespacial.

Desta forma pode-se constatar, através dos dados, que a cidade de Bonfim é uma cidade de fronteira, por ter em seu âmbito, influências sociais, econômicas, políticas e comerciais, desenvolvendo assim meios estratégicos de políticas, para planejar a ocupação espacial urbana da cidade e criar acessibilidade para seus habitantes nas áreas de necessidade. Curiosamente grande parte destes guianenses vivem nos bairros socialmente carentes que é caso dos bairros 13 de Maio com 105 (8,9%) e Cidade Nova com 205 (17,5%).

4.4 SISTEMA PÚBLICO DE ATORES CONTENTORES NA CIDADE DE FRONTEIRA

O sistema público de Bonfim é subdividido em configurações de setores, onde esta configuração desenvolve a sua função, proporcionando uma prestação de serviço público de fiscalização, administração e defesa. Esta configuração é denominada como *Sistema Contentores*, a qual centraliza a atuação e aplicação da legalidade, proporcionando a inibição da ilegalidade oriunda da prestação serviço e de entrada de produtos descaminhados da Guyana.

O exército brasileiro possui em Bonfim um batalhão que tem como objetivo, desde sua criação, a defesa e fiscalização da fronteira brasileira, além de ser um dos elementos mais ativos na economia, pois os militares empregam uma parte da sua economia no pequeno comércio de Bonfim, proporcionando incentivos na geração econômica e ainda desenvolvendo serviços sociais à população da cidade.

Em sua atuação como prestador de serviços, o exército desenvolve atividades de capacitação social dos jovens, além de desenvolver projetos e dar suporte aos projetos do governo federal. Este elemento de sistema público foi o pioneiro na região e responsável pela infraestrutura da cidade, criando no início os primeiros imóveis, prédios públicos e hoje a manutenção da fiscalização da fronteira e da acessibilidade da BR-401.

O exército possui profissionais, em sua grande maioria, de nível técnico e médio, oriundos da capital Boa Vista, porém atores importantes e que desenvolvem os incentivos econômicos indiretamente na cidade, porém temporários, pois esses profissionais permanecem por um determinado período que varia de 6 meses a 2 anos, ocasionando a rotatividade ao desenvolvimento social e minimizando o vínculo fixo em Bonfim.

No sentido de moradia, os militares estão locados na área limítar, porém alguns membros desta instituição federal são moradores de Bonfim e possuem residências nos bairros mais populosos da cidade.

A Receita Federal é um órgão público subordinado ao Ministério da Fazenda, presente também em Bonfim, desde a década de 1990, com o objetivo de exercer a função de administrador dos tributos federais no controle aduaneiro e na inibição da sonegação dos impostos e produtos pirateados, porém seus membros funcionais desenvolvem na cidade suas funções e desencadeiam apenas um incentivo econômico indireto, pois a função destes servidores é temporária e limitada apenas à fiscalização e cobrança de imposto. Na foto 8 o posto fiscal da Receita:

Figura 8 - Posto Fiscal da Receita Federal – Bonfim-RR (2016)



Fotografia: Rafael Cardoso da Silva Neto (2016)

A infraestrutura da Receita Federal é bem atuante, pois é o segundo posto fiscalizador na entrada da fronteira do Brasil com a Guayana, porém é a mais ativa, devido ser responsável pela inibição dos contrabandos e descaminhos de produtos do país vizinho, seus membros funcionais têm qualificação superior e participação semidireta na economia de Bonfim, por possuírem em sua prestação de serviço, quase toda estrutura e suporte necessário para a sua atuação.

Esta prestação de serviço é bem visível na atuação de fiscalização, diante do descaminho, onde é vista como represa para a população de Bonfim, pois atua na inibição do tráfico de produtos eletrônicos, estético, de utensílios para casa, entre outros que possam gerar uma economia para as pessoas que buscam na Guayana um atrativo vantajoso para o desenvolvimento econômico no Brasil.

No sentido da fixação residencial, os membros funcionais da receita tem em sua infraestrutura um suporte técnico de moradia no próprio prédio da Receita Federal, onde inibe a locação de imóveis por parte destes membros e ainda a terceirização do serviço interno de segurança e limpeza, que é desenvolvida por empresas terceirizadas de Boa Vista, que executam na própria função a mesma da atuação temporária que os membros funcionais da receita federal em Bonfim.

Desta forma observa-se que estes atores funcionais não têm vínculo de moradia em Bonfim e nem econômico, apenas prestam seus serviços temporários e retornam para a capital, exercendo apenas a função de fiscalizador econômico no âmbito espacial da fronteira e nas vias de acesso às cidades de fronteira.

A Polícia Federal é um órgão público subordinado ao Ministério da Justiça, atuante em Bonfim desde o fim da década de 1980, com objetivo de exercer a sua segurança pública para preservação de toda ordem pública e qualidade de vida da população local e temporária, que esteja de passagem ou praticando o turismo, defendendo e fiscalizando os bens da nação e inibindo o tráfico, contrabando e a formação de prestação de serviços que possa prejudicar a sociedade e o país, exercendo a função de polícia judiciária.

Seus membros funcionais são na sua maioria de formação profissional superior, a qual atua em período temporário na cidade de Bonfim, proporcionando ativamente uma economia na cidade, pois mesmo com infraestrutura no posto fiscalizador da Polícia Federal, seus membros funcionais locam imóveis na cidade para seu próprio conforto ou para seus familiares residirem junto ao seu local de trabalho.

Desta forma há uma fixação por grande parte dos agentes federais na cidade, porém estes imóveis são locados próximo ao posto policial da federal, localizado no bairro São Francisco ou no bairro Getúlio Vargas, por possui uma infraestrutura mais moderna e ainda por ter em seus grupos sociais, moradores com perfil mais tranquilo, considerado um bairro nobre, além de nível escolar mais elevados que outros bairros da cidade.

Neste contexto os agentes federais além de prestarem serviço na sua função de fiscalizador tem uma participação atuante na economia de Bonfim, pois utilizam de forma direta e indireta os serviços públicos e privados que existe na cidade, proporcionando uma geração econômica circulante no comércio.

Outro fator econômico que a polícia federal gera é a geração de serviços privados, que são dos funcionários terceirizados que atuam na instituição que são de uma empresa da cidade e Boa Vista, porém residentes em Bonfim, a qual exercem a função de cargos de limpeza e segurança administrativa do prédio público, sendo diferente das outras categorias fiscalizadoras do território brasileiro.

4.4.1 Prestações dos Serviços de Saúde

A cidade de Bonfim possui em sua infraestrutura dois postos municipais de saúde e um hospital de nível básico para os primeiros procedimentos de socorro e atendimento clínico, porém todos tem a capacidade de atender as necessidades da cidade até uma população de 5 mil habitantes, segundo a Secretaria Estadual de Saúde de Roraima.

Esta infraestrutura localiza-se nos bairros mais acessíveis da cidade, localizados nos bairros: São Francisco e 9 de Julho e o Hospital nas mediações do bairro: 9 de Julho como forma estratégica de centralização da prestação de serviços e acessibilidade à população.

De acordo com as informações da Secretaria Municipal de Saúde de Bonfim – SMSB há um total de 10 funcionários, entre médicos, enfermeiros e técnicos de saúde, já o hospital de Bonfim conta com 25 funcionários que revezam os seus serviços em forma de plantões.

Essa acessibilidade à saúde seria ideal com a realidade da população brasileira, residente em Bonfim e as áreas rurais do município, porém esse serviço vem sofrendo necessidade de ampliação de contingente devido o deslocamento maciço de guianenses que atravessam a fronteira para usufruir do acesso ao atendimento médico e acessibilidade aos tratamentos de saúde existentes. Como é exposto através de registro fotográfico Foto: 9 na estrutura física dos dois postos de saúde do município de Bonfim.

Figura 9 - Infraestrutura Municipal de Saúde de Bonfim
A) Posto de Saúde - 9 de Julho B) Posto de Saúde - São Francisco (2016)



Fotografia: Rafael Cardoso da Silva Neto (2016)

Neste sentido observa-se a ruptura do problema da saúde do país vizinho com a nossa realidade, onde a população guianense atravessa a fronteira para buscar serviços públicos, principalmente o de saúde, para si ou algum familiar, onde hoje se estima segundo os funcionários de cada 10 atendimento social, 4 são guianense.

Este problema visto pela gestão municipal de saúde é resultado do não controle e nem a estruturação adequada no âmbito de saúde da Guyana desenvolvendo a superlotação dos postos e dos meios de atendimento dos setores públicos municipal e estadual, considerado o básico para o atendimento da cidade e com pouca estrutura física para internação como mostra a foto 10.

Figura 10 - Hospital Estadual de Pronto Atendimento de Bonfim (2016)



Fotografia: Rafael Cardoso da Silva Neto (2016)

O hospital estadual atende hoje a população do município e também a população da Guyana, a qual busca em nosso país o serviço de saúde básico em casos patológicos e de atendimento, sendo encaminhados os casos mais graves, para a capital: Boa Vista. Segundo informações dos funcionários do hospital, os pacientes atendidos são grande parte pessoas sem condições financeiras, que residem em Lethem e possui alguns parentes na cidade nos bairros mais populosos e carentes de infraestruturas básicas.

Desta forma Bonfim desenvolve na área de saúde um crescimento da estruturação social urbana, de forma acelerado, não compatível com a proporção social crescente e da necessidade de seus habitantes, que proporcionam o crescimento do custo econômico, ocupação do espaço físico e da aceleração social. Tudo isso desenvolvendo o processo de impulsão de problemas, fornecendo assim uma característica de limitação de crescimento.

Compreende-se, portanto, que a cada período a necessidade cresce, não tanto pelo motivo da limitação das pessoas de outros países, mas pelo não planejamento econômico e nem o político que poderia desenvolver uma redução de custos e uma elevação aos serviços públicos .

4.4.2 Interdependência Econômico: Bonfim-Lethem-Boa Vista

A interdependência econômica de Bonfim é ligada aos dois centros econômicos, que é a cidade de Boa Vista e Lethem, uma conexão em três etapas: Boa Vista – Bonfim – Lethem, cidades que são ligadas por uma única via de acesso, que, porém, proporciona um grande fluxo populacional.

Um dos fatores da venda de produtos do 3º Setor do circuito econômico é evidenciado na invasão de produtos pirateados entre as cidades nas mãos dos brasileiros ou guianenses, que compram esses produtos em Lethem e revendem nas feiras da cidade de Bonfim.

Todo este processo inicia-se nos países subdesenvolvidos que no caso é do continente asiático, que vende para Guyana produtos em valores muito compensadores e são vendidos em Lethem, configurando vantagem para os empresários da cidade pela revenda e mais ainda para os elementos que desenvolvem o comércio formiga.

Neste contexto os produtos oriundos de Lethem são às vezes estocados em Bonfim, principalmente equipamentos eletrônicos, e revendidos na capital Boa Vista, este fenômeno é chamado de “Comércio Formiga”, fenômeno muito comum em cidades de fronteiras que tem uma acessibilidade populacional e uma atratividade econômica devido à desvalorização da moeda do país vizinho.

Observa-se que todo este elemento é baseado na economia, ocasionando uma grande onda de produtos pirateados e a própria desvalorização do produto ofertado no Brasil, por não pagar as taxas devidas ao órgão público e ser mais acessível que os produtos que procederam com toda a dinâmica legal.

A cidade de Bonfim neste sentido cria uma interdependência econômica dos produtos como roupas, eletrodomésticos, equipamentos esportivos, material decorativo de residências, calçados, além de pequenos produtos alimentícios que no Brasil tem um preço mais elevado.

No contexto agrícola que é o 1ª. Setor do circuito econômico a produção de Lethem é muito limitada, pois os produtos são trazidos das áreas rurais de Bonfim, limitação à acessibilidade na cidade de Lethem e a escassez de frutas e verduras em Bonfim, não sendo revendido à cidade de Boa Vista.

Neste contexto fica óbvia a existência econômica dos produtos industrializados e agrícolas entre as três cidades, ocasionando um favorecimento e desvantagens a cada cidade ligada ativamente com o lucro dos produtos oriundos da Guyana. Através da ilustração do gráfico 06, observa-se o grande consumo brasileiro.

Gráfico 6 - Origens dos Produtos Consumidos

Fonte: Elaboração própria. Baseada em dados obtidos em questionários aplicados.

A população de Bonfim tende a comprar produtos em gênero alimentar no Brasil, devido à qualidade, representando assim uma porcentagem de 77%, correspondente a 904 dos entrevistados, enfatizando que a produtividade é mais limitada, quanto à produção, porém é mais lucrativa a dos produtos eletrônicos ou de vestuário em Lethem.

Neste circuito existente entre as cidades de Bonfim e Lethem observar-se a não existência do 2º setor, que é a industrialização e extrativismo industrial no desenvolvimento das transformações de materiais.

4.4.3 Mobilidade Pendular

A mobilidade Pendular em Bonfim é desenvolvida por profissionais das áreas da segurança, educação, saúde e prestação de serviços privados como motoristas de vans e funcionários de telecomunicação que se deslocam diariamente e não possuem vínculo residencial na cidade.

Bonfim por estar localizada a 125 km de Boa Vista, faz desenvolver uma acessibilidade populacional comercial e funcional, onde a população que migra produz uma delimitação a longa distância, porém temporária. Um exemplo bem claro são os profissionais de saúde e segurança em Bonfim, pois desenvolvem uma carga horária de seu plantão de 24 horas de trabalho por 72 horas de folga.

Diante desta mobilidade populacional é visível o desenvolvimento do fluxo contínuo em Bonfim, devido o ato repetitivo dos motoristas da cooperativa de transporte de Bonfim, que buscam continuamente levar e trazer turistas e pequenos grupos de pessoas que praticam o fenômeno do comércio formiga, conhecido como profissionais liberais, fenômeno repetitivo e comum nos dias de hoje.

Nesta metamorfose, pode-se dizer que Bonfim irá se urbanizar de forma longa e contínua, porém demorada devido o processo do fenômeno de fluxo migratório no sentido do seu perfil campo-cidade, ao qual o conceito do fenômeno êxodo rural é mais acessível ao conhecimento e caráter da grande massa de migrações existentes no Brasil.

Assim Bonfim executa um crescimento limitado, pois a sua concentração populacional desenvolve uma expansão espacial e econômica diferente dos demais bairros, que na última década desenvolveu um crescimento mais rápido do que as dos bairros mais antigos de Bonfim, limitado aos bairros mais carentes. Essa população residente nesses bairros considerados precários, que vai protagonizar os movimentos pendulares diários, entre a capital de Boa Vista, Lethem e Bonfim.

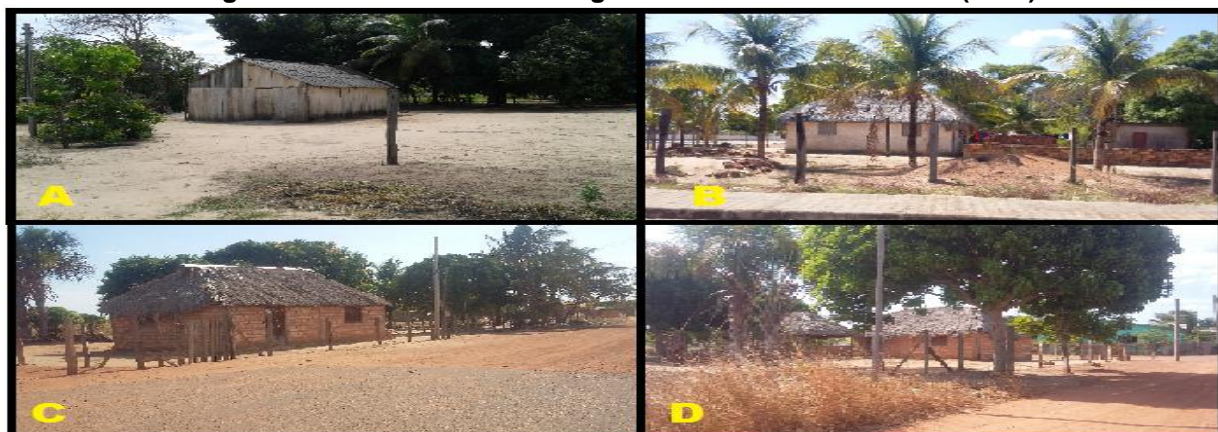
4.4.4 Mobilidade Indígena

A população indígena de Bonfim em sua mobilidade espacial desenvolveu com o tempo o êxodo rural, devido às necessidades de acessibilidade aos serviços públicos, a qual não tinha nas suas tribos e devido à escassez de alimentos, antes ambulante em suas regiões.

Bonfim possui em seu espaço territorial dois tipos de etnias Wapixana e Macuxi, estimado uma população de quase 5.000 (Cinco Mil) indígenas, que estão presente na região, antes mesmo da fundação do Forte São Joaquim, que servia de base fiscalizadora na região para a inibição do contrabando na época da colonização territorial pelo militares, a qual desencadeou o processo de surgimento da primeira fazenda na região e depois a cidade de Bonfim. Os indígenas estão presentes como o primeiro grupo social da região, também foi um dos motivos da ocupação da fronteira brasileira com a Guyana, pois no século XIX houve a missão religiosa de catequização indígena.

Neste contexto os indígenas sofreram influência de vários grupos sociais, como nordestinos, gaúchos e estrangeiros, modificando a sua cultura e adquirindo suas posturas diante da sociedade local, hoje a população indígena existente em Bonfim está distribuída em quase todos os bairros da cidade, mas principalmente nos bairros mais antigos: Getúlio Vargas e Centro, que possuem em seus perfil social a pratica da tradição de moradia, porém perdendo esta característica com o tempo, como mostra a Foto 11.

Figura 11 - Residências de indígenas residentes em Bonfim (2016)



Fotografia: Rafael Cardoso da Silva Neto (2016)

A) Residência do bairro Getúlio Vargas – A moradora é descendente dos Macuxi

A população mais antigamda cidade ainda reside nos primeiros bairros e tentão manter sua culturas, ainda sendo a base econômica da família

B) Residência do centro da cidade – Os moradores são os mais antigos moradores da cidade e nunca se mudaram.

Em alguns casos, os alguns moradores não visão deixa a cidade, principalmente por não ter famílias ou outra moradia. Dependendo assim dos pequenos serviços locais.

C) Residência de um líder religioso da cidade de Bonfim – bairro: São Francisco

A influência religiosa hoje é preocupante para os indígenas e seus descendentes, pois a religião não visa a sua cultura materna e sim um nova vida religiosa.

D) Residência de um dos fundadores da cidade de Bonfim

Mesmo com o processo de urbanização alguns indígenas tendem a manter sua dinâmica cultural, respeitando o progresso e mantendo vivo seu costume.

Todos estes registros fotográficos demostram que mesmo com o crescimento populacional, algumas pessoas descendentes dos índios da região ainda mantêm seus costumes. Hoje esta população ainda desenvolve o êxodo rural, porém não mais para sede do município de Bonfim e sim para a capital do estado de Roraima – Boa Vista, criando uma mobilidade mais longa que das décadas anteriores. Esta mobilidade hoje é feita por casais que buscam em Boa Vista um meio de sustento da forma mais precária, pois a grande maioria não tem parentesco e nem local para morar, mobilizando-se para as áreas de invasão ou para o aterro sanitária da cidade, buscando sustentar-se da coleta de material reciclado ou dos restos de alimentos descartados no aterro.

Desta forma pode-se analisar que a população indígena mais antiga desenvolveu o êxodo rural para a área urbana de Bonfim e fixando em bairros populosos, hoje considerados como bairros mais valorizados socialmente e economicamente, porém um número muito menor, quando comparado com a quantidade dos indígenas que residem em Bonfim, fixaram residências em bairros populosos ou em áreas descampadas ao redor de Bonfim, nas áreas rurais, porém a maioria ainda busca na capital um modo de vida melhor.

A sustentabilidade econômica destes indígenas são na grande maioria os benefícios do governo estadual e federal, que desenvolve um acompanhamento social, para inibir o êxodo rural, mobilidade espacial dos indígenas no estado de Roraima. Hoje são poucas as comunidades que desenvolvem algum tipo de produção agrícola no município de Bonfim, principalmente na área rural da cidade, pois com o tempo a população indígena, principalmente a de jovens, buscou na mobilidade indígena um mecanismo de busca de condições melhores de vida, porém desencadeando a perda da sua cultura e promovendo uma parte do processo urbano em Bonfim e na cidade de Boa Vista.

4.5 DIAGNÓSTICO SOCIOESPACIAL

Conforme a projeção do desenvolvimento de infraestrutura de Bonfim, no seu processo urbano, sendo paralelo à BR-401, observa-se que os poderes governamentais fixaram suas estruturas físicas na parte mais central da cidade e a sua população fixou residências nas áreas mais afastadas, onde criaram um espaço sem elementos públicos.

Por outro lado, a cidade apresenta uma redução de habitantes a cada ano, pois os brasileiros buscam, na capital de Boa Vista do estado de Roraima, uma condição melhor de vida, visão que os guianenses têm com a cidade de Bonfim, pois encontram vantagens de melhores condições de vida, quando comparada com a Guyana.

Neste contexto Bonfim tende a desenvolver uma ocupação urbana lenta, através de elementos que tendem a dinamizar a formação sócioespacial, criando benefícios e malefícios. Uma característica mais específica deste elemento é a desigualdade econômica, ocasionado por um sistema agrário pouco valorizado, porém centralizado na atividade comercial de Lethem.

Desta forma a formação socioespacial de Bonfim desenvolveu uma centralização de interesse econômico, no crescimento logístico da cidade de Lethem devido a sua grande comercialização de produtos. Com a implantação de mecanismos econômicos atrativos em Lethem, observando assim a redução da migração para a cidade de Boa Vista.

No caso de Bonfim que teve a sua dinâmica marcada pela migração nas últimas décadas, por diversos grupos sociais, que buscavam o mesmo objetivo de estabelecer e desenvolver uma qualidade de vida melhor, ocasionou uma miscigenação social. Esta miscigenação social é o resultado de décadas de convívio, dos acordos geopolíticos adotados pelos poderes públicos, através de projetos de desenvolvimento, ocasionando assim divisões que proporcionaram incentivos econômicos.

Portanto essa consolidação atual é resultado de uma miscigenação econômica e social de diversos grupos sociais, que migraram de diversas regiões do Brasil e inclusive da antiga Guiana Inglesa, ocasionando um novo perfil cultural da sociedade de Bonfim. Um dos motivos da ocupação social da área urbana de Bonfim foi o preenchimento do vazio espacial, porém ocasionando os problemas sociais da desigualdade na cidade, desenvolvendo uma ocupação limitada e ilegal dos imóveis, em áreas rurais e ambientais.

Estes fatores sociais de Bonfim agravaram-se mais ainda na década de 1990, pois com o fechamento do garimpo no estado de Roraima, os garimpeiros procuravam abrigo nos pequenos municípios, principalmente em Bonfim, por fazer fronteira com a Guiana e por ser região ser de fácil acessibilidade ao garimpo ilegal existente na região do país vizinho.

Consequentemente foi um dos motivos das invasões das áreas ambientais da cidade, desenvolvendo assim a origem dos bairros periféricos, projetando o atual quadro social o qual é predominante na população brasileira. Porém em processo de diminuição e crescimento de guianenses na área urbana de Bonfim, estimado uma população de 33% da população. Essa diversidade é percebida no pequeno espaço social que existe na cidade de Bonfim.

Neste contexto, o fluxo migratório, ligado aos fatores das políticas do governo federal, criou um processo de mobilidade social, obtendo assim ocupações desfavoráveis ao desenvolvimento econômico e social de Bonfim. Nesta perspectiva pode-se expor que o fluxo migratório desenvolvido em Bonfim iniciou-se como um meio estratégico para o crescimento social, motivado principalmente pelos fatores socioeconômicos da região, diante da dinamização econômica, possibilitando novos atores sociais.

Desta forma o processo socioespacial de Bonfim, sofreu alguns problemas devido a não acessibilidade terrestre nas décadas anteriores, que ocasionava o impedimento do intercâmbio comercial com a Guyana, ocasionando por um período o isolamento de investimento, população, acessibilidade e comércio.

Assim, com as transformações e fatores ocorridos em Bonfim, ocasionou a estruturação urbana da cidade, desencadeando o processo de ocupação de áreas planas e baixas, principalmente próximo às margens do Rio Tacutu e ao redor dos lagos existentes na área urbana da cidade. Todo este processo ocasionou-se desenvolvimento sócioespacial, resultante da dinâmica de Bonfim. A sociedade cresceu, mas ainda com a migração de nordestino na década de 1980, desencadeando assim o crescimento da cidade.

Segundo Freitas (1998) a migração nordestina era formada por grande número de pessoas do estado do Maranhão, que vinha com o objetivo de mudar de vida, fugindo de um contexto vivido de sofrimento e desigualdade social, o projeto visava o assentamento de famílias em áreas rurais, desencadeando algumas vilas do município, influenciando ainda o crescimento econômico, social e urbano da cidade.

Toda essa influência demográfica promoveu modificações socioespaciais, pois, com o crescimento populacional da região, muitos habitantes não tiveram progressão no desenvolvimento da produção agrícola e pecuária, que antes dominava economicamente a região migrando para o desenvolvimento de novas atividades econômicas, principalmente para atividades legais e ilegais que eram desenvolvidas no convívio comercial das duas cidades de fronteira do Brasil e da Guyana

Neste sentido os projetos de desenvolvimento do governo federal junto à implantação de uma Área de Livre Comércio (ALC), ocasionaram alguns benefícios para o desenvolvimento econômico de Bonfim, principalmente com a implantação da ALC, que foi um fator de desenvolvimento para a atividade comercial, principalmente o chamado: Comércio Formiga, que é o comércio impulsionado pela facilidade de deslocamento existente entre as cidades fronteiriças, ocasionado pelo preço baixo.

Observa-se que existe uma migração de guianenses para o Bonfim, com objetivo de acessibilidade aos serviços públicos, como segurança, saúde, educação e outros tipos de projetos estaduais e federais que beneficiam a sociedade brasileira. Esses guianeses fixam residência no município em áreas inapropriadas como margens do Rio Tacutu, áreas baixas da cidade, áreas ambientais: (proteção e alagadiças) e na zona de fronteira.

Conforme Filho (2013) a população residente em Bonfim, devido à crise financeira ocorrida no Brasil, ou por não ter uma condição de vida econômica adequada, construiu residências em áreas impróprias, ficando vulneráveis às inundações, em certo período do ano, não se livrando de exposições perigosas e das tragédias de novas inundações.

Porém, há de compreender que todo este processo de ocupação social, espacial e econômica fez desenvolver a consolidação de diversos elementos, ocasionando hoje a necessidade de novas políticas públicas, promovendo assim o processo de ocupação urbana fixa, porém não consolidou a integralidade contínua da sociedade. Para uma melhor contextualização da estrutura urbana da cidade de Bonfim, pode-se correlacionar os fatores e elementos da dinâmica urbana, ocasionando o processo da apropriada e inapropriada do espaço da sua infraestrutura.

Neste capítulo foi adotada uma postura de exposição de dados obtidos pela aplicação do questionário, que proporcionou a definição do perfil social dos habitantes dos bairros de Bonfim, comparando à sua formação, economia, estrutura familiar, vínculo empregatício e como reside na cidade.

Em primeiro momento foi exposto o tipo de sistema social existente na cidade, expondo as localizações dos tipos de grupos sociais, que cada bairro possui e ser classificado. Além da estrutura urbana da cidade, localizando cada bairro e o perfil social dos seus moradores.

Em segundo momento foi abordada a questão do tipo de trabalho da sociedade, além da sua fonte econômica e a sua realidade que vivenciam na estrutura física da cidade, focando no tipo de serviços mais necessários no momento. E no terceiro momento foi abordado o contexto dos dados das mobilidades sociais fixas e transitórias que são motivadas pela projeção econômica na cidade de forma temporária ou contínua, além da dinâmica social da população indígena e da migração constante dos guianenses para as áreas mais extremas da cidade de Bonfim.

Por fim, todo este processo de estudo pode expor que a sociedade de Bonfim é formada por muitos migrantes, que hoje buscam na cidade apenas uma estabilidade residencial e benefícios sociais do governo federal, porém busca garantir a sua economia no comércio da cidade de Lethem ou através de trabalhos ilegais existente na fronteira.

CONCLUSÕES

A pesquisa mostrou que a análise do processo de urbanização da cidade de fronteira Bonfim – RR necessita de um planejamento e ordenamento mais atuante e específico, por parte da gestão pública, pois os principais atores envolvidos no processo social da cidade são responsáveis pelas ocupações irregulares das áreas de proteção e ambientais que é causado por três fatores. No primeiro momento o econômico, pois a cidade de Bonfim não poderá se desenvolver se não criar uma nova forma de obtenção econômica, para o desenvolvimento de novas políticas públicas, além da ampliação dos serviços públicos atuais, que é insuficiente, quando comparado ao número de.

Neste cenário, a vulnerabilidade econômica local faz desenvolver novas percepções econômicas legais e ilegais, promovendo um deslocamento econômico e dependente dos fatores comerciais da cidade gêmea, Lethem, que proporciona uma atratividade para o turismo comercial, como também para a população da cidade de Bonfim, devido os produtos terem valores mais acessíveis, quando comparado com os valores reais do Brasil, além da absorção da mão de obra brasileira, na prestação de serviço, na área comercial da cidade.

Porém o desenvolvimento econômico das formas ilegais está muito presente na sociedade de Bonfim, pois a economia é relacionada diretamente com o tráfico e o contrabando de produtos eletrônicos, roupas e de utensílios comuns do dia a dia, produtos que têm valores muito desproporcionais quando comparados com os valores do comércio local. Essa geração de economia, de forma ilegal, não gera nenhuma vantagem para o Brasil, pois não tem recolhimento dos impostos, que poderiam gerar melhorias, como forma de prestação de serviço.

Em segundo, o fator social, que é proporcionado desde a origem da fundação da cidade, como fazenda, a qual desenvolveu vários processos de formação social, ocasionando assim a origem de uma sociedade bem diversificada.

Na primeira formação social, que existia no espaço atual da cidade de Bonfim, a sociedade era constituída apenas por indígenas das etnias Wapixana e Macuxi, que viviam nas localidades próximas às margens do Rio Tacutu e depois da fundação da primeira fazenda começaram a ser influenciados com o novo perfil social, sendo mais influenciado com a missão religiosa inglesa, que se implantou na região, com o objetivo de catequisar os indígenas locais da época.

Esse processo social teve outras influências devido à chegada de outros grupos sociais na região, como os militares, guianenses e gaúchos, maranhenses que se fixaram com objetivo ocupacional, contribuindo com a promoção do desenvolvimento econômico. Esses grupos sociais, além de estarem presentes hoje na estrutura social da cidade, contribuíram diretamente com as suas culturas, proporcionando um perfil social mais diversificado que outras cidades do Estado.

O terceiro fator é o processo de ocupação espacial – urbana, que vem sendo desenvolvido desde o início do processo de formação da cidade, a qual em duas décadas, teve sua infraestrutura limitada apenas ao lado esquerdo da BR-401, não sendo incluída na rota da BR a área urbana da cidade de Bonfim, ocasionando apenas a passagem paralela do grande fluxo populacional, que existe diariamente na BR-401, com destino ao país vizinho, Guyana.

Neste cenário o espaço urbano da cidade Bonfim se limita fisicamente entre as margens do Rio Tacutú e a BR-401, além dos limites naturais que são os igarapés e lagos, provocando as invasões das áreas de proteção ambiental, existente na região, desenvolvendo a contaminação e destruição dos meios naturais da região.

Para melhor reflexão sobre estes fatores que provocam a ocupação irregular das áreas de proteção e ambiental da cidade de Bonfim-RR, pode-se destacar a estrutura dos três capítulos da dissertação, que proporcionaram a conceituação, a caracterização e o perfil social da urbanização de Bonfim, através das informações obtidas pelos questionários aplicados.

O primeiro capítulo, *Marcos de teorização sobre as cidades*, teve o objetivo de iniciar a discussão sobre a classificação dos tipos de cidades, que serviu de base para as referências científicas, adotando como referência os principais autores da área da geografia brasileira, que proporcionou a obtenção do êxito nesta discussão, através da fragmentação das suas nove seções, que tratou do conceito de cidade, compatível com os aspectos das características existentes.

Neste sentido o processo foi desenvolvido devido à exposição da hierarquização espacial da cidade estudada, proporcionando a integração dos conceitos sobre os tipos de cidades. Essa integração de conceito promoveu a exposição do tipo de desenvolvimento social, econômico e urbano entre os atores atuantes e o espaço ocupado.

Alguns autores destacam o crescimento do dinamismo como fator de interação social e econômica, proporcionando uma comunicação terrestre entre a infraestrutura e os elementos sociais que sofrem e promovem as modificações constantemente de uma cidade.

Para se entender o que os autores expõem, deve-se entender a dinâmica da fronteira, classificando os tipos de cidades e sua hierarquização espacial, diante do seu processo urbano, destacando os conceitos de cidade gêmea, cidade grande, média, pequena, amazônica, rurbana e de fronteira, que são caracterizadas pelas interações sociais, culturais, econômicas e políticas.

Neste contexto a contextualização deste primeiro capítulo, destaca um fator presente na área de estudo, o desenvolvimento da ruptura espacial, onde antes possuía delimitações, entre as duas cidades gêmeas, hoje possuindo o desenvolvimento de atividades vinculadas a todos os níveis dinâmicos de relações políticas, econômicos e sociais, ocasionando, no espaço ocupado, impactos de fatores prejudiciais à sociedade.

O segundo capítulo abordou os *“Marcos de Caracterização histórica da Cidade de Bonfim, RR”*, tendo como objetivo demonstra todo o contexto histórico da cidade, em sua dinâmica social, econômica e urbana, além da cidade gêmea de Lethem. Estruturado em seu contexto, as doze seções, através dos fatores históricos social e de importância econômica, ocasionaram a atual dinâmica da cidade de Bonfim com relação aos fatores sociais, econômicos e urbanos.

Neste contexto, a infraestrutura da cidade de Bonfim é apresenta sob a lógica de características sociais e econômicas de forma proporcional ao dinamismo local. A cidade é ao mesmo tempo a vítima da ação não planejada e o causador dos resultados desenvolvidos no seu contexto histórico.

No que tange à caracterização histórica da cidade de Bonfim, fica evidente que a cidade passou por um processo longo de formação, porém se limitou à sua infraestrutura atual e esperou muito por mudanças no seu desenvolvimento econômico, não obtendo êxito, porém a cidade de Lethem teve uma acelerada modificação em pouco tempo, obtendo um desenvolvimento mais amplo, quando correlacionado à cidade de Bonfim e proporcionando vantagens para a sociedade vizinha.

Já no lado brasileiro, a economia não é atrativa, muito menos favorável ao desenvolvimento de novas atividades produtivas ou lucrativas, onde a população busca na cidade vizinha uma economia fixa para o seu sustento e ainda desenvolver meios ou mecanismos ilegais para se beneficiar lucrativamente, com a desvalorização da moeda guianense.

A importância de desenvolver políticas públicas do lado brasileiro que beneficie a sociedade é bem limitada, porém não contínua, pois os projetos de desenvolvimento econômico na área urbana de Bonfim já existem, visto que é Área de Livre Comércio – ALC, porém a gestão governamental do poder federal e estadual do anos de 2006, proporcionou a criação da área para a implantação das indústrias, porém esqueceram da manutenção energética contínua que as indústrias necessitam para desenvolver a sua produção.

Com base na presente dissertação, eventuais ou futuros trabalhos podem eventualmente aprofundar uma discussão em determinado bairro, estruturação ou mesmo desenvolver um estudo comparativo na dinâmica combinada das cidades gêmeas Bonfim/Lethem

O terceiro e último capítulo tratou dos “*Marcos de Caracterização Urbana da Cidade de Bonfim, RR*” desenvolvendo um estudo sobre as informações dos atores presentes e atuantes na cidade de Bonfim, considerados como os mesmos que desenvolvem o processo contínuo da dinâmica social e econômica.

Encerrando o capítulo, com a exposição das informações sobre o perfil social dos habitantes de Bonfim, destacam-se todo os fatores econômicos, sociais e urbanos que a população residente na cidade de Bonfim possui, classificando assim os espaços sociais e o motivos do êxodo rural e da migração social guianense para Bonfim.

Uma observação sobre a cidade de Bonfim em termos de sua estrutura física, é que a cidade apresenta algumas características de cidades pequenas, porém seu valor comercial do metro quadrado é igual das grandes capitais do Brasil, além da variação dos preços, quando correlacionados a localizações dos imóveis locais, pois os bairros mais estruturados com infraestrutura e pouco populoso têm preço elevados e imóveis localizados nas áreas mais populosas são bem desvalorizados devido o grande índice de imigrantes guianenses.

A população residente em todos os bairros de Bonfim desenvolve quase a mesma rotina econômica ou social, diferenciada somente devido a sua posição econômica e de escolaridade, onde grande parte dos seus atores temporários, desenvolve a mobilidade pendular, que são as pessoas que apenas exercem as suas funções de prestação de serviços públicos na cidade e depois retornam a sua cidade, promovendo assim o não desenvolvimento econômico local.

Através das informações dos gráficos desenvolvidos fica visível a classificação espacial do sistema opaco da cidade de Bonfim, de modo que a população de cada bairro é compatível com a desigualdade social, econômica, refletindo-se a concentração dos elementos governamentais nas áreas mais antigas e a exclusão do poder público, nas áreas mais populosas e menos favoráveis, criando a desigualdade do nivelamento social e econômico, que toda cidade necessita para o seu desenvolvimento.

Outro fator muito comum na cidade de Bonfim percebido no convívio social do cotidiano da população é a mobilidade indígena, que tende a crescer a cada ano, pois os indígenas buscam em Bonfim uma estabilidade residencial e de amparo social, mesmo recebendo benefícios da FUNAI. Essa mobilidade é conhecida como êxodo rural, onde a sociedade sai de sua comunidade em busca de melhores condições de vida nas áreas urbanas das cidades.

Todo este processo faz desenvolver o crescimento social da cidade de Bonfim, ocasionando a ocupação irregular da parte social nas áreas de preservação, desenvolvendo a degradação e poluição das áreas naturais do espaço urbano da cidade.

A migração dos guianenses também é o motivo do crescimento social acelerado da cidade, motivado pela fácil acessibilidade à prestação de serviços públicos e de benefícios sociais, como de obtenção de uma residência do programa federal “Minha Casa, Minha vida”.

Todas estas vantagens são mais atrativas para a população guianense que para os brasileiros, pois os brasileiros existentes em Bonfim estão residindo temporariamente até encontrar uma melhor condição de vida ou econômica, porém esta visão também é desenvolvida pelos guianenses, que tem como foco a mudança para a capital do estado de Roraima – Boa Vista.

A partir das discussões elencadas na presente pesquisa, emerge uma agenda prospectiva de temáticas não contempladas no transcorrer da abordagem ora proposta. Dentre tais propostas, destacam-se, sobretudo aquelas relativas ao desenvolvimento econômico da cidade, tais como: criação de cooperativas, associações e demais mecanismo de incentivo ao desenvolvimento econômico.

Destaca-se também a necessidade de estudos voltados a temática do desenvolvimento de políticas de planejamento social voltadas a criação de um mecanismo de controle de fluxos de migração, sobretudo guianense que gera uma dinâmica de descompensação de distribuição de renda, uma vez que, muitos residem na cidade de Bonfim e trabalham em Lethem usufruindo dos serviços públicos da cidade de Bonfim.

Surge ainda a problemática do lento desenvolvimento da cidade em razão de sua localização em relação a rodovia BR-174, pois se observa um certo distanciamento quanto ao posicionamento desta em relação ao contexto das vias de circulação de veículos na cidade. Diferentemente da realidade de outras cidades do Estado de Roraima como por exemplo: Boa Vista, Rorainópolis, Caracaraí, Mucajaí, Pacaraima, etc.

Conclui-se com base na análise deste trabalho que o processo de ocupação urbana da cidade de Bonfim será sempre limitado por diversos fatores, porém o seu processo social será sempre crescente, devido a grande atratividade econômica existente na Guyana. As ocupações ilegais das áreas de proteção ambiental podem ser inibidas com atuação da fiscalização do setor público, na aplicação da lei e de multas, como também podem ser construídas ao redor da área de proteção que sirva de mecanismo de inibição de ocupação espacial e degradação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **"Muito Além da Economia Verde"** Ed. Planeta Sustentável, SP, 2012.
- ANDRADE, T. SERRA, R. **"Cidades Médias Brasileiras"**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, Rio de Janeiro, 2011.
- BAENINGER, R. **Deslocamentos Populacionais, Urbanização e Regionalização**. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1, 1998. Curitiba. Anais. Curitiba: ABEP, 1998.
- BARROS, S. R. S. **A inserção da zona costeira nas territorialidades da bacia hidrográfica do Rio São João – RJ: inter-relações, trocas e conflitos**, UFF (Dotourado/Geografia, 2007.
- BECKER, O. M. S. **Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologia, Contextos**. In: CORREA, Roberto Lobato et al. Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: 1997.
- BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BORBA, V. **Programa Regional 35 na Bacia da Lagoa Mirim: um projeto internacional num espaço binacional**. In: IV Coloquio sobre Transformaciones Territoriales. Mesa Temática: Frontera, Identidades e Integración Regional. Montevideu, AUGM, 2013.
- BRAGA, R. M. **O espaço geográfico: um esforço de definição**. GEOUSP; espaço e tempo, São Paulo, 2007.
- BRASIL. Instrução Normativa SFR n. 104/84. **Regula o comércio de subsistência (comércio formigall) das populações fronteiriças**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 out. 1984.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Emenda constitucional n.º 9, de 9 de novembro de 1998. Lex: legislação federal e marginália, São Paulo, v. 59. p. 1966, out./dez. 1998.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira –Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**. Vários volumes, Brasília/DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.496** (Plano Estratégico de Fronteiras), de 8 de junho de 2011.

CARDOSO, R. **Curso de Organização e Avaliação do Trabalho**. São Paulo, 2008.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed. Tradução de Arlene Caetano, 2006.

CATELAN, M. J. **A urbanização e a cidade corporativas: mudança nos padrões de gerência das cidades brasileiras**. In: Anais do *Coloquio Internacional de Geocrítica*, XI, Buenos Aires, 2012.

CORBIN, H. **Migração de brasileiros para Guyana como estratégia de sobrevivência**. Belém: NAEA, 2012.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **O espaço urbano**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

_____. **Interações espaciais**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CRUZ, T. **Sistemas, organizações & métodos: estudo integrado das novas tecnologias de informação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CUISINIER-RAYNAL, A. “La Frontière au Pérou entre fronts et synapses”. *L’Espace Géographique* 3: 213-229, 2001.

DAMIANI, A. L. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização: apontamentos bibliográficos**. In: GERAIGES, A. I. L.; ARROYO, M. ; SILVEIRA, M. L. (Org). América Latina: cidade, campo e turismo. São Paulo, CLACSO, 2006.

DIAS, D. S. **Desenvolvimento urbano: princípios constitucionais**. Curitiba: Juruá, 2005.

DINIZ, A.; SANTOS, R.O. **Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima**. Rio Claro: Geografia, v.33, n.2, 2008.

ENDLICH, Â. M. **Pensando os papéis e significados das Pequenas cidades do noroeste do Paraná**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Presidente Prudente, 2006.

FREITAS, A. **Estudos Sociais - RORAIMA: Geografia e História**. 1 ed. São Paulo: Corprint Gráfica e Editora Ltda., 1998.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 3 ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.

FREYRE, G. **Rurbanização: Que é? Recife: Massangana**, 1982.

GOLIN, T. **A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina**. Vol 1. Porto Alegre: L&PM, 2002.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de informações básicas municipais: Bonfim - RR**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/bomfimrr>> Acesso: 03 Abr. 2015.

_____. **Região de Influências das Cidades (REGIC) 2007**. Rio de Janeiro/ RJ, 2010. Disponível em: <[http:// economia.ibge.gov.br](http://economia.ibge.gov.br)> Acesso em: 23 fev. 2016.

_____. **Censo Demográfico Brasileiro 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 25 Jul. 2015.

LEFEBVRE, H. **Une pensée devenue monde. Fault-il abandonner Marx?** Paris: Fayard, 1980.

_____. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MACHADO, L. O. **Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira**. Cadernos IPPUR, Vol. XIII, nº.1, 1999, 109-138.

MACHADO, L. O. **Limites, fronteiras e redes**. In: STROHAECKER, T.M. et al. **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre, AGB, 2001.

MACHADO, L. O. **Estado, territorialidade, redes: Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana**. In: SILVEIRA, M.L (org.). **Continente em Chamas: Globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MAGALHÃES, M. G. S. D. **“O Estado de Roraima e as fronteiras com a Venezuela e a Guayana”**. Revista Textos & Debate, n. 12, 2007.

MELLO, N. A. de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: MIN, 2005.

MORI, K. K. **Brasil: urbanização e fronteiras** FAUUSP Doutorado, 1996.

MULLER, N. L. **A Área Central de São Paulo”**, Azevedo, Aroldo (1958), vol.III, 1958.

NOBRE, E. **Reestruturação econômica e território: expansão recente do terciário na marginal do Rio Pinheiros**. Tese de Doutorado. São Paulo. FAUUSP, 2000.

OLIVEIRA, T. C. M. **A lógica espacial do território fronteiriço: os casos das aglomerações de Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Ladário-Corumbá-Puerto QuijarroPuerto Suarez**. In: SEBRAE (Org.). Mato Grosso do Sul sem fronteiras: características e interações territoriais. 1ª Ed. Campo Grande: Visão/SEBRAE, 2010.

PASSOS, D. O. R. dos. **Os ideais do movimento operário em Belo Horizonte no início doséculo XX**. 2006. 69 f. Monografia (Graduação em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, 2006.

REGO R.M.L. **Seminário sobre a expansão da fronteira agrícola**. Grupo de Agricultura, Unicamp, Campinas. 2008.

RETIS - IGEO/UFRJ Machado, L.O. ; Ribeiro, L.P. ; Steiman, R. ; Peiter, P. ; Novaes, A. 2005. **O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica**. Em: Tito Carlos Machado de Oliveira org. *Território sem limites. Estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: UFMS. 2005.

RICARDO, B. CAMPANILLI, M. **Almanaque Brasil Socioambiental - Urbanização**. São Paulo, 2008.

ROPPA, C. **Diagnóstico da percepção dos moradores sobre a arborização urbana na Vila Estação Colônia – Bairro Camobi**, Santa Maria – RS. Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, v. 2, n. 2, 2007.

ROSA, F. A.; ELISABETH, M. G.. A.; MARIA. T. S. B. **Percepção Geográfica do Destino do Lixo e os Impactos Ambientais nas Pequenas Cidades da Amazônia Setentrional: um estudo de Bonfim-RR**. In: ROSA FILHO, A.; BESERRA NETA, L. C. (Org.). **Bonfim: um olhar geográfico**. Boa Vista: Editora da Universidade Federal Roraima (EdUFRR), 2013. p. 107-123.

RUCKERT, A. **O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial**. In: Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), 2005.

SACHS, C. São Paulo: **Políticas Públicas e Habitação Popular**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. Milton Santos. Editora Hucitec, São Paulo, 1996.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. Hucitec: São Paulo, 1982.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. Milton Santos. Editora Hucitec, São Paulo, 1996.

_____. **Urbanização brasileira**. São Paulo, HUCITEC, 1998.

_____. **Perfil Demográfico Socioeconômico das Pessoas que se Autodeclararam Indígenas nos Censos Demográficos de 1991 e 2000**. Demografia dos povos indígenas no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SEPLAN - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. **Pesquisa de informações básicas municipais: Bonfim - RR**. Boa Vista - RR, 2015. Disponível em: <<http://www.seplan.rr.gov.br> Acessado: 12 de Setembro de 2015.

SENHORAS, E. M. **Dinâmica Fronteiriça das Cidades-Gêmeas entre Brasil e Guyana**. Revista Geonorte, Edição Especial 3, V.7, N.1, 2013.

SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2ªed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999.

SILVA NETO, M. L. da. **Urbanização contemporânea no Brasil e meio ambiente: compactação e dispersão como tendências de configuração territorial das cidades e como expressão de novas possibilidades de arranjo e de interação sociedade natureza**. In: V Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), 2010.

SILVEIRA, R. L. L. da. **Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo – RS**. Florianópolis: UFSC. Tese de Doutorado em Geografia, 2007.

SINGER, P. **Mercado e cooperação: um caminho para o socialismo**. HADDAD, F. (org.). **Desorganizando o consenso – nove entrevistas com intelectuais à esquerda**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, P; MACHADO, J. **Economia socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, 81p. (Socialismo em discussão).

SUFRAMA/FGV **Estudo de viabilidade econômica: Dendê**. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br>. Acesso em 26 Abril. 2015.

TÉRCIO, A. S. Junior. Roraima, **O Brasil do Hemisfério Norte**. Editora: Ambtec, Roraima, 1993.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo. Studio Nobel/FAPESP/ Lincoln Instituto, 1998.

APÉNDICE



UFRR

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

Questionário aplicado aos residentes dos bairros da cidade de Bonfim - RR (Centro, Cidade Nova, Getúlio Vargas, 9 de Maio, 13 de Julho e a área militar do exército - Quartel), objetivando a obtenção de informações relacionadas ao perfil econômico e social. Conforme requer a pesquisa: **O Processo de Urbanização da Cidade de Fronteira: Bonfim – RR – 2001 a 2012.**

Data: ___/___/201__ Bairro: _____ N: _____

1 – Caracterização da População

1.1 **Sexo** - () Masculino () Feminino

1.2 **Idade** - () Menor de 17 Anos () 17 Anos () 18 Anos () Entre 19 a 25 anos
() Entre 26 a 33 anos () Entre 34 a 41 anos () Entre 42 a 49 anos () 50 anos ou mais.

1.3 **Natural** - () Brasil / () Bonfim - () Roraima () Outro Estado: _____
() Guyania / () Lethem () Outro Estado: _____

1.4 **Estado Civil**: () Solteiro(a) () Casado(a) () Outro/ discriminar: _____

1.5 **Grau de instrução**: () Não escolarizado () Fundamental Incompleto () Fund. Completo
() Ensino Médio () Superior () Outros

2 – Econômica

2.1 **Trabalha?** () Não () Sim – () Desempregado () Autônomo () Privado () Público
() Brasil - () Guyania

2.2 **Qual a Renda Média da Família Por Mês ?**

() Menos de 1 S. m. () 1 S.m () De 2 á 5 s.m () De á 10 S . m
() Mais de 10 S,m () Nenhuma renda

2.3 **Recebe Algum Benefício** - () Não () Sim – **Qual** () Municipal () Estadual () Federal

3 – Social

3.1 **Quantas Pessoas Moram na Residência** () Mora sozinho () Duas () Três () Quatro
() Cinco () Seis () Mais de Seis

3.2 **A Residência é**: () Própria () Alugada () Cedida () Outros

3.3 **A Quanto Tempo Reside Nesta Área**: () Menos de 1 ano () 2 Anos () 4 Anos
() Mais de 4 Anos () Sempre Morou

3.3 **A Residência é** () Alvenaria () Madeira () Taipa () Outros

3.4 **A Casa Possui**: () Luz () Telefone () Água - **Água de**: () Poço () Rede pública

Rua Afastada () Sim () Não

3.5 **A Casa Possui Acesso à Rede de Esgoto?** () Sim () Não / () Fossa () Não Possui

3.6 **A Casa Localiza-se em**: () Área Legal () Área Ilegal / () Ambiental () Preservação () Militar

3.7 **Lixo**: () Coletado () Queimado () Enterrado () Terreno Baldio () outros: _____

3.8 **Quando Chove a Sua Residência Inunda ou Rua?** () Sim () Não () Não Respondeu

3.9 **Sua Residência tem Escritura Pública** () Sim () Não () Não Respondeu